

**POLÍTICAS CULTURAIS DE PRESERVAÇÃO:
A RESERVA TÉCNICA VISITÁVEL GABINETE DE
ARQUEOLOGIA/UENF**

PAULA OLIVEIRA DE SOUZA

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY
RIBEIRO – UENF**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

FEVEREIRO - 2025

**POLÍTICAS CULTURAIS DE PRESERVAÇÃO:
A RESERVA TÉCNICA VISITÁVEL GABINETE DE ARQUEOLOGIA/UENF**

PAULA OLIVEIRA DE SOUZA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Política Sociais.

Orientadora: Prof.^a. Dr^a. Simonne Teixeira
Coorientadora: Dr^a. Júlia Ermínia Riscado

CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ

FEVEREIRO – 2025

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

S729

Souza, Paula Oliveira de.

Políticas Culturais de Preservação: a reserva técnica visitável Gabinete de Arqueologia/UENF / Paula Oliveira de Souza. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2025.

142 f. : il.

Inclui bibliografia.

Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2025.

Orientadora: Simonne Teixeira.

Coorientadora: Júlia Ermínia Riscado.

1. Patrimônio arqueológico. 2. Reserva técnica. 3. Laboratório de arqueologia. 4. Rio de Janeiro. 5. Universidade. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.


CDD - 361.61

**POLÍTICAS CULTURAIS DE PRESERVAÇÃO:
A RESERVA TÉCNICA VISITÁVEL GABINETE DE ARQUEOLOGIA/UENF**


Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Política Sociais.

Aprovado em 25/02/2025

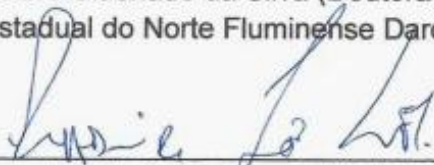
Comissão Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **ALINE VIEIRA DE CARVALHO**
Data: 07/04/2025 14:50:01-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>


Profa. Dr^a. Aline Vieira de Carvalho (Doutora pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais Nepam/ IFCH/Unicamp)
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Documento assinado digitalmente
 **RENATA MALDONADO DA SILVA**
Data: 01/04/2025 21:09:15-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>


Prof.^a. Dr^a. Renata Maldonado da Silva (Doutora em Educação/UFF)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro



Prof. Dr. Vlademir José Luft (Doutor em História Social/UFRJ)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Documento assinado digitalmente
 **SIMONNE TEIXEIRA**
Data: 08/04/2025 13:45:57-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a. Dr^a. Simonne Teixeira (Doutora em Filosofia e Letras – História/UAB, Espanha)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - (Orientadora)

Documento assinado digitalmente
 **JULIA ERMINIA RISCADO**
Data: 01/04/2025 20:53:05-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a. Dr^a. Júlia Erminia Riscado (Doutora em Ciência Política/UFF)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - (Coorientadora)

AGRADECIMENTO

Gostaria primeiramente de agradecer a Deus pela possibilidade de estar trilhando os meus sonhos e de ter me concedido a dádiva de conhecer e conviver com pessoas que marcaram a minha vida e a minha caminhada acadêmica. Sem elas, este processo não teria sentido, e esta escrita não teria valor nenhum.

Aos meus pais, Paulo Cezar e Ecila de Oliveira que sempre me incentivaram a estudar e a nunca desistir do que desejava e ao ensinamento de tratar com amor e temperança a minha caminhada e as pessoas.

Ao meu companheiro de vida, Mário Luna Jr. por todo o incentivo e apoio. Sinto que muitas vezes você acreditou em mim, antes mesmo de eu acreditar. A força que você sempre me desejou, foi um dos motores propulsores a buscar com determinação este sonho que realizei.

A minha orientadora, Simonne Teixeira que sempre esteve comigo, me acolhendo, me ouvindo e permitindo que realizasse um trabalho tão significativo e poderoso. Não possuo palavras ou expressões que possam definir a gratidão, admiração e o amor que sinto por você. Também agradeço à minha coorientadora Júlia Riscado por todo o ensinamento e auxílio durante esta pesquisa. Essas duas mulheres potentes me permitiram vivenciar ao máximo a pesquisa acadêmica e um ambiente afável.

A minha amiga de caminhada acadêmica e de vida, Laryssa Gonçalves por todo o apoio dentro e fora da universidade. Só nós sabemos que é justo que muito custe o que muito vale, e possuir esta experiência contigo deixou o percurso mais leve e fácil.

RESUMO

Tendo como objeto de estudos a reserva técnica visitável Gabinete de Arqueologia, localizada na Universidade Federal do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) em Campos dos Goytacazes/RJ, a presente pesquisa buscou investigar junto ao processo de consolidação deste espaço, compreender e identificar quais elementos mais eficazes para a divulgação do acervo arqueológico salvaguardado em uma universidade e a mobilização da comunidade em torno da temática do patrimônio cultural. Para isso, este trabalho discutiu a respeito da importância das reservas técnicas visitáveis para a contemporaneidade (Pereira, 2015, 2017, 2019) e o alargamento do acesso aos bens patrimoniais permitindo um suporte teórico-conceitual à construção do Gabinete de Arqueologia, assim como, na elaboração de uma curadoria debruçada em uma Conservação Preventiva (Cândido, 2006) almejando o arranjo e proteção do acervo e na montagem de sua exposição embasada na metodologia da Interpretação do Patrimônio (Miranda, 2008) para recebimento de visitantes; e por fim, a abertura do espaço. Foram apontados ainda, as diversas diferenciações semânticas e ideológicas que o patrimônio possui através de três categorias - “pensamento” (Gonçalves, 2007), “nômade” (Choay, 2017) e “discurso” (Smith, 2023); as políticas culturais de preservação (Silva, 2007; Costa, 2019; Bandeira, 2020; Rubim, 2007; Rubino, 1996); os caminhos percorridos do patrimônio cultural na esfera brasileira (Chuva, 2012; Pelegrini, 2007; Sant’Anna, 2015; Teixeira, 2008) e a participação social civil nas escolhas patrimoniais (Zanirato, 2007; Gohn, 2000; Botrel *et al*, 2012). Como metodologia, optou-se pelo tipo qualitativa, de cunho descritivo, buscando através de uma revisão bibliográfica o fortalecimento das temáticas trabalhadas. Com isso, foi escolhido o Estudo de Caso (Gil, 2002) que permitiu analisar por meio de questionários fechados e semiabertos (aplicados antes e após a visita) que o espaço do Gabinete de Arqueologia detém um papel crucial na aproximação das comunidades sobre o patrimônio arqueológico regional e na possibilidade de uma maior participação social e em influenciar agendas públicas no campo patrimonial. Assim como, na difusão dos bens arqueológicos e no fortalecimento da própria universidade em proteger e valorizar bens patrimoniais.

Palavras-chaves: Patrimônio arqueológico; Reserva técnica; Laboratório de arqueologia; Rio de Janeiro; Universidade

ABSTRACT

Having as its object of study the visitable technical reserve Gabinete de Arqueologia, located at the Universidade Federal do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) in Campos dos Goytacazes/RJ, this research sought to investigate, together with the consolidation process of this space, understand and identify which elements are most effective for the dissemination of the archaeological collection safeguarded in a university and the mobilization of the community around the theme of cultural heritage. To this end, this work discussed the importance of visitable technical reserves for contemporary times (Pereira, 2015, 2017, 2019) and the expansion of access to heritage assets, allowing theoretical-conceptual support for the construction of the Archaeology Office, as well as the elaboration of a curatorship focused on Preventive Conservation (Cândido, 2006) aiming at the arrangement and protection of the collection and the assembly of its exhibition based on the Heritage Interpretation methodology (Miranda, 2008) to receive visitors; and finally, the opening of the space. The various semantic and ideological differentiations that heritage has through three categories were also pointed out - "thought" (Gonçalves, 2007), "nomad" (Choay, 2017) and "discourse" (Smith, 2023); cultural preservation policies (Silva, 2007; Costa, 2019; Bandeira, 2020; Rubim, 2007; Rubino, 1996); the paths taken by cultural heritage in the Brazilian sphere (Chuva, 2012; Pelegrini, 2007; Sant'Anna, 2015; Teixeira, 2008) and civil social participation in heritage choices (Zanirato, 2007; Gohn, 2000; Botrel et al, 2012). As a methodology, the qualitative type was chosen, of a descriptive nature, seeking through a bibliographic review to strengthen the themes worked on. Therefore, the Case Study (Gil, 2002) was chosen, which allowed us to analyze, through closed and semi-open questionnaires (applied before and after the visit), that the space of the Archaeology Office plays a crucial role in bringing communities closer to the regional archaeological heritage and in the possibility of greater social participation and in influencing public agendas in the heritage field. As well as in the dissemination of archaeological assets and in strengthening the university itself in protecting and valuing heritage assets.

Keywords: Archaeological heritage; Technical reserve; Archaeology laboratory; Rio de Janeiro; University

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 01 - Legislação patrimonial

Tabela 02 - Etapas empregadas no Gabinete para a inventariação

Tabela 03 - Tipologias das coleções

Tabela 04 - Princípios do espaço do Gabinete de Arqueologia

Tabela 05 - Marcação das visitas à reserva técnica visitável do Gabinete de Arqueologia

Tabela 06 - Como o município contribui com a preservação cultural de acordo com os visitantes

Tabela 07 - A experiência dos visitantes no Gabinete I

Tabela 08 - A experiência dos visitantes no Gabinete II

Tabela 09 - Benefícios acadêmicos

Tabela 10 - Benefícios intelectuais

Tabela 11 - Elementos que chamaram a atenção dos visitantes

Tabela 12 - Dúvidas e sugestões dos visitantes

Tabela 13 - Formulário para marcação de visitas ao Gabinete de Arqueologia

Tabela 14 - Formulário do questionário fechado aplicado com os participantes antes da entrada no Gabinete de Arqueologia

Tabela 15 - Formulário do questionário semiaberto aplicado com os participantes depois da entrada no Gabinete de Arqueologia

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 01 - Planta baixa

Figura 02 - Banco de imagens

Figura 03 - Primeiro painel

Figura 04 - Segundo painel

Figura 05 - Painel do lado de fora da exposição

Figura 06 - Painel do armário

Figuras 07 - Cards informativos

Figuras 08 - Cards informativos

Figura 09 - Cards informativos

Figura 10 - Gráfico referente à faixa etária dos visitantes

Figura 11 - Gráfico referente à escolaridade dos visitantes

Figura 12 - Gráfico referente do conhecimento sobre o patrimônio arqueológico

Figura 13 - Gráfico referente à qual “ferramenta” os sujeitos obtêm conhecimento sobre a arqueologia e patrimônio arqueológico

Figura 14 - Gráfico referente aos locais de guarda

Figura 15 - Gráfico referente a valorização do patrimônio arqueológico

Figura 16 - Gráfico referente ao auxílio na preservação

Figura 17 - Gráfico referente como poderiam auxiliar na preservação

ÍNDICE DE FOTOS

Foto 01 - Foto 01 - Referente à quarta etapa - Fragmento de uma cerâmica indígena encontrada no sítio Bela Vista/São Fidélis

Foto 02 - Referente à quarta etapa - Fragmento de faiança fina encontrado no centro de Campos dos Goytacazes/RJ

Foto 03: Estantes

Foto 04: Painéis e vitrines

Foto 05 - Baralho do Gabinete de Arqueologia

Foto 06 - Atividade “trabalhando com a cultura material”

Foto 07 - Atividade “trabalhando com a cultura material”

Foto 08 - Atividade “trabalhando com a cultura material”

Foto 9: 1ª oficina de cerâmica do acordelado indígena

Fotos 10: 1ª oficina de cerâmica do acordelado indígena

Foto 11: Visitas guiadas de escolas

Foto 12: Visitas guiadas de escolas

Foto 13: Visitas guiadas de escolas

ÍNDICE DE SIGLAS

CCH - Centro de Ciências do Homem

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNSA - Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos

DAP - Discurso Autorizado do Patrimônio

DEMU/IPHAN - Departamento de Museus e Centros Culturais

DPHAERJ - Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio de Janeiro

FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

GP OFFICINA - Grupo de Pesquisas Officina de Estudos do Patrimônio Cultural

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus

ICOMOS - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

IES - Instituições de Ensino Superior

IGPs - Instituições de Guarda e Pesquisas

INEPAC - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LEEA - Laboratório do Estudo do Espaço Antrópico

MAE/UFBA - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia

PPGPS - Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais

PUC - Pontifícia Universidade Católica

REMAAE - Rede de Museus e Acervos Arqueológicos e Etnográficos

SAB - Sociedade de Arqueologia Brasileira

SGPA - Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico Brasileiro

SIIC - Sistema de Informações e Indicadores Culturais

SPHAN - Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
INTRODUÇÃO	15
 Capítulo I - As contribuições das reservas técnicas e o Gabinete de Arqueologia..	22
1.1 Conhecendo as contribuições das reservas técnicas	22
1.2 Gabinete de Arqueologia	36
 Capítulo II - A gestão das coleções e planejando a exposição do Gabinete de Arqueologia.....	49
2.1 Curadoria da reserva técnica visitável do Gabinete de Arqueologia	49
2.2 A exposição	53
 Capítulo III - Patrimônios, materialidades e participação social	68
3.1 Afinal, o que é Patrimônio Cultural?	68
3.2 Os caminhos do patrimônio cultural no Brasil	85
3.3 A sociedade frente aos patrimônios culturais: é necessário conhecer para preservar, preservar para conhecer	94
 Capítulo IV - Caminhos metodológicos para a extroversão da reserva técnica do Gabinete de Arqueologia	101
4.1 Escolhas metodológicas.....	101
4.2 Quem são os visitantes?	103
4.3 A reserva técnica visitável do Gabinete de Arqueologia e a difusão do patrimônio arqueológico regional	114
 Considerações Finais	126
Referências	129
Apêndices.....	139

Considerações Iniciais

A escolha desta temática para esta dissertação advém de um sonho de infância. Sempre quando pensava o que queria ser quando crescer respondia que desejava ser professora, mas também arqueóloga. Poder escavar, remexer a terra, brincar... E fazia isso atrás de um jardim enorme que tinha atrás da minha casa. Sonhava ali, que cavando bem fundo poderia encontrar tesouros valiosos. Fui crescendo e o sonho se apagando, pois começava a ver a realidade de uma pesquisa científica no Brasil, juntamente com os não incentivos de parentes que diziam que isso era uma utopia e que ser arqueóloga era um devaneio.

Chegou o momento de decidir o que queria cursar e fui em direção à História, um outro amor que carregava desde pequena quando brincava também de professora com as minhas bonecas. Após sair da graduação fui diretamente para a sala de aula e lá permaneci até dezembro de 2021, onde decidi que queria voltar para a vida acadêmica e ingressar no mestrado. Em 2022 entrei em uma nova Pós-graduação *Lato Sensu* pelo Instituto Federal Fluminense, onde me concedeu um arcabouço teórico renovado e com novas leituras e discussões.

A partir disso, comecei a me aprofundar novamente sobre o patrimônio cultural e memória, onde já havia mergulhado desde a minha graduação, buscando a partir do aluno especial ofertado pelo Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais (PPGPS) da Uenf, um aprofundamento a mais nos debates que estavam sendo realizados. A partir da Professora Doutora Renata Maldonado, pude conhecer a Professora Doutora Simonne Teixeira que trabalha com a temática do patrimônio cultural e arqueologia.

Realizei uma reunião com ela, onde me foi apresentado o projeto do Gabinete de Arqueologia e a sala em que estava disposto o acervo arqueológico. Confesso que de início fiquei um pouco receosa em ingressar como voluntária neste projeto, pelo tamanho de compromisso e comprometimento que ele detinha. Contudo, relembrei daquele sonho que tinha quando pequena em ser arqueóloga e me comprometi comigo mesma e com a universidade e comunidade que iria participar ativamente deste projeto.

Dessa forma, a justificativa deste trabalho se baseia em motivações primordialmente pessoais, neste sonho que usufruía quando pequena, mas também em motivações profissionais, uma vez que antes de ser pesquisadora, sou professora. Nasci

como professora e tornei-me pesquisadora ao longo da minha caminhada. E, na maior parte da minha trajetória como docente, sempre senti falta de recursos (em quase todos os municípios que lecionei - Rio de Janeiro, Cambuci, São Fidélis e Campos dos Goytacazes) que pudessem consolidar a prática historiográfica e principalmente arqueológica. E, ao me deparar com a ausência de temáticas sobre o patrimônio cultural e arqueológico regional dentro da sala de aula, pude constatar ausências que precisavam e precisam ser estudadas e investigadas.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação está inserida no PPGPS da Uenf na área de concentração em participação e regulação. Por ser um programa de Pós-graduação interdisciplinar incorpora em suas pesquisas confluências em diversas áreas de conhecimento, trazendo uma potencialização para a ciência e tecnologia.

A proposta de compreender junto ao processo de formação da reserva técnica visitável Gabinete de Arqueologia, na identificação de quais elementos mais eficientes para a divulgação do acervo salvaguardado na Uenf e na mobilização da comunidade campista em torno da temática do patrimônio cultural, alinha-se precisamente com a Linha de pesquisa I que confere estudos sobre Educação, Cultura, Política e Cidadania. Esta linha se encarrega sobre questões de cidadania, inclusão e participação social, buscando pesquisas que fundamentam a consolidação da sociedade democrática, concedendo destaque aos debates sobre patrimônio, identidade, memória social e diversidade cultural.

A discussão sobre os direitos sociais bem presentes nas duas linhas de pesquisa do PPGPS, compuseram também o debate teórico-conceitual deste trabalho, no sentido do direito social sobre o acesso aos bens patrimoniais e elegimento destes, sobretudo sobre a gestão social que contribui no fortalecimento das políticas sociais (Botrel *et al*, 2012). A função dos patrimônios culturais, e aqui salientados os bens arqueológicos pode ser o de encolher as desigualdades sociais, visto que, contribuem para a “construção de políticas sociais emancipatórias” (Lima, 2013, p. 179), como também, nos posicionamentos morais e éticos, incentivando o sentido de justiça social (Lima, 2013).

Com isso, esta pesquisa busca entrelaçar-se no compromisso de investigação dos problemas contemporâneos que os patrimônios culturais, principalmente o arqueológico enfrentam, assim como, realizando um recorte que analise os debates atuais sobre patrimônios, memória, gestão social e políticas culturais de preservação. Sobretudo, dos locais que realizam a salvaguarda do patrimônio cultural como as reservas técnicas, que têm presenciado uma amplificação no território brasileiro na última década (Pereira, 2015), principalmente pela abertura de seus espaços para a sociedade. Este movimento acaba por tornar os bens arqueológicos mais próximos das pessoas, assim como das pesquisas arqueológicas e dos processos desta ciência. Contudo, esses espaços nem

sempre tiveram este tom democrático, acabando por restringir o patrimônio e tornando-os quase intocáveis. Essa intangibilidade passou por transformações a partir das décadas de 60 e 70, onde as reservas técnicas visitáveis surgem como resultado da intensificação do acesso do público às coleções museológicas, ocasionando um crescimento para a democratização dos acervos nos espaços museais (Romão *et al*, 2012).

Realizar uma movimentação nestes locais, que passaram de quase fechados para abertos ao público, colabora diretamente com a relação entre os patrimônios culturais e os sujeitos. Possibilitar novas leituras sobre os patrimônios é encarregar-se na contribuição para uma construção social e democrática alicerçada no (re)conhecimento, identificação, gestão e acesso das pessoas sobre os bens culturais, sua valorização e preservação, ligando-se diretamente nos debates das políticas sociais e na superação dos problemas regionais, especialmente relacionados com as Políticas Culturais de Preservação. Com isso, o Gabinete de Arqueologia, torna-se a materialização da democracia do conceito de patrimônio adotado nesta pesquisa, ao conceder o acesso aos patrimônios arqueológicos do Norte/Noroeste Fluminense.

A partir da metodologia do Estudo de Caso (Gil, 2002), esta dissertação se debruçou na formação e consolidação do Gabinete de Arqueologia localizada no Centro de Ciências do Homem (CCH) ligada ao PPGPS e ao Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico (LEEA). O projeto que ainda se encontra em andamento e em construção, aponta que o espaço possui um papel fundamental a ser cumprido no fortalecimento das políticas culturais de preservação e revela possuir uma atribuição relevante para a consolidação da Uenf na conservação dos bens culturais arqueológicos na região.

Dessa maneira, a criação de uma reserva técnica visitável em uma universidade pública e universitária, desenvolve uma certa especificidade deste espaço à Uenf, podendo ser o caminho no incentivo da formação de novos profissionais da Arqueologia, de novas perspectivas sobre o patrimônio cultural e arqueológico e a possibilidade de uma maior participação social no campo do patrimônio, assim como na sua defesa, proteção e valorização. Neste sentido, a reserva técnica acaba por se atrelar à constituição da própria Universidade, apontando um caminho de que o espaço também se configura em um local com função institucional, e, portanto, de uma política

institucional que deverá ser implementada pela Uenf, garantindo assim, o seu reconhecimento/valorização/estímulo.

A partir disso, recorreu-se a um referencial bibliográfico que propiciou um suporte teórico-conceitual à construção do Gabinete de Arqueologia, desde o manejo das coleções e a sua gestão até a criação da sua exposição. É importante destacar que este levantamento teórico orienta todo o trabalho que está acontecendo, simultaneamente, de criação e de consolidação do espaço da reserva técnica.

Dessa forma, para o fortalecimento da importância do espaço da reserva técnica visitável Gabinete de Arqueologia foi disposto no *Capítulo I 1.1 Conhecendo as contribuições das reservas técnicas* foi apresentada as potencialidades desses espaços sendo recorrido a autores como Pereira (2015, 2017, 2019), Pomian (1984), Meneses (1992), Cândido (2017), Gomes e Vieira (2013), Romão *et al* (2012), Mirabile (2011), Bruno (2005, 2020), Pyburn (2007), Costa (2019), Silva (2007) entre outros, que puderam auxiliar na estruturação do próprio Gabinete e sobre as questões das reservas técnicas para a atualidade e as políticas de preservação patrimonial. Antes de tudo, foi necessário primeiramente consolidar o espaço do Gabinete de Arqueologia. Com isso, a partir do 1.2 *Gabinete de Arqueologia* foi possível elencar algumas características do espaço que estava e ainda está sendo formado.

No *Capítulo II - A gestão das coleções e planejando a exposição do Gabinete de Arqueologia em 2.1 Curadoria da reserva técnica visitável Gabinete de Arqueologia* foi demonstrado que desde a minha chegada à universidade iniciei uma gestão focada nas coleções arqueológicas do Gabinete de Arqueologia, realizando uma curadoria debruçada em uma Conservação Preventiva (Cândido, 2006). Este processo curatorial teve uma duração de quase dois anos até culminar com a sua abertura ao público, sendo imprescindível esta etapa ser evidenciada neste trabalho, pois é necessário compreender todas as escolhas que foram realizadas para ofertar ao público um acesso com os artefatos arqueológicos ali presentes.

Após a realização da gestão do Gabinete, foi necessário a elaboração da sua exposição. Esta etapa, apresentada no *Capítulo II 2.2 A exposição*, também se constitui como fundamental neste estudo para dar continuidade, mas também, popularizar os conhecimentos que são produzidos pelas universidades. Pela exposição elaborada

fundamentada na Interpretação do Patrimônio (Miranda, 2008) foi possível desenvolver uma exposição que pudesse explorar todas as possibilidades que o patrimônio cultural pode ofertar aos sujeitos a partir do seu acesso.

A forma como o passado é sempre disposto nas exposições fez-nos refletir do que queríamos apresentar aos visitantes, assim como, na forma como eles poderiam formular e reformular o presente a partir do passado. Dessa forma, embasar a exposição que possibilite que as pessoas conheçam e se reconheçam a partir da apresentação da cultura material foi o foco do Gabinete de Arqueologia, pois a partir das exposições os sujeitos podem construir suas identidades e memórias, ressignificando os patrimônios. É pelo contato com os artefatos materiais que os visitantes podem se integrar na história e compreender sobre o passado. Construimos o passado a partir do presente onde são conferidos valores aos objetos do passado, assim, constitui-se como uma peça-chave para a contemporaneidade, pois os artefatos revelam mais de nós, de nossas raízes e ancestralidades (Cândido, 2017). Por isso, o cuidado em realizar uma exposição na qual as pessoas pudessem se expor e se entrelaçar no patrimônio arqueológico.

Com o acervo do Gabinete de Arqueologia catalogado e arranjado em coleções e efetuada a elaboração da exposição, fez-se necessário compreender as temáticas sobre o patrimônio cultural e as suas tonalidades frente às sociedades. Dessa forma, a partir do *Capítulo III Patrimônios, materialidades e participação social* foi demonstrado de forma breve a trajetória do patrimônio no contexto mundial para o entendimento de sua raiz na esfera brasileira. Com isso, no *3.1 Afinal, o que é Patrimônio Cultural?* foi abordado a temática patrimonial desde a Antiguidade Antiga, passando pela Idade Medieval, o Renascimento até alcançar a Revolução Francesa no século XVIII e o surgimento dos estados nações. A partir deste momento, o patrimônio toma formas nunca vistas pela humanidade, pois ele acaba se tornando um símbolo para a construção de uma cultura que valorizava o nacional.

Transpondo a análise do patrimônio para categorias, foi elencando três - pensamento (Gonçalves, 2007), nômade (Choay, 2017) e discurso (Smith, 2023) que permitiram a compreensão deste para o entendimento de sua transitoriedade pelas sociedades, sendo como quase um bordado que possui remendos durante a transição dos séculos. A partir também do Discurso Autorizado do Patrimônio (Smith, 2021)

frequentemente utilizado por instituições oficiais, tecendo discursos nacionais do que deve ou não ser valorizado, alimentando as performances patrimoniais.

Um outro elemento essencial que coaduna com o patrimônio, é a memória, tão importante para as identidades individuais e coletivas. É pela memória que os sujeitos rememoram os feitos históricos e conseguem elencar os patrimônios que os representam. Dessa maneira, a memória, assim como o patrimônio, se constitui como um elemento poderoso e imperativo para os sujeitos.

Passando para o 3.2 *Os caminhos do patrimônio cultural no Brasil* foi constatado que a partir de uma expressão redigida por Choay (2017, p. 11) “uma instituição e uma mentalidade” o patrimônio no Brasil desde a sua inauguração acabou por responder aos interesses de uma elite que tentava preservar bens móveis e imóveis que estavam ligados a história da nação brasileira. Isto acabou por acarretar uma política preservacionista que omitia outros patrimônios que não se encaixavam nesta proposição, e isto, acabou por desenrolar pelos anos em uma política dos especialistas, ou seja, as escolhas patrimoniais em diversos casos acabam sendo eleitas pelos profissionais ligados aos bens patrimoniais. Isso de certa maneira distancia as pessoas do processo de escolha dos patrimônios, assim como das políticas de preservação patrimonial e da gestão social destes bens, pois ainda há no imaginário que os patrimônios escolhidos devem partir das escolhas da esfera estatal.

Com isso, neste trabalho este ponto é sempre lembrado para que o leitor, seja ele um pesquisador, professor ou uma pessoa curiosa no assunto consiga compreender que o seu engajamento social também é necessário e eficaz. Por isso, foi escolhido apresentar os caminhos tidos pelo patrimônio em esfera brasileira até chegar ao seu alargamento a partir de 1980, especialmente com a promulgação da Constituição de 1988. Nela, há uma mudança que direciona os aspectos do patrimônio cultural para a sociedade civil, como também, no reconhecimento da diversidade cultural. Como também, foi observado que a partir da década de 1970, anterior à Constituição de 88, foi atribuído aos municípios e estados o papel de coadjuvantes na proteção do patrimônio cultural.

Como diria, a junção da União, dos estados, municípios e a sociedade civil possibilitou uma aliança em prol do patrimônio cultural. Contudo, essa aliança é

realmente produzida? Será que a sociedade detém o acesso aos bens culturais? Será que os municípios ofertam espaços para diálogos? Com isso, a partir do 3.3 *A sociedade frente aos patrimônios culturais: é necessário conhecer para preservar, preservar para conhecer*, foi viável expor que a sociedade civil deve possuir uma participação para identificar, conservar, estudar e disseminar os patrimônios culturais (Zanirato, 2007), contudo, antes de haver todas essas atribuições as pessoas precisam se identificar e conhecer seus patrimônios.

Há pela garantia da Constituição de 1988 (Brasil, 1988) o desenvolvimento de conselhos municipais voltados para a gestão cultural e patrimonial (Art. 204, inciso II; Art. 216-A, parágrafo 2º, inciso II) na qual os cidadãos podem participar ativamente. Contudo, muitas pessoas não possuem a dimensão e nem tiveram um primeiro contato com os patrimônios. Com isso, como requerer destes que participem de uma gestão social voltada para os patrimônios? Não há como ofertar uma ferramenta democrática e participativa sem antes oferecer um ambiente favorável para que as pessoas possam acessar e relacionar-se com os patrimônios.

A partir do *Capítulo IV Caminhos metodológicos para a extroversão da reserva técnica Gabinete de Arqueologia* temos como questão de pesquisa que visa compreender junto ao processo de consolidação do espaço da reserva técnica visitável, identificar quais os elementos mais eficazes para a divulgação do acervo e a mobilização da comunidade campista em torno da temática do patrimônio cultural. Com isso, a partir de uma pesquisa qualitativa, foram realizadas visitas guiadas embasadas na Interpretação do Patrimônio (Miranda, 2008) ao espaço do Gabinete de Arqueologia e a aplicação de 52 questionários fechados antes da visita e 31 questionários semiabertos depois, que puderam evidenciar que este processo em início indica que o espaço detém um papel crucial na aproximação das comunidades sobre o patrimônio arqueológico e nas políticas públicas.

Como objetivo geral foi procurado identificar como o Gabinete de Arqueologia, por meio de sua extroversão, pode servir para a difusão do patrimônio arqueológico regional e influenciar agendas públicas (municipal e estadual) no campo do patrimônio cultural.

Para isso, foi tido como objetivos específicos:

I) a análise das contribuições que os espaços das reservas técnicas oferecem para a divulgação do patrimônio cultural;

II) a investigação sobre os conhecimentos que os visitantes possuíam acerca das temáticas trabalhadas do patrimônio cultural e arqueológico;

III) a constatação dos possíveis subsídios que o espaço do Gabinete de Arqueologia pode ofertar aos visitantes, salientando tanto os aspectos positivos e/ou negativos relacionados à extroversão do patrimônio regional.

Estudar novas possibilidades para que o patrimônio arqueológico seja palpável pelas pessoas, é conceder aos sujeitos direitos constitucionais, mas também, o direito de se identificarem enquanto sujeitos culturais e produtores de cultura, assim como, na aceitação de que fazem parte de uma sociedade composta de diversos patrimônios, sendo imprescindível que um ou alguns ou todos nos representem. Tal ação torna-se essencial para os estudos atuais sobre a gestão do patrimônio arqueológico e as reservas técnicas, pois ainda se constitui como um campo recente (Pereira, 2015) e que demanda um vultoso estudo aprofundado.

Capítulo I

As contribuições das reservas técnicas e o Gabinete de Arqueologia

1.1 Conhecendo as contribuições das reservas técnicas

O Gabinete de Arqueologia é uma reserva técnica visitável vinculada ao Grupo de Pesquisas Oficina de Estudos do Patrimônio Cultural (GP Oficina) certificado pelo CNPq e vinculado ao Laboratório do Estudo do Espaço Antrópico (LEEA) e ao PPGPS, ambos do Centro de Ciências do Homem (CCH). O GP Oficina tem atuado ao longo de mais de 20 anos fundamentando as pesquisas culturais de preservação patrimonial e promovendo a promoção dos patrimônios através da educação patrimonial/ambiental e da publicação científica.

Ao longo desses anos, o GP Oficina também tem atuado em pesquisas e cursos de extensão, debruçado no desenvolvimento de estudos, definições e divulgação do patrimônio do Norte/Noroeste Fluminense. A partir disso, as noções ligadas à arqueologia foram sendo delineadas e pesquisas com o foco no patrimônio arqueológico desenvolvidas, a partir de debates e diálogos tidos entre os pesquisadores. Nisto, pode ser identificada duas linhas dentro do GP Oficina - uma ligada na investigação da ocupação espacial, que considera os grupos étnicos que por aqui transitaram no território Norte/Noroeste Fluminense e a segunda linha, que visa obter um conhecimento mais aprofundado juntamente com fatores naturais e sociais, investigando sobre as redes tecnológicas implementadas e as estruturas hidráulicas instaladas na bacia inferior do rio Paraíba do Sul e na bacia do Itabapoana. A interlocução entre as linhas suscita questões acerca do patrimônio arqueológico, memória e identidade social, onde seu objetivo culmina com diálogos sendo realizados entre a comunidade científica e local.

A partir de alguns projetos já realizados com: Sítios Arqueológicos: As Tradições Una e Tupi-Guarani e sua inserção no espaço ambiental da bacia do baixo Paraíba (FAPERJ/CNPq 2006-2008); Patrimônio Cultural do Norte Fluminense: inventário e pesquisa (PQ2 CNPq 2007-2010); Projeto Sítios Arqueológicos: as Tradições Una e Tupiguarani e sua inserção no espaço ambiental da Bacia do Médio Paraíba (CNPq 2007-2010); Povos Indígenas no espaço ambiental da bacia inferior do rio Paraíba do Sul:

Estudos de História e Arqueologia (PQ2 CNPq 2012-2014) e Observatório do Patrimônio Cultural de Campos: monitoramento e análise da preservação patrimonial nos municípios da microrregião de Campos dos Goytacazes/RJ (FAPERJ 2021-2025) têm contribuído no enriquecimento e desenvolvimento das pesquisas e ações voltadas ao patrimônio arqueológico local.

Desde o início das atividades realizadas pelo GP Officina, principalmente por meio de prospecções e, conseguinte por doações de objetos pela comunidade do entorno da Universidade e municípios adjacentes possibilitaram a formação de um acervo. O tratamento e acondicionamento das peças arqueológicas foi iniciada ao final de 2022, quando ainda não havia um espaço próprio para receber o acervo do Gabinete de Arqueologia, tendo os artefatos localizados na sala 115 do CCH sob a responsabilidade da Profa. Simonne Teixeira, coordenadora do GP Officina e fundadora do Gabinete. O acervo até antes do ano de 2022 passou por uma pré-sondagem com um manuseio voltado a sua proteção, porém não almejando sua Conservação Preventiva. Atualmente, a reserva técnica está localizada no Anexo do CCH na sala 3 em nível térreo em pleno funcionamento. Além dos artefatos, documentos produzidos por pesquisas, relatórios, fotografias e material bibliográfico também foram transferidos para o espaço.

O nome da reserva técnica como sendo “Gabinete de Arqueologia” advém de uma provocação aos chamados Gabinetes de Curiosidades (séculos XVI e XVII), comumente chamados como Câmaras de Maravilhas. Esses espaços agrupavam coleções de diferentes tipos de objetos, procedentes de diferentes continentes, com a finalidade de abranger todo o conhecimento produzido no mundo. Mantidos por príncipes, artistas ou burgueses interessados em colecionar e estudar sobre territórios e culturas distantes, esses locais recebiam objetos do Novo Mundo trazidos pelas Grandes Navegações do século XV. Esses objetos compunham as coleções que acabavam por alimentar a curiosidade e o desejo de entender outros povos e culturas. Os Gabinetes de Curiosidades operavam por assim dizer como as “Centrais de Cálculos” (Latour, 2000), núcleos que acumulavam informações e objetos de outros continentes. Ou seja, foi iniciado um ciclo de acumulação, pilhagem e domínio sobre terras distantes, do qual os territórios que praticavam tais atos acabaram por se tornar mais fortes, naquilo que Latour (2000) denomina por “conhecimento”, ou seja “como trazer as coisas de volta um lugar

para que alguém as veja pela primeira vez e outros possam ser enviados para trazer mais outras coisas de volta. Como familiarizar-se com coisas, pessoas e eventos distantes?” (Latour, 2000, p. 357). Essas centrais armazenam informações e objetos sobre os territórios descobertos, colaborando no processo de dominação e viabilizando o início do colecionismo e a acumulação de objetos da cultura material¹.

Na virada do século XVIII, os Gabinetes de Curiosidades experienciaram alterações no seu *modus operandi*. O uso científico e pedagógico desses locais rompeu com a cultura da curiosidade e com o arranjo desordenado das peças, dando lugar a uma especialização dos saberes (Brefe, 1998, p. 296). Assim, os objetos são separados em três categorias de acordo com Raffaini (1993, p. 160): obras de Deus (homens, animais e plantas); produtos da natureza (pedras); objetos de fabricação humana (artefatos). A autora salienta que esses diferentes tipos de seriações refletem uma ordenação na classificação dos objetos, atestando como o homem deste século estava posto na cultura erudita e como este estava compreendendo o universo a sua volta e o classificando. Dessa forma, com o surgimento das coleções de História Natural iniciava-se a classificação dos objetos na tentativa de criar uma ordem racional do mundo (Brefe, 1998).

Desse modo, os Gabinetes de Curiosidades foram espaços essenciais na origem dos museus e influenciaram diretamente nas técnicas utilizadas nos acervos e coleções atuais. Embora esta dissertação não tenha como foco uma análise específica das instituições museológicas, é importante apontá-las em certos tópicos, pois os espaços das reservas técnicas surgem em resposta às demandas desses espaços. Assim, empregar a palavra “Gabinete” para esta reserva técnica visitável carrega um sentido simbólico dos Gabinetes de Curiosidades; entretanto, superando as heranças tidas desses locais ao permitir que o Gabinete de Arqueologia experimente a extroversão e promoção dos bens patrimoniais, objetivando exceder os ideais comumente tidos das reservas técnicas, dos quais, em diversos casos, são tratadas como espaços voltados somente para a preservação cultural (Pereira, 2015). Mas também, promover mudanças

¹ Bucaille e Peséz (1989, p. 45) não definem o termo cultura material como um conceito, tendo em conta a sua apropriação por diferentes domínios e escritores, referindo-se, portanto, a cultura material como uma noção, pois é “demasiado imprecisa para ser um conceito”.

na maneira como as coleções arqueológicas são abordadas, reconhecendo-as como componentes necessários para a gestão do patrimônio cultural e peças-chave da nossa memória e identidade.

Podemos assim definir coleções como “qualquer conjunto de objectos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das actividades económicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público” (Pomian, 1984, p. 53). Ao fazer essa afirmação, Pomian sugere que o objeto, ao ser incorporado em uma coleção, acaba perdendo o seu valor original. Certamente, um prato cerâmico produzido por um grupo étnico de Tradição Una, não carregará a mesma função que teve na sua fabricação (comportar alimentos), passando a servir para apreciação e/ou entendimento sobre o passado, tendo a sua função recriada no presente. Com isso, os objetos ao serem introduzidos em coleções acabam por adquirir novos significados para além daqueles em que foi produzido.

Ulpiano Bezerra de Meneses (1992) afirma que o objeto fabricado em tempos passados, quando passa a integrar coleções na contemporaneidade, possui seu valor modificado e atualizado, constituindo-se assim, como um “objeto-portador-de-sentido” (Meneses, 1992, p. 12). O objeto não ocupará mais o seu lugar original para qual foi determinado na sua fabricação, e nem no sentido em que foi produzido, mas a partir do presente, são construídos novos significados. E, isto, de certa maneira pode se tornar algo perigoso, pois o presente influencia drasticamente no valor original de um objeto passado (Meneses, 1992).

O passado, e a própria cultura material que a ele pertencia, é construído e ressignificado a partir do presente, tornando-se parte fundamental da cultura contemporânea. E o passado-presente acaba por se tornar algo efêmero nos dias atuais, principalmente com as mídias sociais que acabam tornando o passado nem tão distante e o presente um *continuum* do tempo tão fugaz. É no presente que são atribuídos valores aos objetos passados e isto pode ser negociado por diversos sujeitos sociais, que possuem diversos entendimentos de como se ter o passado, se apropriando em certos casos de visões deturpadas. Por isso, os objetos do passado possuem tanto poder no presente, pois revelam mais sobre nós mesmos e os outros, como também das nossas raízes e ancestralidades (Cândido, 2017). Os objetos culturais não nos dão a real

dimensão daqueles que o produziram ou utilizaram, mas nos permitem desvelar as representações coletivas e os códigos sociais (Cândido, 2017) dos grupos étnicos que por aqui passaram e que ainda habitam o território.

Com a minha chegada em outubro de 2022, inicialmente como voluntária e posteriormente como discente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, foi iniciada a gestão do acervo do Gabinete de Arqueologia, facilitada pela coincidência da obtenção de uma sala específica para abrigar o acervo, antes acomodado em uma sala de multiuso do GP Officina. A gestão dos acervos arqueológicos de acordo com De Vasconcelos e Alcântara (2017) deve envolver diversos procedimentos que almejam a salvaguarda dos objetos, como valores não somente preservacionistas, mas também éticos, legais, teóricos e práticos. Com isso, a gestão patrimonial não somente se confronta com a materialidade do objeto, como também a diversidade de materiais a serem trabalhados (louças, cerâmica, vidro, ferro); pela documentação produzida pelas pesquisas de campo; pelas abordagens teóricas e históricas e pelo manuseio dos artefatos.

Conforme aponta Pereira (2015), a gestão do patrimônio arqueológico deve ser fruto de um conjunto de processos que compreenda tanto a preservação quanto o seu reconhecimento, incluindo ações voltadas à proteção e a ressignificação dos patrimônios culturais. Com isso, “a gestão patrimonial deve se preocupar com a fluidez e a pertença que as coleções arqueológicas podem suscitar enquanto símbolo e sujeito comunicador da relação sujeito - objeto - sujeito” (Pereira, 2015, p. 38). Nesse sentido, a gestão patrimonial não se encarrega somente em administrar os artefatos numa cadeia voltada para a sua conservação preventiva, que corresponderia ao físico. Ela também se compromete no sentido de qual forma esses objetos vão ser apresentados para as pessoas, para que sejam capazes de produzir novos significados frente aos patrimônios. A gestão patrimonial, então, é o meio pelo qual o patrimônio arqueológico torna-se acessível a todos, constituindo-se de uma dupla função: gerir tanto para sua proteção quanto para a sua difusão, portanto, deve englobar todas as esferas sociais, culturais, étnicos e religiosos, resultando em uma inclusão efetiva (Soares, Oosterbeek, 2018) da sociedade no acesso às coleções arqueológicas.

Em vista disso, foi escolhida a metodologia do Estudo de Caso (Gil, 2002) para manifestar profundamente as características estruturais e organizacionais do espaço do Gabinete de Arqueologia, cuja proposta inicial foi a elaboração de uma curadoria voltada para as coleções arqueológicas, que puderam garantir a continuidade desta pesquisa. Dessa forma, durante o meu primeiro ano de mestrado, uma gestão com foco na Conservação Preventiva foi estruturada para que o local adquirisse o status de reserva técnica visitável. Existem diferentes tipologias² de reservas técnicas de acordo com Gomes e Vieira (2013), onde se constituem como espaços destinados a proteger e salvaguardar parte dos objetos que compõem os acervos, mas que não estão sendo expostos, e diante disso, é essencial que seja “projetada, planejada, organizada, monitorada e mantida a partir de princípios, conceitos, modelos e paradigmas da Conservação Preventiva” (Froner, 2008, p. 3).

Em especial, a tipologia de reserva técnica visitável surge durante as décadas de 60 e 70 como resposta a um movimento de potencialização do acesso do público as coleções dos museus, ou seja, houve um crescente movimento para a democratização das coleções dos espaços museológicos (Romão *et al*, 2012). Em consequência disso, a visão tradicional desses espaços que tratava as reservas técnicas como uma exclusividade dos pesquisadores e na forma como consideravam esses espaços como depósitos de bens culturais (constantemente restringida a essa única função), onde os objetos eram mantidos “cativos”, abre espaço para ideais em que o público é o verdadeiro guardião das coleções e, por isso, deve possuir acesso a esses espaços (Romão *et al*, 2012).

Diante do exposto, o Gabinete de Arqueologia adotou a tipologia de reserva técnica visitável proposta por Gomes e Vieira (2013) objetivando em uma aproximação mais linear com os visitantes, levando em consideração suas demandas, contextos e particularidades. A partir disso, foram consideradas três funções primordiais desses espaços de acordo com Antonio Mirabile (2010):

- (i) Responder às exigências da conservação, limitando e antecipando os riscos de degradação, substituindo-os por condições favoráveis da conservação; (ii) Facilitar o acesso às coleções, a fim de favorecer o estudo e a difusão dos bens

² Convencional, consultável, visível e visitável (Gomes e Vieira, 2013, p. 134).

culturais. (iii) Permitir a movimentação das coleções, garantido a preservação e a segurança dos bens culturais (Mirabile, 2010, p. 5).

As reservas técnicas, portanto, cumprem um importante papel na preservação patrimonial e têm influenciado novos modelos de reservas, que caminha para o fortalecimento de uma construção mais ampla e diversa, assumindo um papel de protagonista no processo de reconhecimento dos artefatos arqueológicos e, assim, colocando a arqueologia no local onde deveria ocupar há muito tempo (Pereira, 2015). Para que elas cumpram seu papel na contemporaneidade, necessitam da ação da extroversão. Como relatado por Bastos (2006, p. 4), o conceito de extroversão arqueológica tem como enfoque o objetivo de tornar o patrimônio arqueológico “menos violento, de torná-lo mais palatável, que o conhecimento adquirido pelos arqueólogos e demais cientistas ocupados com a arqueologia seja um conhecimento que possa ser de acesso a todos aqueles que dele quiserem se apropriar”. Para sua realização é de fundamental importância não somente a formulação de um vocabulário acessível para a sociedade, mas também desenvolver ferramentas de democratização do patrimônio para que atinjam as camadas mais vulneráveis (Bastos, 2006).

Assim, a extroversão atua como uma ferramenta de devolutiva social, em que pesquisas desenvolvidas com base no patrimônio devem ser compartilhadas com a sociedade, permitindo o acesso dos sujeitos. Conforme destacado por Pereira (2017, p. 67 *apud* Bastos *et al.*, 2007, p. 147), a extroversão se fundamenta em diversas categorias, envolvendo a ampliação, comunicação, interação social e publicidade dos bens arqueológicos, modificando a relação da prática arqueológica com a sociedade, aproximando os sujeitos dos conhecimentos produzidos por esta ciência, bem como resultando em um contato mais profundo e significativo com os patrimônios culturais. É importante destacar que a extroversão de bens culturais não é um processo rápido e não se finaliza com as exposições, por extrapolar o compromisso em oferecer uma visibilidade aos acervos.

E, a partir dessas possibilidades, surgiram questionamentos - salvar **OU** usufruir? Loureiro (2017) expõe sobre esse antagonismo existente quando referido aos aspectos museológicos e o seu papel frente ao público, podendo ser também utilizado aqui referente às questões supracitadas. A autora traz essas oposições que usualmente

são utilizadas pelos pesquisadores: Proteger **OU** acessar? Cuidar **OU** divulgar? Esta concepção de que é necessário proteger para que as gerações futuras tenham a oportunidade de conhecer seus patrimônios, acaba por tornar o patrimônio arqueológico quase que intocável para que esse “ritual” se concretize, ocasionando ainda mais um afastamento das comunidades no acesso ao patrimônio arqueológico.

Loureiro (2017) convida-nos a um reexame desta polaridade, devendo ser desenvolvidas novas análises. Foi explorada a combinação das palavras, não mais vistas como opostas, mas como complementares entre si: Proteger **E** acessar; Cuidar **E** divulgar. Opor-se à conjunção OU possibilita um complemento entre preservação, acesso e interação com o patrimônio arqueológico, pois é contraditório promover a preservação dos bens culturais se não houver pessoas para apreciá-los, identificá-los e reconhecê-los. Então, para quem estamos realmente preservando?

Estes consistem na apresentação de duas posições (em geral extremas) como únicas alternativas aceitáveis, ocultando todo um espectro de possibilidades. Nesses casos o operador “OU” é (intencionalmente ou não) usado de modo impróprio, o que induz a falsas dicotomias como: ‘objeto OU público’; ‘coleção OU comunidade’ [...] (Loureiro, 2017, p. 209).

E mesmo diante disso, a disciplina da arqueologia tem, historicamente, mantido uma certa distância em relação à sociedade. Maria Cristina Oliveira Bruno (2005, p. 238) descreve isso como a “estratigrafia do abandono”, um fenômeno que resultou no afastamento das comunidades às pesquisas arqueológicas e das instituições que possuem acervos, criando camadas tão profundas que aqueles na superfície não conseguiam acessar. Essa situação é facilmente compreendida ao considerar que, apesar dos avanços em pesquisas e em normativas, o acesso e a gestão dos acervos arqueológicos ainda enfrentam desafios significativos, principalmente por não possuir uma gestão pública eficaz para o gerenciamento dessas coleções que permanecem, em grande parte, intocadas e isoladas do público.

Ao ser traçado um panorama da arqueologia e das coleções arqueológicas no território brasileiro, é notório um descaso preeminente na salvaguarda e gestão do patrimônio arqueológico. Realizando alguns recortes temporais e não necessariamente seguindo uma linha cronológica, temos com a chegada da corte real portuguesa e o início

do período colonial poucas referências sobre sítios e artefatos arqueológicos conforme apontam Funari e Bezerra (2013).

O primeiro lugar dentro do território brasileiro a receber e guardar artefatos arqueológicos foi o Museu Real no Rio de Janeiro, até então criado por D. João VI em 1818, sendo doado por ele a primeira coleção de História Natural. Avançando um pouco mais na temporalidade, na metade do século XIX, foi iniciado pelo dinamarquês Peter Lund, escavações em Lagoa Santa em Minas Gerais (Gloria, Neves, Hubbe, 2017). A partir deste momento, foi instituído a formação das primeiras coleções arqueológicas no Brasil, formadas a partir de enciclopédias classificatórias, iniciando a salvaguarda de acervos arqueológicos pelas instituições museológicas, como o Museu Nacional (RJ), o Museu Paulista (SP) e o Museu Paraense de História Natural (PA), posteriormente chamado de Museu Paraense Emílio Goeldi (Pereira, 2015). Como Daiane Pereira (2015, p. 43) comenta, a abertura desses museus em território brasileiro seguiu “um movimento mundial conhecido como a Era dos Museus ou Era de Ouro”, um período em que foram criados inúmeros museus pelo mundo a partir da transformação das coleções privadas em públicas. Já no século XX, as coleções arqueológicas detêm certa importância no cenário nacional, que acabaram por conduzir as práticas arqueológicas brasileiras, não mais apoiada necessariamente nos sítios arqueológicos, mas na salvaguarda das coleções em instituições.

Segundo Saladino, Costa e Mendonça (2013), a trajetória dos acervos arqueológicos no Brasil se entrecruza com o Iphan³, entidade pioneira na preservação do patrimônio cultural brasileiro. Contudo, apenas em 1979, 40 anos após sua criação, o Iphan integrou um arqueólogo em seu corpo curatorial, demonstrando uma fragilidade estrutural das instâncias elaboradas para uma gestão do patrimônio arqueológico (Saladino, Costa e Mendonça, 2013) ficando o setor da arqueologia relegado a segundo plano.

A partir de 1950 e 1964, o intelectual e humanista Paulo Duarte empenhou-se para que a Arqueologia conseguisse expandir as pesquisas arqueológicas, como também, um reconhecimento que tanto aspirava (Funari, 1994). A partir de 1952 é criada a Comissão

³ Inicialmente é criado em 1937 o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN) pela Portaria Lei nº 378/1937.

de Pré-História da Universidade de São Paulo (PUC) por Duarte, desenvolvendo diversas práticas voltadas para a proteção arqueológica. Com isso, em 1961 é votado e aceito pelo Congresso um projeto de lei⁴ direcionado para a proteção dos sítios arqueológicos. Esta lei não abarca todos os componentes necessários para aquele momento, contudo, ela é a resposta das lutas em prol de uma legislação voltada para o patrimônio arqueológico.

Em 1980 é criada a Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB)⁵ durante o Seminário Goiano de Arqueologia. Em 1981, o congresso foi realizado no Rio de Janeiro, nas Faculdades Integradas Estácio de Sá⁶ (Tega, Calippo e Bezerra, 2017). Neste contexto, começam a ser desenvolvidas Portarias⁷ que consolidam as pesquisas e regulamentam a profissão do arqueólogo. A partir de 2003 é criado pelo Iphan, o Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU/IPHAN) e sendo responsável pela gestão das instituições museológicas sob a guarda do Iphan, sendo substituído posteriormente pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) pela Lei nº 11.906/09, a partir do Ministério da Cultura.

Os autores destacam que tanto o Iphan e o Ibram possuem funções diferentes, mas que na prática elas não são tão evidentes, por isso não faz sentido produzir divisões entre órgãos institucionais com interesses comuns, devendo ter a necessidade de uma gestão conjunta entre o Iphan e o Ibram. Isso incluiria promover ações que fortaleçam a proteção do patrimônio arqueológico que envolvam o Estado, as instituições oficiais, as Instituições de Guarda e Pesquisas (IGPs), as Instituições de Ensino Superior (IES), os espaços museais, os municípios e as comunidades, criando um diálogo com os diversos agentes da gestão pública do patrimônio arqueológico. E, enquanto as entidades institucionais não se aproximarem em prol de discussões embasadas em uma gestão

⁴ Lei nº 3.924 de proteção aos monumentos arqueológicos e Pré-Históricos. Ainda hoje se constitui como a principal lei de proteção do patrimônio arqueológico.

⁵ Associação civil de caráter científico e cultural que “[...] tem por objeto congregar arqueólogos/as e demais especialistas dedicados à pesquisa, ensino que sejam interessados na arqueologia, patrimônio cultural e áreas afins, promovendo a pesquisa e a divulgação de assuntos referentes ao patrimônio arqueológico e cultural. (SAB, 2024).

⁶ Única instituição que fornecia um curso de Bacharelado em arqueologia no país.

⁷ Portaria nº 07/88 - autorização para escavações arqueológicas; Portaria nº 230/02 - licença ambiental através dos estudos preventivos da arqueologia e Portaria nº 28/03 - determina a renovação de licenças ambientais de procedimentos hidrelétricos.

pública eficaz, é visível a cada dia mais uma ruptura na proteção dos bens arqueológicos, que acabam por desenvolver mais desequilíbrios em um panorama que já está desequilibrado⁸.

É importante também destacar sobre o trabalho fundamental que a Rede de Museus e Acervos Arqueológicos e Etnográficos (REMAAE)⁹ têm desenvolvido. De acordo com informações do site¹⁰ da REMAAE, ela foi desenvolvida por profissionais da museologia e arqueólogos, tendo como foco uma troca de informações nos seus campos de atuação. Atualmente, ela obteve uma ampliação dos debates alcançando outras questões da preservação do patrimônio arqueológico. Já em 2015, foi criado o Grupo de Trabalho Acervos da Sociedade de Arqueologia Brasileira¹¹ pela SAB. Juntos, organizam anualmente o Fórum de Acervos Arqueológicos, que tem promovido discussões sobre o patrimônio arqueológico, suas normas e políticas. Esses Fóruns fortaleceram os debates a respeito do patrimônio arqueológico, sobretudo no que concerne às reflexões sobre as práticas de gestão e preservação desses acervos. Os Fóruns são realizados anualmente em diversas partes do Brasil reunindo pesquisadores, onde são elaboradas cartas que condensam as discussões obtidas durante o evento, como também sugestões para os enfrentamentos das temáticas abordadas.

No ano de 2023, ocorreu o VI Fórum de forma remota, onde foi obtido a consolidação de todos os Fóruns realizados anteriormente, solidificando as discussões e pesquisas sobre os acervos arqueológicos. Neste momento, tive a oportunidade de ingressar como participante do Grupo de Discussão (GD3) - *Extroversão* a convite da minha orientadora. A partir dos seis encontros e com temáticas já delimitadas, na qual a cada semana um novo texto era disponibilizado para debates, pude aprofundar meus

⁸ Nota-se o desequilíbrio existente entre as portarias publicadas pelo Iphan e o Cadastro Nacional de Museus pelo Ibram (Saladino, Costa e Mendonça, 2013).

⁹ Criada durante o Grupo de Trabalho de Museus Arqueológicos e Etnográficos, no III Fórum Nacional de Museus, em 2008. Para saber mais, acesse: BRUNO, Maria Cristina Oliveira et al. Resiliência do devir: notas sobre o lugar, o papel e a atuação da REMAAE na defesa das coleções arqueológicas e etnográficas brasileiras. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 19–42, 2020. DOI: 10.24885/sab.v33i3.844. Disponível em: <<https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/844>> Acesso em: 15 ago. 2024.

¹⁰ <https://acervosarqueologicos.wordpress.com/remaae/>

¹¹ Criado no XXVIII Congresso Nacional da SAB e possui como propósito a ampliação do espaço para o debate sobre a preservação e gestão dos acervos arqueológicos. Para ver mais, acesse: <<https://acervosarqueologicos.wordpress.com/gt-acervos-sab/>>

conhecimentos acerca das possibilidades de extroversão, principalmente pelo meio virtual, e as ferramentas disponíveis via on-line (principalmente um conhecimento mais aprofundado sobre o Projeto Tainacan), podendo ampliar as perspectivas desta pesquisa, como também buscar novos contornos para a reserva técnica visitável do Gabinete, onde futuramente também será realizada sua extroversão por meio de repositórios digitais.

Ao ser analisado, mesmo que brevemente os caminhos percorridos, tanto da arqueologia quanto dos acervos arqueológicos no Brasil desde o século XIX, é perceptível o papel secundário que ocuparam, tanto nas pesquisas quanto na consolidação da disciplina arqueológica (Pereira, 2015). Por possuir um caráter estável, os ideais que orientaram a gestão patrimonial arqueológica, acabaram por influenciar também os locais de Guarda e Pesquisa, que, em muitos casos acabam sendo comparados a lugares para depósito de bens arqueológicos, e em decorrência disso, inibindo revisões e renovações do campo. E por mais que haja nos dias atuais um certo movimento para que a gestão patrimonial seja consolidada através de uma normativa mais direcionista e sendo debatida com mais frequência pelas instituições, universidades e agentes patrimoniais, ainda é constatado um resquício de isolamento, produzido pela “estratigrafia do abandono” (Bruno, 2005). E este isolamento, quase que tido de forma “planejada”, advém também da profissão do arqueólogo, que acaba em certos casos, apoiando-se em seu discurso exclusivo para escavações arqueológicas (Lei nº 13.653/2018).

O arqueólogo Klaus Hilbert (2006) destaca sobre a importância do papel do arqueólogo para as comunidades, onde ressalta que por mais que cada profissional tenha seu estilo em relação ao campo teórico, como também prático, todos devem possuir uma conduta devolutiva para a sociedade, pois é para ela quem mais interessa o patrimônio arqueológico, bem como, é através dos sujeitos que o compromisso social dos arqueólogos é delineado. E, como é de entendimento que a prática arqueológica (escavações) deve ser empreendida pelos arqueólogos, isto pode acarretar um distanciamento dos não-arqueólogos¹² das pesquisas e escolhas patrimoniais,

¹² Termo utilizado por Pereira (2019).

acarretando num desenvolvimento de que apenas os profissionais detêm o direito de acessar os artefatos, como também, de manter uma relação com eles.

O trabalho de um arqueólogo é de reorganizar o passado, contando histórias. Devem ser histórias úteis, contadas, escritas e desenhadas para responder às necessidades das pessoas que precisam de compreensão, consolo e ajuda para entender suas tragédias, derrotas e, porque não, também suas vitórias (Hilbert, 2006, p. 100).

É evidente a exclusividade que os arqueólogos possuem de realizar escavações, resultando o que Hilbert (2005, p. 98) afirma ser uma “negociação com os artefatos”. Porém, os não-arqueólogos desejam ainda mais participarem das negociações patrimoniais, pois estabelecer um contato com os artefatos é assumir-se diante deles, da sua memória, identidade e cultura. O patrimônio arqueológico não deve ser visto como um privilégio dos arqueólogos, sendo fundamental a inclusão das perspectivas dos demais sujeitos, os não-arqueólogos. Alterar esse cenário, que acaba por afastar os “conhecimentos populares” das várias etapas de pesquisa e decisões patrimoniais, tem sido um foco importante na arqueologia contemporânea, em especial da Arqueologia Pública. Isso acaba por revelar que a “restrição” do acesso aos acervos está mais relacionada a controles sociais do que à própria preocupação com a conservação física dos objetos (Pereira, 2019).

Fazer uma arqueologia quadrada, cientificamente amparada e encerrada apenas nos parâmetros acadêmicos, é fácil. Difícil é fazer uma arqueologia redonda, aberta e suscetível a multivocalidade advinda de pessoas simples, iletradas, do povo e que também querem falar e serem ouvidas em relação ao que a voz da ciência da Arqueologia alarde como detentora da reconstrução do passado (Reis, 2007, p. 35).

Como salientado, estão sendo realizados diálogos interdisciplinares (Pereira, 2015) que tragam um robustecimento sobre a temática da gestão social, que acabam por também impactar de forma benéfica outros campos de estudos, como as políticas públicas e sociais. O entrelaçamento entre essas temáticas também será observado neste trabalho, na qual fomentar a participação social nas escolhas patrimoniais, bem como na valorização e preservação dos bens culturais através das reservas técnicas visitáveis são demandas que a contemporaneidade anseia. Anne Pyburn (2007) discorre sobre a relação da sociedade com os patrimônios culturais: quem deve ser priorizado?

Quem o patrimônio representa? Quem tem a legitimidade para ditar o que deve ser preservado ou não?

Como é relatado pela autora, em muitos casos, as decisões patrimoniais sobre o que proteger ou valorizar acabam sendo recaídas na esfera pública e estatal, e que possuem uma agenda política bastante definida em relação às políticas culturais e patrimoniais. Isto certamente pode acabar afastando a sociedade de participar das escolhas do seu próprio patrimônio. Pyburn ainda ressalta em seu artigo que há uma certa tendência a uma supervalorização de preservação de sítios arqueológicos e monumentos históricos escolhidos através dos significados que carregam e pelo potencial de impacto, enquanto aqueles que do ponto de vista do olhar técnico do estado não possuem grande relevância (ou monumentalidade), são deixados ao relento do esquecimento.

O campo da preservação arqueológica - onde decisões quase sempre foram tomadas unilateralmente e sem conflitos, por uma elite intelectual e à luz dos seus próprios valores - está se transformando em uma arena na qual os questionamentos aos critérios de preservação vêm se multiplicando (Lima, 2007, p. 5).

Com isso, a sociedade tem se confrontado por diversos desafios que impedem sua participação plena nas decisões sobre os patrimônios histórico-culturais, resultantes essencialmente de uma política cultural de preservação baseada nos bens de pedra e cal, mas não tão somente apenas sobre esta política, mas também por descasos governamentais, políticas sucateadas que acabam sendo políticas de governo e não de Estado, instituições de fiscalização que em certos casos não possui corpo de funcionários para atender as demandas do território brasileiro e por último, as normativas que apenas “ficam no papel”, não sendo colocadas em prática por diversos fatores (falta de recurso humano, monetário ou tecnológico).

Neste aspecto, os espaços das reservas técnicas têm possibilitado aos sujeitos o acesso a duas dimensões: a primeira dimensão se refere a materialidade, onde os visitantes possuem um contato mais restrito com os patrimônios culturais (Pereira, 2017), ocasionando assim em uma maior compreensão das temáticas arqueológicas. Já na segunda dimensão, a subjetividade, ou como salienta Cândido (2017, p. 126) a “consciencialização” dos sujeitos através da antiguidade dos objetos, onde é desenvolvida uma esfera favorável para que os visitantes possam se reconhecer e

identificar-se através dos artefatos, assim como reconhecer que a sua construção identitária é fruto de ações sociais e culturais antepassadas.

Além do mais, o patrimônio arqueológico permite acesso sobre questões relativas à preservação e valorização do patrimônio cultural, bem como o entendimento que as coleções arqueológicas “aportam e potencializam” propriedades a longo prazo que se difundem por diversas áreas territoriais, sendo essencial a garantia da sua preservação para a produção de novos significados e estratégias de comunicação (Bruno, 2020, p. 16). O ato de preservar os bens culturais não é parar o tempo do relógio para que os objetos não sofram com a deterioração, mas é utilizar-se de todas as possibilidades que a preservação oferece para serem desenvolvidas conexões profundas com o passado, com nossas raízes, evitando o “desenraizamento” e o “esfacelamento identitário” (Lima, 2007) que marcam os dias atuais.

1.2 Gabinete de Arqueologia

Ao buscar subsídios que pudessem consolidar este Estudo de Caso, foi selecionada a pesquisa desenvolvida por Daiane Pereira (2015; 2017; 2019) referentes ao espaço da reserva técnica do Laboratório de Arqueologia Peter Hilbert, vinculada ao Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá. A autora argumenta que nas ações pontuais realizadas no Laboratório, principalmente através de visitas guiadas, os visitantes relataram que ao ingressarem ao espaço conseguiram compreender mais a fundo sobre a temática arqueológica, que até então não era muito conhecida por eles. Além disso, foi constatado pela autora que oferecer este contato mais profundo das comunidades com os patrimônios culturais, solidifica as questões identitárias e sociais, sobretudo num sentimento de pertencimento e reconhecimento. Pereira (2015) confirma que a extroversão pode auxiliar a expandir a participação das sociedades, porém devendo ser problematizadas as limitações dos processos de comunicação e a real aproximação dos visitantes com esses bens. E, ainda ressalta que, novas possibilidades podem ser sim criadas acerca das coleções arqueológicas, contudo, só serão possíveis se forem assumidos os desafios de transpassar as práticas e visões já fixadas dos discursos patrimoniais.

Dessa forma, oferecer à sociedade um contato mais direto com os patrimônios culturais a partir das reservas técnicas é permitir que novas abordagens sejam implementadas visando a proteção e valorização patrimonial, além de, sobretudo, produzir discussões sobre temáticas relacionadas a colonização europeia, ocupação territorial e o meio ambiente (Bruno, 2020). Esse acesso também contribui para o fortalecimento das identidades culturais e dos movimentos sociais (Bruno, 2020). E mesmo diante dessas diversas nuances favoráveis que os acervos arqueológicos permitem aos sujeitos, ainda são enfrentados no Brasil muitos impasses para o seu funcionamento e desenvolvimento, pois como apontado por Bruno (2020), deve ser levado em consideração um território colonizado por europeus, com diversos conflitos existentes frente a consolidação de uma república federativa e com um histórico de governos ditatoriais.

Ao estar redigindo sobre os enfrentamentos que os acervos arqueológicos sofrem no território brasileiro, deparei-me com uma reportagem¹³ sobre o sítio histórico do Cais do Valongo¹⁴. Na notícia, o jornalista relatava sobre a ameaça que o local estava passando em perder seu título de Patrimônio Mundial concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Imediatamente senti a necessidade de trazer este relato a esta escrita, pois ela evidencia nitidamente o abandono e o descaso da gestão e preservação do patrimônio cultural brasileiro. A gestão pública do Cais do Valongo revela uma grande negligência política - tanto o Governo Federal quanto o estadual e municipal permanecem em silêncio diante das condições precárias que o sítio histórico está enfrentando, assim como, o seu acervo arqueológico.

Tanto o município, estado e governo federal agiram de forma conjunta para que o sítio conseguisse o reconhecimento da UNESCO. Porém, as ações que foram tomadas após e os negligenciamentos na gestão urbana, nos patrimônios, falta de diálogo entre os entes, diferentes interesses políticos, descontinuidade de programas/projetos, acabaram formando uma ameaça direta para o sítio histórico. Não há uma situação orquestrada, mas situações que combinadas levam ao abandono e desmantelamento do

¹³ <https://diariodorio.com/preocupante-cais-do-valongo-pode-perder-titulo-de-patrimonio-mundial/>

¹⁴ O Cais do Valongo, localizado no Sudeste do Estado do Rio de Janeiro, é considerado o principal porto de entrada de escravizados no Brasil.

patrimônio arqueológico. Assim como, na ausência de um planejamento ou estruturação governamental. Rubim (2007) em seu texto intitulado *Políticas culturais no Brasil: tristes tradições* ressaltava sobre as problemáticas existentes em torno das políticas culturais brasileiras. Nele, Rubim afirma que a história das políticas culturais brasileiras pode ser definida pelas palavras - “ausência, autoritarismo e instabilidade” (Rubim, 2007, p. 1) sendo marcado por dilemas e confrontos, principalmente pelo fato de possuir uma instalação tardia. Em especial, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que é considerado como “o ponto final da transição para a democracia e para um novo modelo econômico no país” (Rubim, 2007, p. 9) inaugura o neoliberalismo em todas as áreas, incluindo na cultura. O afastamento do Estado das decisões sobre as políticas culturais acabou causando diversas críticas, principalmente sobre o,

poder de deliberação que passa do Estado para as empresas e seus departamentos de marketing; uso quase exclusivo de recursos públicos; ausência de contrapartidas; incapacidade de alavancar recursos privados novos; concentração de recursos [...]; projetos voltados para institutos criados pelas próprias empresas [...]; apoio equivocado à cultura mercantil que tem retorno comercial; concentração regional dos recursos (Rubim, 2007, p. 10).

Isso aponta que o incentivo cultural está predominantemente nas mãos do setor privado e privilegiando os interesses mercantis, indicando que não há de fato uma política de Estado (em nenhuma das três esferas); o que podemos ver são políticas de governos alicerçadas no mercado. Em diversos casos, a falta de ação por parte da União na gestão dos patrimônios culturais configura-se também como uma “estratigrafia do abandono” (Bruno, 2005). Esse termo pode ser utilizado para descrever todas as barreiras que o patrimônio arqueológico tem enfrentado na história brasileira e que se manifestam em um determinado momento histórico sendo sobrepostas por novas problemáticas, porém não sendo substituídas, mas mantidas através de novos enfrentamentos e desigualdades.

Consequentemente, é visível que a gestão dos acervos arqueológicos representam uma adversidade que perdura na história nacional, pois a partir deles há uma manifestação dos símbolos desenvolvidos em nosso meio, que atuaram e ainda

atuam em favor da opressão, mas também podem operar em prol da memória¹⁵, “pois de alguma forma são responsáveis pelo desvelar do que há de muito significativo em nossas sociedades ao longo do tempo, como também não nos deixam esquecer de tudo que há de mais perverso na trajetória da humanidade. São expressões e indicadores de memórias” (Bruno, 2020, p. 12).

Com isso, a tarefa de maximizar o potencial dos acervos arqueológicos e explorar suas possibilidades tem sido um desafio atual, pois essa questão ainda está em desenvolvimento na realidade brasileira (Pereira, 2017). Como Pereira relata, a ausência de decisões claras sobre a criação ou abertura de reservas técnicas acessíveis têm dificultado de certa forma o processo para que o patrimônio arqueológico adquira novos significados e dimensões. No Brasil, em um panorama de descompromisso com as instituições de guarda e pesquisa arqueológica, é urgente diversificar as abordagens para uma aproximação do patrimônio arqueológico com a sociedade, além dos locais tradicionais, como os museus. Dessa forma, as reservas técnicas visitáveis se compõem em uma dessas perspectivas para o acesso aos bens patrimoniais (Pereira, 2017).

É importante ressaltar que o Gabinete de Arqueologia, mesmo demonstrando possuir todos os requisitos de um espaço museal¹⁶, não se caracteriza como tal, pois é almejado que este espaço detenha uma singularidade. Portanto, o Gabinete é a materialização dos trabalhos realizados pelo GP Oficina no decorrer de 20 anos que vem agrupando diferentes tipologias de artefatos oriundos dessas pesquisas, prospecções e doações voluntárias.

Embora não apresente um acervo vasto, trata-se do mais significativo acervo arqueológico da região, que conta também com os registros de campo, concedendo uma

¹⁵ Em exemplo, Lima (2007) relata que durante o período Getulista houve a utilização de coleções advindas de artefatos pré-históricos para a elaboração de uma identidade nacional nos livros didáticos de História. De acordo com a autora, a partir de 1930, o sistema educacional foi reestruturado dando lugar a um Estado “unitário e centralizador, fortemente nacionalista, para o qual era fundamental a construção de uma identidade nacional” (Lima, 2007 p. 18). Com isso, as áreas educacionais e culturais obtiveram um patamar importante para o fortalecimento e criação de uma imagem positiva do Estado Novo. A autora ainda relata que entre 1940 e 1950, aumentou-se as informações referentes aos artefatos provenientes dos grupos pré-históricos e das possíveis hipóteses do povoamento da América do Sul. A utilização desses conteúdos se deve ao fato da política cultural que Getúlio Vargas almejava alcançar para a sociedade brasileira.

¹⁶ A partir da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009 é instituído o Estatuto de Museus e outras providências.

identificação e qualificação dos artefatos a partir dos registros que relatam sobre o momento em que foram coletados. Ao todo, a reserva técnica salvaguarda objetos arqueológicos de mais de nove municípios referentes ao Norte/Noroeste Fluminense. Por isso, a consolidação de um espaço que possa receber visitantes, como também pesquisadores, favorecerá consideravelmente, numa aproximação da comunidade local ao patrimônio arqueológico, e como um local de reflexões patrimoniais, possibilitando em um alargamento das discussões já elaboradas com as demais Instituições de Ensino Superior (IES) existentes no município.

Também é importante evidenciar que na região são deficitários os espaços voltados para a cultura ou memória local, e quando há, os objetos arqueológicos são exibidos de forma totalmente descontextualizada, somando-se ao fato de que muitos desses artefatos não possuem documentação do seu registro, o que ocasiona falta de informações sobre este, além de acabar se tornando peças somente colocadas nas vitrines. A seguir, é possível visualizar a partir da planta baixa demonstrada na Figura 01 a disposição mobiliária¹⁷ do Gabinete de Arqueologia.

¹⁷ A sala possui duas vitrines, duas estantes de metal, um armário que comporta o acervo, duas mesas de trabalho, um computador de mesa para consultas e pesquisas, uma televisão, um *datashow*, uma mesa de apoio para *notebooks* e para o suporte dos *cards* informativos, painéis e um totem interativo.

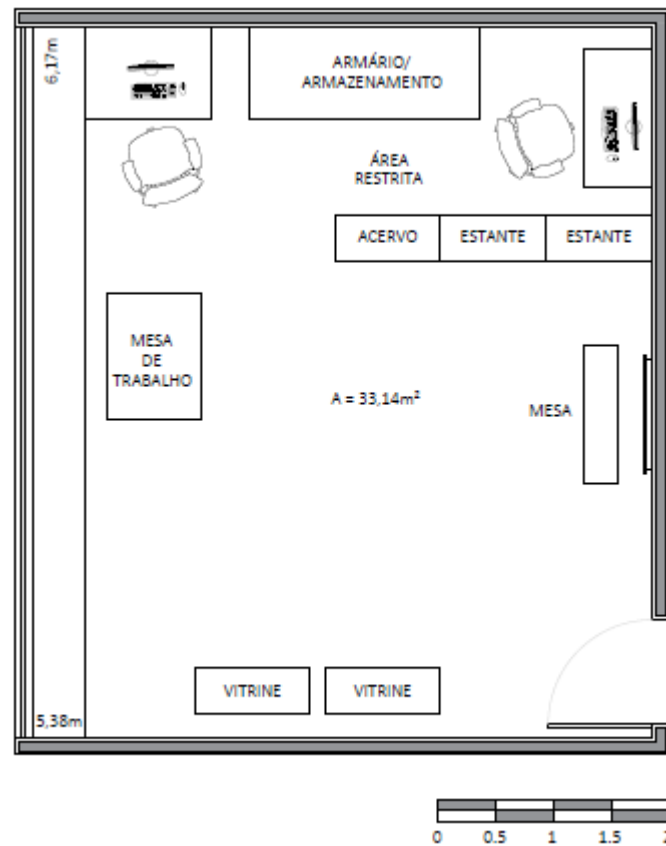


Figura 01: Planta baixa
 Fonte: Figura do autor, 2024.

Realizando breves comparações de reservas técnicas espalhadas pelo território brasileiro com o Gabinete de Arqueologia, é evidente que o nosso espaço contém uma infraestrutura que facilitará os trabalhos em desenvolvimento, assim como em ofertar um espaço amplo para os visitantes. Muitas das reservas técnicas acabam por enfrentar diversas dificuldades, tanto financeiras quanto arquitetônicas. Como exemplo, foi selecionado o caso da reserva técnica visitável do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (MAE/UFBA), que passou ao longo dos anos 2000 por longas realocações de seus acervos, tendo seu acervo até sido condicionado em uma quadra esportiva, e consecutivamente mudado de local, sofrendo com ataques biológicos e naturais. Finalmente, o acervo do MAE/UFBA foi alocado em um espaço maior, porém ainda sofrendo riscos de perder seu material arqueológico.

Este exemplo evidencia os problemas que as reservas técnicas vêm enfrentando, sejam eles arquitetônicos, naturais, financeiros ou humanos. Esses espaços também se

deparam com a falta de compromisso ou de verbas da própria instituição que acolhe esses bens culturais. Dessa forma, a problemática existente das coleções que são abrigadas por IES e que por normativa se constituem em Instituições de Guarda e Pesquisa¹⁸ (IGPs) podem também ficar à mercê dos endossos organizacionais. Pois, como apontado por Bandeira (2020), as IES que são possuidoras da guarda legal dos bens arqueológicos, carregam vantagens e desvantagens, como o compromisso de uma gestão eterna advinda de transferências institucionais, ao ponto de que a continuidade dos trabalhos das reservas técnicas dependerão de quem estiver à frente, o que pode influenciar a oferta de condições adequadas para seu funcionamento, como também, a importância social em proteger e comunicar as coleções que estão sob a sua guarda. O cuidado e a manutenção dos acervos acabam ficando a cargo dos docentes e dos apoios obtidos por meio de editais nas agências de fomento. No caso do Gabinete de Arqueologia, este contou com recursos financeiros para sua estruturação, do CNPq e FAPERJ; além de bolsas de Iniciação Científica, pós-graduação e extensão (CNPq, CAPES e FAPERJ) e voluntários¹⁹, que garantem a pesquisa e as demais atividades, como por exemplo, o desenvolvimento de material didático e recepção de visitantes.

De modo geral, as IES que acolhem bens culturais que estão apoiadas no tripé ensino, pesquisa e extensão, precisam explorar as qualidades das coleções arqueológicas no quesito da produção de conhecimento, ações educativas e comunicações, assegurando a execução das tarefas institucionais e de uma assistência

¹⁸ Portaria IPHAN Nº 196 de 18 de maio de 2016 que dispõe sobre a Conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de coleções arqueológicas e a Ficha de Cadastro do Bem arqueológico móvel. Por definição do Iphan as IGPs são “locais reconhecidos pelo Iphan capazes de conservar, proteger, estudar e promover a extroversão dos bens arqueológicos, atendendo ao trinômio pesquisa, conservação e socialização”. As IGPs são registradas no Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos (Cnigp) administrado pelo Centro Nacional de Arqueologia (CNA). O foco deste cadastro é o de gerir e divulgar o registro de instituições que possuem ou desejam receber artefatos de pesquisas arqueológicas. O Iphan faz o monitoramento de quais instituições irão receber os acervos. Atualmente no Rio de Janeiro/RJ existem 13 IGPs registradas que estão disponíveis no site: [\[https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-arqueologico/instituicoes-de-guarda-e-pesquisa\]](https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-arqueologico/instituicoes-de-guarda-e-pesquisa)

¹⁹ Atualmente, desde esta escrita a reserva técnica visitável Gabinete de Arqueologia conta com 2 bolsistas de Iniciação Científica (História e Ciências Sociais), 1 Universidade Aberta (Ciências Sociais) e 1 voluntária (Licencianda em História). É importante destacar que durante a formação do Gabinete com a sua curadoria e desenvolvimento da exposição, essas etapas foram produzidas por mim, tendo posteriormente o ingresso dos demais participantes.

para a salvaguarda do patrimônio arqueológico (Bandeira, 2020). Nesse contexto, além de atuarem como instituições que recebem e armazenam acervos, elas deveriam ser solicitadas a refletirem juntamente com órgãos estatais, como o Iphan e o Ibram, na reflexão e desenvolvimento de normativas específicas que fundamentam e consolidam a gestão desses espaços e sua extroversão (Bandeira, 2020).

A adoção de diretrizes específicas para o gerenciamento do patrimônio arqueológico em IES não deve ser vista como “uma receita pronta de bolo”, mas como um ponto de partida que forneça orientações, evitando que as instituições tenham de começar do zero (Costa, 2019), bem como, possuindo uma base sólida para conduzir e organizar adequadamente seus acervos arqueológicos. Vale ressaltar também que, atualmente, a maior parte do patrimônio arqueológico está salvaguardado nas IGPs. Portanto, a urgência na estruturação de políticas direcionadas a esses espaços se torna um caminho basilar para fortalecer as políticas culturais de preservação já em vigor no Brasil.

Como ressalta Carlos Alberto Santos Costa (2019), as políticas culturais e de preservação patrimonial brasileira são fundamentadas por diversas normativas, portarias, decretos-lei, além das recomendações internacionais da qual o Brasil é signatário que determinam a regulação dos processos de preservação e pesquisa do patrimônio arqueológico. Se as normativas realmente fossem implementadas e efetivadas com uma sistematização de gerenciamento, as recomendações internacionais fossem revistas e sendo desenvolvidas leis que contemplassem os espaços das IES, os problemas relacionados à gestão e preservação do patrimônio arqueológico seriam significativamente reduzidos, e quem sabe até inexistentes. Porém, deve ser sempre lembrado que a preservação do patrimônio arqueológico não ocorre somente pela aplicação de normativas.

A seguir na Tabela 01 é apresentada a legislação brasileira referente ao patrimônio arqueológico e suas atribuições, contendo ao final as recomendações internacionais do qual o Brasil é signatário.

Decreto-Lei n.º 25/1937	Estabelece livros do Tombo como forma de proteção do patrimônio histórico-cultural
Lei n.º 3.924/1961	Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.
Resolução CONAMA n.º 01/1986	Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.
Portaria IPHAN n.º 07 de 1988	Estabelece a regulamentação de pedidos de pesquisa para o desenvolvimento de pesquisas de campo e escavações arqueológicas.
Constituição de 1988	Art. 20; Art. 23 e Art. 216
Decreto n.º 98.830/1990	Dispõe sobre a coleta, por estrangeiros, de dados e materiais científicos no Brasil, e dá outras providências.
Lei 9.605/1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
Decreto n.º 3.551/2000	Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio.
Portaria IPHAN n.º 230 de 2002	Compatibilizar as fases de obtenção de licenças ambientais em urgência com os estudos preventivos da arqueologia
Instrução Normativa IPHAN n.º 01 de 2015	Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo IPHAN, quando instado a se manifestar nos processos de licenciamento ambiental federal, estadual e municipal.
Portaria Interministerial n.º 60/2015	Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA.
Portarias IPHAN n.º 195/2016	Dispõe sobre procedimentos para solicitação de movimentação de bens arqueológicos em território nacional.
Portarias IPHAN n.º 196/2016	Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel.
Portarias IPHAN n.º 197/2016	Dispõe sobre Procedimentos para Solicitação de Remessa de Material Arqueológico para Análise no Exterior.
Portaria n.º 137/2016	Institui um conjunto de marcos referenciais para a Educação Patrimonial – EP enquanto prática transversal aos processos de preservação e valorização do patrimônio cultural no âmbito do Iphan.
Ordem de Serviço n.º 02/2016 do IPHAN	Institui o Formulário de Fiscalização de Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos que deverá ser utilizado tanto para o cadastramento de novas instituições, quanto para o acompanhamento de instituições já cadastradas.
Lei 13.653/2018	Dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo e dá outras providências.
Portaria n.º 316/2019	Estabelecer os procedimentos para a identificação e o reconhecimento de sítios arqueológicos pelo Iphan.
Cartas internacionais	
Carta de Veneza (1964)	Carta que estabelece a conservação e restauração de monumentos e sítios arqueológicos.
Convenção do Patrimônio Mundial (1972)	Convenção que visa a proteção nacional e internacional do patrimônio cultural e natural.
Carta de Burra (1979)	Carta que estabelece a conservação e preservação dos sítios com significado cultural.
Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural da Humanidade (1972)	Adotada pela Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura (Unesco) para incentivar a preservação de bens culturais e naturais que possuem significados para a humanidade.
Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003)	Sancionada pelo Decreto legislativo n.º 22, de 1º de fevereiro de 2006, aprova o texto da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, celebrada em Paris, em 17 de outubro de 2003.
Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005)	Sancionada pelo Decreto n.º 6.177, de 1º de agosto de 2007, promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005.

Tabela 01: Legislação patrimonial
Fonte: Desenvolvido pela autora.

Como relata Silva (2007), até a data de publicação de seu artigo existia no país cerca de 12 mil sítios, somando-se ao grande volume de artefatos arqueológicos advindos das escavações, a ferramenta do Tombamento se mostrava um meio deficitário para atender esse grandioso número de sítios e objetos. É relatado pela autora que alguns sítios e coleções arqueológicas até foram tombados, porém a efetividade deste decreto-lei voltado para a preservação do conjunto de bens arqueológicos transformou-se em algo irrealizável. Assim, esta forma de acautelamento não se efetivou para o patrimônio arqueológico, pois os bens tombados não poderiam sofrer nenhum tipo de destruição ou modificação, criando uma certa ambiguidade sobre as questões de escavações, pois quando o sítio é escavado ele já sofre alterações.

Como já foi mencionado, no ano de 1961 foi promulgada a Lei Federal nº 3.924, passando a ser a principal normativa uma vez que “traz um conteúdo específico, estabelece os conceitos próprios da matéria e atribui ao IPHAN a competência para o exercício de seu poder de polícia administrativa” (Soares, 2007, p. 68 *apud* Laia, 2017, p. 3), sendo definida como uma ferramenta pública fundamental direcionada para a proteção arqueológica, como também uma das maiores conquistas obtidas para a preservação arqueológica no país.

Ao realizarmos uma breve comparação entre o Decreto-Lei nº 25/37 com a Lei nº 3.924/61, é perceptível que a primeira normativa citada possui como ferramenta voltada para a preservação, o Tombamento, que carrega como significado colocar sob a tutela estatal bens com “características excepcionais históricas, artísticas, paisagísticas, arqueológicas e naturais, ou por se vincularem a fatos memoráveis da nossa história, merecem integrar o patrimônio cultural do país” (Silva, 1996, p. 20). E como citado acima, o Tombamento acabou não abrangendo a totalidade existente dos sítios e os acervos arqueológicos, demonstrando ser uma política deficitária para a preservação arqueológica. Em contrapartida, a Lei nº 3.924/61, em seu Art. 1º “os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público”, se direciona para qualquer bem arqueológico, que corresponda a cultura brasileira, independente se estão ligados ou não a uma categoria específica.

É visível que as normativas citadas possuem como foco a preservação do patrimônio brasileiro e por mais que se tenham transcorrido 63 anos desde a promulgação da Lei nº 3.924/61 e mesmo com novas normativas²⁰ e portarias sendo implementadas após ela, as leis focadas para a preservação arqueológica ainda estão aquém do processo social, como também não acompanharam as mudanças sociais. Não é somente uma mudança nas leis que trará uma resolução rápida e eficaz para este quadro, mas sim uma política vinculada com os interesses do Estado, mas também dos municípios, arqueólogos e não-arqueólogos. É fundamental possuir uma política de preservação forte, que permita que a arqueologia construa um campo de diálogos (Silva, 2007) e decisões, onde escolher preservar algo acaba impactando todos os agentes envolvidos nas escolhas políticas e patrimoniais.

Lembrando que são os fatos sociais que geram as leis, é fundamental que as normas legais [...] acompanhem a dinâmica da sociedade para a qual foram concebidas. Se elas ficam defasadas e em descompasso com as práticas sociais, o Estado-nação se torna refém de sua própria obsolescência, impotente para combater as múltiplas formas de impacto que se abatem sobre seu patrimônio (Lima, 2007, p. 8).

As normativas voltadas para a preservação patrimonial são essenciais para a garantia de continuidade da “vida” dos patrimônios na sociedade, sendo uma ferramenta pública e regulamentada. Porém, é necessário que as pessoas compreendam a exigência de defender e proteger seus patrimônios, dessa forma, é fundamental que a coletividade reivindique os seus patrimônios, pois é através dela que o aparelho estatal deve ser acionado, para que este venha a salvaguardar os recursos que consideram importantes (Silva, 2007). Portanto, é imperativo que haja uma atuação da sociedade que acabe por “cobrar” que o Estado aja sobre as questões patrimoniais, sobretudo num desenvolvimento de uma normativa específica para uma gestão das coleções arqueológicas.

Sem a abordagem de gestão que seja direcionada para a - preservação, acesso e extroversão - o patrimônio arqueológico continuará a enfrentar desafios que comprometem a sua interação com o público (Pereira, 2017). Pois, é evidente que existem omissões nas normativas patrimoniais relacionadas às coleções mantidas,

²⁰ Licenciamentos Ambientais.

principalmente em reservas técnicas abrigadas em IES que são IGPs. É necessário um trabalho em conjunto, almejando regulamentos que fortaleçam as questões sobre o patrimônio arqueológico e assegurem sua preservação tangível e fundamentada, permitindo que as coleções salvaguardadas em reservas técnicas se movimentem para sua proteção, quanto para sua difusão.

No caso do Gabinete de Arqueologia, que está abrigado dentro de uma IES, é evidente a preocupação em garantir que a Universidade reconheça a importância de preservar, como também de salvaguardar bens culturais de valor inestimável para a história do município de Campos dos Goytacazes e áreas adjacentes. E mesmo que o espaço do Gabinete ainda não tenha a aprovação da Portaria Iphan nº 196/2016, empenhos estão sendo direcionados para darmos prosseguimento de tornar o local uma IGP, sendo que já estão em andamento os diálogos com o Iphan. Além do mais, é de fundamental importância a participação dos alunos e docentes da Universidade para a elaboração de uma regulamentação institucional que garanta o gerenciamento do espaço, assim como, sendo necessário que a própria Universidade caracterize o local como sendo de pesquisa e extroversão. E, além do que isso, a Uenf precisa reconhecer que o Gabinete contribui diretamente com novas pesquisas ao acolher a interdisciplinaridade disposta no espaço, como também, os artefatos ali presentes se constituem como um bem público, e sendo assim, deve assumir a responsabilidade de torná-los acessíveis. Esse reconhecimento deve se dar por meio da consolidação de um programa institucional de gestão de acervos de interesse científico.

É essencial, também, uma maior atenção à infraestrutura, instalando, principalmente, extintores. A necessidade de uma estrutura ficou latente quando, no segundo semestre de 2024, o segundo andar do CCH foi atingido por um incêndio, correndo o risco do fogo se alastrar e atingir o acervo da reserva técnica, que se encontra próximo ao local do incidente. Além do mais, é necessário a abertura de novos concursos públicos que contemplem profissionais capacitados para atender as demandas do espaço, como também promover internamente um incentivo para que a comunidade universitária (professores, funcionários e alunos) se habitue com o espaço, sendo como um local que em suas horas de lazer, possam levar conhecidos e familiares.

Dessa forma, a Uenf torna-se a primeira IES do Norte/Noroeste Fluminense a abrigar e proteger o patrimônio arqueológico. Este é um grande passo para a instituição, principalmente se levado em consideração que Campos dos Goytacazes é o primeiro município do interior do estado do Rio de Janeiro a possuir uma reserva técnica visitável. É imprescindível que o gerenciamento deste espaço tenha como garantia o seu acesso a gerações presentes e futuras, como também há uma certa inquietação para que o município ofereça subsídios ao espaço da reserva técnica. Portanto, pensar que todos possuem o direito de conhecer e usufruir seus patrimônios culturais, é pensar sobre as possibilidades que os sujeitos poderão desenvolver ao acessá-los. É desenvolver condições de ofertar cultura, mas também novos conhecimentos e práticas. Realizar esta reflexão é fundamental para que a Universidade, bem como os sujeitos que a integram, compreendam a importância de possuir um local de memória.

Assim, atender às novas demandas sociais ao compor a participação da comunidade científica e local na gestão dos patrimônios é o caminho para que as pessoas se engajem socialmente (Pereira, 2015). Acredita-se também que as reservas técnicas visitáveis se constituíram como locais prioritários nos últimos anos para proteção, valorização e extroversão do patrimônio arqueológico, pela ausência de uma política voltada para as coleções arqueológicas. Portanto, esses espaços ao promoverem um estreitamento nos diálogos com os visitantes, incentivam o compartilhamento de experiências e conhecimentos, pois “tem tudo para deixar de ser uma sala fechada e quebrar a “quarta parede” do conhecimento, proporcionando um elo entre o público e o patrimônio” (Felix, 2022). Essa ligação promove não somente uma ampliação da participação comunitária, mas também possibilita novos significados e valores associados ao patrimônio histórico-cultural, à gestão dos acervos, à preservação e à valorização do patrimônio arqueológico local, como também das políticas públicas.

Capítulo II

A gestão das coleções e planejando a exposição do Gabinete de Arqueologia

2.1 Curadoria da reserva técnica visitável Gabinete de Arqueologia

Em função dos recursos disponíveis para a realização da gestão do Gabinete de Arqueologia, a montagem da sala foi realizada paulatinamente através de etapas. Desde setembro de 2022 até dezembro de 2023, foi realizada a curadoria do espaço, sendo selecionada a metodologia de inventariação delimitada por Maria Inêz Cândido (2006). E até o momento desta escrita, o acervo possui 1.259 peças que foram separadas inicialmente pelas categorias entre Arqueologia Pré-Colonial (objetos referentes a povos pré-cabralinos) e Arqueologia Histórica (objetos referentes ao contato com o europeu). Para a realização da preparação do acervo em coleções foi necessária a utilização de técnicas empregadas em instituições museológicas direcionadas para a preservação, investigação e comunicação desses bens arqueológicos. Neste contexto, será exposto de forma aprofundada as etapas empregadas dentro do Gabinete de Arqueologia almejando a inventariação da sua coleção e continuação desta dissertação.

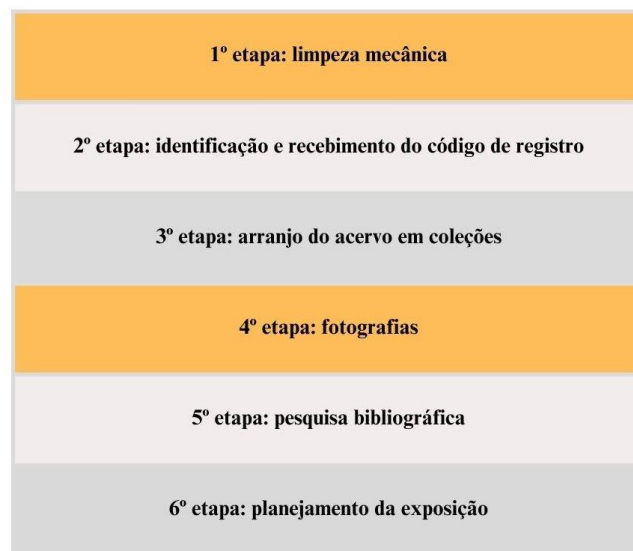


Tabela 02 - Etapas empregadas no Gabinete para a inventariação
Fonte: Desenvolvido pela pesquisadora a partir de Cândido (2006).

Na primeira etapa empregada para dar início a curadoria do Gabinete de Arqueologia, as peças sofreram tratamento de limpeza mecânica superficial, sendo limpos com trinchas macias e posteriormente alocados em embalagens plásticas transparentes, para qual, objetos mais frágeis foi utilizado plástico bolha e espuma de polietileno. Na segunda etapa, os artefatos que ainda não tinham sido identificados por equipes antigas que já tinham trabalhado no acervo no âmbito do GP Oficina, foram identificados e ganharam um código de identificação individual, inserindo cada peça de forma definitiva no acervo. O código de registro utilizado para a identificação dos artefatos foi desenvolvido a partir das próprias demandas da reserva técnica Gabinete de Arqueologia, ao possuir um acervo de porte pequeno se for comparado em relação a outras instituições.

Com isso, a referência foi desenvolvida a partir de um modelo de sistema também delimitado por Cândido (2006), de numeração alfanumérico tripartido, onde os primeiros números simbolizam a sua entrada no acervo, posteriormente a sigla da tipologia de coleção e ao final, o local em que foi encontrado o objeto - como exemplo temos 001CSJ (001 - número de referência, C - cerâmica, SJ - São José, Itaocara), tendo este código inserido através de uma etiqueta branca disposta no saco juntamente com o artefato. Posteriormente, foi empregada a terceira fase da arrumação do acervo em tipologias de coleções:

Ossada animal	Carvão
Malacológico	Chumbo
Remanescentes humanos	Ferro
Telhas	Fornos
Tijolo	Lítico
Vidro	Louça histórica

Tabela 03 - Tipologias das coleções
Fonte: Desenvolvido pela autora, 2024.

Foi optado que a cada início de coleção era iniciado a contagem alfanumérica, pois desejávamos que, futuras peças ao adentrar na reserva técnica, possam ser inseridas em suas respectivas tipologias de materiais, favorecendo assim, uma rápida

pesquisa no acervo. Para a quarta etapa foi realizada as fotografias do acervo, na qual os artefatos foram fotografados de forma individual em um fundo branco, tendo com o auxílio de uma régua sendo disposta juntamente com o objeto para trazer uma noção de suas medições. Nesta etapa o objetivo central foi alcançar o desenvolvimento de um banco de imagens para consultas escolares e/ou pesquisas acadêmicas, uma vez que nem todos os objetos se encontram em exposição. Este banco de imagens está localizado na nuvem no *Google Drive* do e-mail institucional do Gabinete, assim como no computador do espaço. Futuramente, as imagens irão compor um repositório virtual²¹ da reserva técnica aspirando uma maior fruição dos conhecimentos produzidos pela/na reserva técnica.



Foto 01 - Referente à quarta etapa - Fragmento de uma cerâmica indígena encontrada no sítio Bela Vista/São Fidélis

Fonte: Banco de imagens do Gabinete de Arqueologia, 2024.

²¹ Este repositório virtual será construído através da plataforma do Tainacan.



Foto 02 - Referente à quarta etapa - Fragmento de faiança fina encontrado no centro de Campos dos Goytacazes/RJ

Fonte: Banco de imagens do Gabinete de Arqueologia, 2024.

Como salientado por Sayão (2016), a diversidade de informações e aplicativos digitais tem promovido a oferta de serviços on-line voltados para a gestão do patrimônio digitalmente. No momento em que há um movimento para que as coleções locais passem a integrar repositórios virtuais, há um real interesse em um compartilhamento em redes de coleções, proporcionando uma abertura de informações. Como exemplo o Projeto Tainacam, um *software* livre que possibilita que instituições museológicas ou IGP disponibilizem seus acervos virtualmente, ofertando de forma gratuita o *download* do *template*. Este avanço é imprescindível pois permite que instituições e universidades ampliem a extroversão por meio de repositórios digitais, possibilitando que não apenas membros internos, mas também o público exterior possa acessá-los. Além disso, a digitalização torna-se uma ferramenta indispensável para o gerenciamento de acervos, utilizando-se de etapas como “documentação, conservação, preservação, segurança, marketing e editoração” (Sayão, 2016, p. 270) demonstrando que o acervo digital está em um patamar bem mais avançado do que o acervo físico, pois amplia o potencial de informação que o patrimônio pode atingir.

A digitalização de acervos que compreendem bens com “data marcada” para a sua total desintegração veem nesta ferramenta a possibilidade de uma certa perpetuidade do objeto material no meio virtual, sendo que ao ser disponibilizado na Internet, há a possibilidade de que outras instituições entrem em contato com o material

e fortaleça ainda mais as pesquisas arqueológicas. E esta técnica tem sido empregada por museus, bibliotecas e arquivos, especialmente nos últimos anos com o avanço das tecnologias digitais. Dessa maneira, agregar esses procedimentos em reservas técnicas visitáveis potencializa o poder de extroversão dos artefatos, se tornando também de certa maneira como uma medida necessária frente aos objetos em estado avançado de deterioramento. Logo, preservar o efêmero através de repositórios virtuais também deve ser vista como um instrumento que fortaleça a divulgação e salvaguarda do patrimônio cultural.

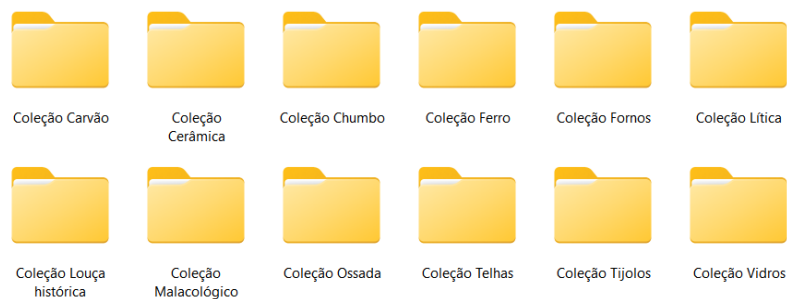


Figura 02 - Banco de imagens

Fonte: Banco de imagens do Gabinete de Arqueologia, 2024.

Na quinta etapa, foram realizadas pesquisas a repositórios virtuais de artigos científicos como as plataformas *Google Acadêmico* e *Capes*, como também livros disponibilizados pela reserva técnica. Essas consultas foram essenciais para o embasamento teórico da exposição, para a fabricação de material pedagógico e para o auxílio da contextualização dos objetos em exposição. Também foram utilizados artigos científicos e ou trabalhos acadêmicos produzidos por pesquisadores que atuaram no GP Oficina, como os cadernos de campo e fichas de registros. A seguir, será apresentado mais detalhadamente o processo de montagem da exposição da reserva técnica após a conclusão da curadoria.

2.2 A exposição

As pesquisas conduzidas pelas universidades brasileiras ainda permanecem, de certa maneira, inacessíveis, implicando diretamente em uma de suas atribuições - a popularização do conhecimento científico cultural. E, apesar de estudos que apontam um

crescimento do Brasil nesta área (Bueno, 2014; Santos, 2015) e pesquisas nacionais atingindo novos patamares, ainda é percebida uma certa descontinuidade na comunicação entre as universidades e a sociedade. Diante disso, o Gabinete de Arqueologia por meio da ferramenta da extroversão, desenvolveu uma exposição objetivando minimizar as dificuldades de comunicação existentes entre a academia e a comunidade.

De acordo Pereira (2001, p. 17) as exposições “são muito mais do que o simples processo de colocar objetos em vitrines ou quadros em paredes com um texto e legendas”. Através delas, seja em espaços museais ou reservas técnicas, é possível explorar as contribuições da cultura material para o entendimento dos usos na contemporaneidade sobre as coisas do passado. O Ibram (2017) define as exposições em seis atributos: 1) compõem um sistema de comunicação, possuindo um papel de representação e comunicação de histórias, tradições e conhecimentos; 2) podem simbolizar o primeiro contato dos visitantes com a cultura; 3) é resultado de um trabalho em conjunto, transformando o cientificismo numa abordagem mais dinâmica e clara; 4) representam manifestações e narrativas por meio dos sentidos; 5) as exposições devem funcionar como locais para a produção e extroversão de conhecimento, operando em prol das manifestações políticas e sociais; 6) expor é encarregar-se de lutar contra a normalidade, o consenso e a desinformação. É nadar contra a maré dos estigmas e preconceitos, pois ao expor estamos, acima de tudo, propondo. Propondo novas narrativas, onde em diversas exposições acabam por representar histórias únicas com a intenção de alcançar uma única leitura sobre determinado grupo ou sociedade.

A maneira como o passado é tratado e apresentado nas exposições implica diretamente na forma como se deseja construir tanto o presente quanto o passado. As coleções e exposições cumprem um papel fundamental nos dias atuais, principalmente na influência que possuem nos processos identitários, sejam eles individuais e coletivos, e, por isso, não são componentes neutros. Principalmente, no poder que as exposições possuem como contribuição sociopolítica no desenvolvimento e fortalecimento das memórias e em como esses locais de “dispositivos do olhar” contribuem para a construção das identidades individuais e coletivas (Semedo, 2015). Portanto, expor é “escolher o que ocultar, optar entre o que lembrar e o que esquecer. A exposição, deste

modo, traduz anseios, medos, questionamentos, afirmações, perguntas e respostas, propondo soluções por meio de uma discussão pública e coletiva” (Ibaram, 2017, p. 11).

Elas permitem que os sujeitos construam suas representações sociais e seus olhares frente ao passado, bem como, possuem o poder de tornar algo público, trazendo à tona opiniões e crenças mais profundas sobre um determinado assunto. Funcionam também como um argumento, onde o sujeito objetiva, e se expõe tanto quanto o objeto, “fazendo da exposição uma exposição de si mesmo” (Bal, 1998, p. 18) (tradução nossa). E, ao interagir com os objetos, as pessoas desenvolvem uma compreensão mais profunda de si mesmo e do seu entorno. Quando o sujeito se posiciona frente aos objetos realizando suas interpretações e externalizando suas concepções, torna a exposição em uma reflexão de si mesmo.

Dessa forma, os objetos são componentes essenciais nas exposições, pois é através deles que os sujeitos se integram. O sujeito se vê no objeto, sua individualidade, suas raízes e ancestralidade e o objeto reflete no sujeito sobre o entendimento de sua construção no passado, onde ambos acabam por representar um ao outro (Miller, 2002). Com isso, o artefato acaba se tornando uma extensão do sujeito ou da cultura a que pertence (Semedo, 2015) refletindo no presente costumes e práticas passadas e como afirma Miller (2002, p. 397) “os artefatos são um meio pelo qual damos forma e chegamos a uma compreensão de nós mesmos, dos outros” (tradução nossa) do nosso modo de ser e viver, onde através dessa interação entre sujeito e artefato, o conceito de cultura é produzido.

Chiovatto e Aidar [s/d] destacam que um dos principais desafios das exposições é lidar com a gama de experiências e subjetividades que os sujeitos produzem. No projeto de exposição desenvolvido pelos autores da Pinacoteca de São Paulo buscou-se uma “participação ativa do visitante, no sentido de conduzi-lo à atribuição de sentidos pessoais e coletivos aos objetos analisados, como forma de tornar vivencial sua participação na cultura” (Chiovatto e Aidar, [s/d], p. 3). Assim, o projeto desenvolvido em São Paulo propiciou condições para que os visitantes reforçassem temáticas que, em muitos casos, são desenvolvidas em espaços específicos para isso.

Para planejar a exposição do Gabinete de Arqueologia foi essencial que a organização se apoiasse em pressupostos de duas obras do Instituto Brasileiro de Museu

(IBRAM): 1) *Caminhos da Memória – Saber Museus - Para fazer uma exposição (2017)*; 2) *Planejamento e Realização de exposições (2018)*. Ademais, os preceitos da *Interpretação do Patrimônio* de Miranda (1998, 2008, 2010) também compuseram a formulação da exposição. Essas escolhas foram realizadas, inicialmente, apoiando-se nas possibilidades que os objetos presentes que compõem a reserva técnica poderiam ofertar aos visitantes no sentido de ser uma exposição que não apresentasse o “mais do mesmo”, mas tornar-se um espaço onde tivesse um trabalho pautado em expor e popularizar as diversas contribuições culturais dos povos étnicos culturais. Ao serem trabalhadas temáticas até então não vistas ou não salientadas em espaços provedores de conhecimento, acabam por gerar novos olhares e quebra de paradigmas, pois não é possível respeitar e valorizar aquilo que foi tido de maneira adulterada ou requisitar respeito daquilo que não é conhecido (Souza, Wittmann, 2016).

Em um segundo momento, foi elegível que a exposição tivesse uma linguagem simples e acessível para que todos os visitantes de diversas idades pudessem compreender sobre as temáticas trabalhadas, respaldando-se no fato de que as exposições contemporâneas estão cada vez mais preocupadas com as experiências dos visitantes, vistos não mais como meros receptores, mas como indivíduos atuantes da sua própria aprendizagem (Wang, 2016). Também foi levado em consideração o grande volume de conteúdos que eram exibidos pelas exposições tradicionais, herança também obtida pelos Gabinetes de Curiosidades, denominadas de “Exposições Enciclopédicas Tradicionais” (tradução nossa) (Wang, 2016) e que ainda persistem nas exposições atuais com elevadas informações. Tal modelo suscita uma reflexão - Quanto de informação um visitante pode armazenar em sua memória? Pensando a respeito desse volume que as pessoas poderiam receber dentro da exposição da reserva técnica visitável e qual metodologia iria ser empregada, foi selecionada a *Interpretação do Patrimônio*.

A definição clássica de *Interpretação* foi proposta pelo pioneiro Freeman Tilden em 1957 no contexto dos parques nacionais norte-americanos, na qual a define como uma atividade educativa que “visa revelar significados e relacionamentos através do uso de objetos originais, por experiência em primeira mão e por meio de mídias ilustrativas, em vez de simplesmente comunicar informações factuais” (Tilden, 1957, p. 8) (tradução

nossa). A Interpretação tida por Tilden focava em seis princípios básicos que guiavam qualquer ação patrimonial, sendo aplicável tanto para o patrimônio natural quanto cultural. Com esses passos seria possível uma melhoria na prática na educação ambiental, bem como na educação patrimonial (Miranda, 1998).

A partir da década de 1970, a Interpretação começa a atingir outras áreas como monumentos, construções e sítios históricos. Na década de 80, ela passa a ser empregada em diversas áreas, por diversos profissionais (Miranda, 1998). De acordo com Souza (2010), a Interpretação chegou ao Brasil durante a ECO 92, no Rio de Janeiro, tendo suas discussões fundamentadas na sustentabilidade e na necessidade de se produzir uma atividade turística sustentável, tendo a cultura como uma tática para atingir isso. No ano de 1999, ocorreu a Conferência Internacional “Apresentação e Interpretação da Europa” para “avaliar a prática e o futuro da Interpretação patrimonial” (Souza, 2010, p. 93) tendo como foco central o argumento de que não era suficiente o tombamento e o restauro dos patrimônios, se não ocorresse um afeto dos visitantes com o lugar. Em 2000, de acordo com Souza (2010) foi estabelecido a Rede Europeia para Interpretação do Patrimônio (*Interpret Europe*), desenvolvida especialmente para a divulgação das experiências afortunadas, como também das práticas na atualidade da Interpretação.

Em vista do exposto, nesta escrita será utilizada a definição tida por Jorge Morales Miranda (1998, 2008, 2010); “a interpretação do património é um processo estratégico de comunicação que ajuda a conectar intelectual e emocionalmente o visitante com os significados do recurso patrimonial visitado, para que o desfrute e aprecie” (Miranda, 2008, p. 2). Portanto, a Interpretação facilita o acesso das pessoas com a cultura, compreendendo sobre seus patrimônios culturais e naturais.

O desafio da Interpretação consiste em conectar os mais diversos interesses dos visitantes com os objetos em exposição, interligando tanto o aspecto emocional quanto intelectual com o local visitado. A aplicação dessas técnicas na exposição da reserva técnica visitável do Gabinete possuiu como propósito uma maior valorização e fruição dos bens culturais ali presentes, fazendo com que as experiências que os visitantes obtiveram nas visitas pudessem impactar de alguma forma suas vidas, como também “fazer o visitante pensar para alcançar atitudes positivas face ao patrimônio” (Miranda, 2008). A Interpretação do Patrimônio estabelece uma comunicação afetiva, permitindo

que os visitantes compreendam sobre os valores que os patrimônios carregam para as sociedades, tocando-os através da emoção e do amor.

Há também uma provocação dos pensamentos dos visitantes, onde as informações não são apresentadas de forma objetiva, mas instigando a procura para que reflitam de forma subjetiva. Tanto Tilden (1957) quanto Miranda (2008) salientam que a Interpretação não possui a função de instruir, mas de provocar. Mas, o que provocar? Os sentidos e pensamentos. “Esse é o sentido da palavra interpretação [...] traduzir e fazer pensar - se constitui a base desta disciplina que considero fundamental para transmitir os valores e significados do patrimônio ao público visitante” (Miranda, 2008, p. 3) (tradução nossa). O autor ainda define a Interpretação como um processo que consiste em diversas etapas que podem ser apresentadas sob diversos entendimentos, destacando três aspectos principais:

I) Primeira etapa - Interpretação inicial (tradução nossa): representada pela análise científica. Essa interpretação é tomada tendo seus resultados publicados como trabalhos científicos. Essa seria a matéria-prima para quem trabalha com os visitantes, pois é desta interpretação inicial que são adquiridos os conhecimentos (Miranda, 2008, p. 2).

II) Segunda etapa - Segunda interpretação (tradução nossa): traduzir as pesquisas científicas para uma linguagem de fácil acesso e compreensão. Não é comunicado ao visitante sobre trabalhos acadêmicos, mas é realizado o ABCD - mensagem atrativa, breve, clara e direta (Miranda, 2008, p. 2).

III) Terceira etapa - Terceira interpretação (tradução nossa): A própria construção de pensamentos e significados pelos visitantes. Ou seja, os sujeitos devem pensar por si mesmos a partir das informações recebidas, gerando mudanças nas esferas intelectual, afetiva e atitudinal. Os visitantes não são meros espectadores, prontos para serem preenchidos com diversas informações, mas provocados a refletirem sobre os artefatos expostos, buscando a partir de sua curiosidade mais informações sobre eles (Miranda, 2008, p. 2).

Para alcançar os aspectos citados anteriormente, foram utilizados como “manuais práticos” para a montagem da exposição as duas obras citadas no início deste tópico: *Caminhos da Memória – Saber Museus - Para fazer uma exposição* (2017) e *Planejamento e Realização de exposições* (2018). Entendemos que uma exposição é

realizada no encontro entre o sujeito e o objeto, ou numa dimensão mais abrangente entre a sociedade e seu patrimônio (Ibram, 2017). Dessa forma, foram desenhados o objetivo, missão e valores do espaço, sendo estabelecido os seguintes pontos que podem ser observados na Tabela 04.

<p>Objetivo: Aproximação dos visitantes frente ao patrimônio arqueológico Norte/Noroeste Fluminense, como também da história local e memória.</p>
<p>Missão: Ser um espaço que desenvolva pesquisas, mas também informe que preserve, capacite e eduque sobre o patrimônio arqueológico Norte/Noroeste Fluminense, a memória e história local e a ocupação destes territórios em diálogo com a comunidade científica e local.</p>
<p>Valores: Reconhecer e apresentar o patrimônio arqueológico regional, as identidades e memórias, a difusão da cultura material e práticas voltadas para a preservação do patrimônio arqueológico. Assim como, ser um espaço de pluralidade ao abraçar a diversidade cultural e acolher os valores delineados pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) e Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).</p>

Tabela 04 - Princípios do espaço do Gabinete de Arqueologia
Fonte: Desenvolvido pela autora a partir de Ibram (2017).

Também foi escolhido o conceito gerador (Franco, 2018) da exposição da reserva técnica visitável - a cultura material. Com isso, partimos do “básico” para sustentar a narrativa da exposição até chegarmos ao nosso foco central. Dessa forma, o primeiro painel (Figura 03) instalado na parede esquerda da entrada foi formulado a partir das temáticas do patrimônio cultural > patrimônio arqueológico > por que preservar? Um outro painel (Figura 04) foi fixado ao lado, onde é possível analisar um mapa em escala maior da região de Campos dos Goytacazes/RJ, mostrando a localização de 12 sítios arqueológicos²².

²² Registrados no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico Brasileiro (SGPA) via Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA).

PATRIMÔNIO CULTURAL

O **patrimônio cultural** é o conjunto dos bens **materiais** e **imateriais** que herdamos do passado e que consideramos importante preservar e proteger como marcas de nossa memória e identidade social. O passado ao qual nos referimos não precisa ser um passado remoto, basta com que seja passado. Nos dias atuais, chamamos os diferentes patrimônios de "cultural" porque entendemos que são resultado das diferentes atividades humanas, que podem ir muito além dos valores históricos e artísticos. Deste modo, consideramos que os bens culturais constituem a produção cultural dos seres humanos nas mais diversas partes do mundo, formando o testemunho da intervenção humana no meio ambiente.

O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

A arqueologia privilegia fundamentalmente a chamada **cultura material**, ou seja, estuda os vestígios materiais deixados pelos diferentes povos e sociedades ao longo da história humana. Neste sentido, podemos afirmar que tudo que é feito pelos seres humanos ou todas as alterações realizadas por estes em suas atividades sociais são matéria da arqueologia.

POR QUE PRESERVAR?

Através do patrimônio arqueológico há um **reconhecimento** da diversidade cultural existente no Norte/Noroeste Fluminense. Por isso, proteger os sítios arqueológicos, bem como, os artefatos provenientes desses achados, são fundamentais para a garantia do contato e compreensão da nossa história. Além disso, os impactos da ação direta humana, mudanças ambientais e climáticas estão contribuindo para o desaparecimento dos bens arqueológicos. O verbo então, é **preservar**!

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

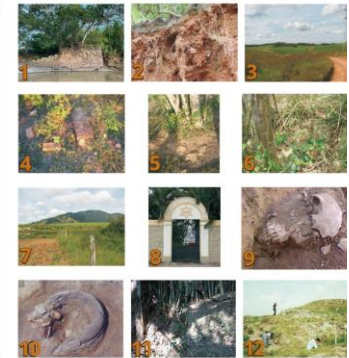


Figura 03 - Primeiro painel

Figura 04 - Segundo painel

Fonte: Desenvolvido pela autora, 2024.

Fonte: Desenvolvido pela autora, 2024.

Um outro painel inserido fora do espaço, ao lado da porta de entrada (Figura 05) com as informações sobre a reserva técnica. Escolhemos fixar este painel logo na entrada para que os visitantes pudessem ter uma rápida informação sobre quais temáticas o Gabinete se debruça, propondo uma aproximação com as informações. Também desejávamos que, mesmo que o espaço estivesse sem funcionar nos horários delimitados, as pessoas que passassem por ali, teriam a referência, como também de possibilitar que o visitante fotografe e guarde os dados sobre o local. Outro painel (Figura 06) também foi elencado para informar de forma mais clara o público de crianças e adolescentes sendo instalado atrás do armário que está localizado o acervo que não está exposto. Além dos painéis, são utilizados outros recursos, como uma televisão para exibição de vídeos, *datashow*, duas estantes de metal²³ (Foto 03) e duas vitrines móveis (Foto 04) e um totem interativo.

²³ As duas estantes foram aproveitadas e adaptadas com a colocação de placas acrílicas transparentes para proteger as peças expostas.

GABINETE DE ARQUEOLOGIA

É uma Reserva Técnica visitável que possui como **missão** preservar, pesquisar, educar e comunicar o patrimônio arqueológico Norte/Noroeste Fluminense, a memória e a ocupação destes territórios em diálogo com a comunidade científica e local.

Valorizando o patrimônio arqueológico regional, as diversas identidades e memórias, a divulgação da cultura material e práticas preservacionistas.

A **logo** se originou de um grafismo indígena Guarani chamado de Araku Pytxã que significa proteção.

 @gabinetedearqueologia

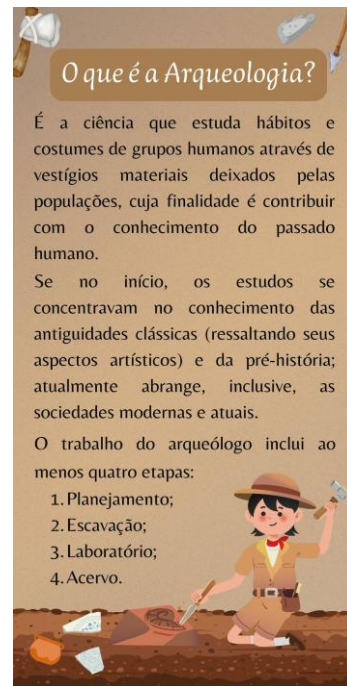


Figura 05 - Painel do lado de fora da exposição
Fonte: Desenvolvido pela autora, 2024.

Figura 06 - Painel do armário
Fonte: Desenvolvido pela autora, 2024.



Foto 03: Estantes
Fonte: Acervo pessoal, 2024.



Foto 04: Painéis e vitrines
Fonte: Acervo pessoal, 2024.

As ações educativas constituem-se como um passo essencial dentro das exposições, por isso, são consideradas como etapas fundamentais na elaboração do que

se quer comunicar e como comunicar. Elas são os meios pelos quais os visitantes são ainda mais incentivados a assimilar e interpretar os objetos desenvolvendo possíveis significados (Ibram, 2017). Dentro das ações educativas são apresentadas as mediações individuais ou em grupo, sendo constituído do público escolar ou não, o desenvolvimento de jogos didáticos direcionados para as diversas idades, dinâmicas envolvendo *quiz* ou brincadeiras e a interação dos visitantes juntamente com os objetos. Portanto, as ações educativas são “um processo importante na comunicação de uma exposição e deve ser pensado e planejado desde a sua concepção. De preferência, as ações são criadas por um profissional da área da educação ou por alguém com experiência” (Ibram, 2017, p. 33).

Com isso, foram desenvolvidos até o momento dois baralhos, 11 quebra-cabeças e 28 *cards* informativos. Os *cards* informativos (Figuras 7, 8 e 9), assim como são chamados, são de tamanho A4 confeccionados em placas de PVC e com aplicação de adesivo, localizados em expositores na mesa que se localiza abaixo da televisão, onde trazem informações mais detalhadas sobre os artefatos expostos. De acordo com a Interpretação do Patrimônio (Miranda, 2008), o objetivo é incentivar os visitantes a procurarem mais informações daquilo que te interessa, ou seja, investigar sobre aquilo que mais te instiga. Assim, utilizando os *cards* informativos os visitantes conseguem um aprofundamento do tema desejado. Este é o cerne da Interpretação, que está preocupada na forma como as mensagens são apresentadas ao público, e como eles recebem, não apenas ofertando todas as informações como tidas nas exposições tradicionais, que acabam por tornar o público um receptáculo de informações, mas permitindo com que aguce suas curiosidades e atingindo reflexões.



Figuras 7, 8 e 9 - Cards informativos
Fonte: Acervo Gabinete de Arqueologia, 2024.

Além dos *cards* informativos, baralhos (Foto 05) e quebra-cabeças, outros tipos de materiais de apoio como *folders* e vídeos didáticos estão sendo elaborados para serem distribuídos e transmitidos ao longo das visitas, como também materiais adaptados para pessoas com deficiência, como réplicas de cerâmicas Tupi (urna funerária, tigelas, pratos) estimulando o sensorial, fotografias bordadas (imagens de fragmentos de cerâmicas para pessoas com baixa visão ou cegas), Qr-Codes disponibilizados pelo espaço, banheiros sinalizados e adaptados para usuários de cadeiras de rodas, e espaço livre dentro do Gabinete para a circulação.



Foto 05 - Baralho do Gabinete de Arqueologia
Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

E, antes da abertura da exposição da reserva técnica do Gabinete foram realizadas algumas mediações para experimentação com grupos de alunos, docentes e licenciandos, na procura de praticar outras maneiras de extroversão além de expor os artefatos. Portanto, diante das possibilidades que se desejava alcançar com a extroversão das coleções e uma aproximação da comunidade com o patrimônio arqueológico, foi estabelecida ações dentro do Gabinete para a potencialização de sua extroversão:

I) Visitas mediadas: No dicionário Aurélio a palavra mediador significa: “que serve de intermédio, de elo”. Portanto, as visitas mediadas são a maneira pela qual o mediador colabora na ligação entre os visitantes e os patrimônios, mas também permite que tanto o público quanto a figura do mediador participem de uma “construção coletiva do conhecimento” (Campos, 2014, p. 41). E, empregando a metodologia da Interpretação do Patrimônio nessas visitas, retira o visitante da posição de “passividade” e o transforma em uma figura que guia suas próprias reflexões ao entrar em contato com os artefatos, elaborando críticas, debates e opiniões juntamente com o mediador. A exemplo de visita com mediação realizada na reserva técnica visitável, foi recebido um pequeno grupo composto de cinco alunos de turmas do 6º e 7º ano do Ensino Fundamental Anos Finais de uma escola municipal de Campos dos Goytacazes/RJ juntamente com três professores (História, Artes e Língua Portuguesa).

Em princípio, houve a visita na exposição, que se encontrava em reta final de organização, e posteriormente, executada a atividade pedagógica chamada “trabalhando com a cultura material”. Nesta ação, os alunos (Fotos 6, 7 e 8) a partir de uma caixa de areia com artefatos enterrados de diferentes tipologias, deveriam investigar e “escavar” e, após, preencherem a ficha do artefato, onde deveriam detalhar as características do objeto encontrado, sua cor, forma, tipo e estado de conservação.



Fotos 06, 07 e 08 - Atividade “trabalhando com a cultura material”.
Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

II) Oficinas: Uma outra possibilidade de extroversão da reserva técnica foi o emprego de oficinas. De acordo com Paviani (2009, p. 78), a técnica da oficina é “uma forma de construir conhecimento, com ênfase na ação, sem perder de vista, porém, a base teórica”. Ou seja, em uma oficina os sujeitos possuem a oportunidade de experienciar cenários significativos, fundamentado no “sentir-pensar-agir” (Paviani, 2009, p. 78). As oficinas podem mudar a maneira como os sujeitos pensam, passando a integrar na cadeia de aprendizagem a ação e reflexão. Um exemplo foi realizado a 1ª oficina pedagógica com a técnica do acordelado indígena (Souza, Teixeira e Riscado, 2024) direcionada para professores e licenciandos de Pedagogia da Uenf. Nesta oficina (Fotos 09 e 10) foram trabalhados aspectos da cultura material; a cerâmica enquanto patrimônio material e imaterial; o processo da cerâmica e sua importância. Ao final, a oficina permitiu com que os participantes alcançassem um aprofundamento sobre as temáticas trabalhadas, bem como no incentivo da utilização da tecnologia do acordelado no ambiente escolar. Mas, além disso, permitiu que os participantes pudessem realizar uma reflexão de si mesmos, enquanto docentes e cidadãos.



Fotos 9 e 10: 1ª oficina de cerâmica do acordelado indígena.
Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

III) Visitas guiadas: o principal meio pelo qual os visitantes (Fotos 11, 12 e 13) possuem a possibilidade de entrarem em contato com os artefatos presentes na reserva técnica Gabinete de Arqueologia. O público vivencia através de uma exposição simples e clara, questões relacionadas ao patrimônio arqueológico e à arqueologia, onde o guia tem por função à condução dos sujeitos em interpretar os artefatos expostos, provocando-os para que diálogos sejam tecidos entre eles e os objetos. Dessa maneira, os visitantes assumem a postura de construtores do próprio saber e não mero receptáculos prontos para serem preenchidos, assumindo um compromisso de reflexão a partir da cultura material, como também, sendo apresentados as práticas preservacionistas que colaboram com a preservação dos patrimônios, salientando também, o papel que eles possuem frente aos bens culturais.





Fotos 11,12 e 13: Visitas guiadas de escolas.
 Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Diante disso, o Gabinete de Arqueologia permite diversas abordagens para diferentes grupos e diversas atividades direcionadas tanto para ações educacionais quanto culturais. E todas as atividades realizadas acima foram embasadas na Interpretação do Patrimônio (Miranda, 2008), onde os participantes foram auxiliados a “criarem seus próprios caminhos” (Ibram, 2017) bem como, a aprofundarem suas relações com o espaço, a exposição e os artefatos.

Capítulo III

Patrimônios, materialidades e participação social

*Patrimônio é o que é feito com eles e como eles são usados
(Smith, 2021, p. 2).*

3.1 Afinal, o que é Patrimônio Cultural?

Ao adentrarmos sobre a temática do Patrimônio Cultural, em muitos casos, diversas pessoas não conhecem ou possuem dificuldade em estabelecer sua definição. De fato, possuir um conhecimento mais aprofundado ou advém das universidades com a produção científica, com a sua introdução em sala de aula, por visitas a espaços culturais ou por meio da Educação Patrimonial. Este sentimento de não compreender todas as implicações a respeito dos patrimônios culturais não pode ser tido como uma forma de alienação, pois as pessoas sabem como definir um patrimônio, suas maneiras e formas. E conhecer ou não sobre seus patrimônios culturais possui resultados determinantes para as perguntas que ocasionalmente sempre estamos fazendo: De onde viemos? Quem somos? E nossas histórias? Dessa maneira, o interesse neste campo vai além de conhecermos sobre os patrimônios mundiais, mas também de nos conhecermos e entendermos nossas decisões culturais, sociais e/ou políticas.

É importante ser citado aqui, mesmo de forma breve, a trajetória do patrimônio no contexto mundial para adentrarmos mais profundamente sobre as questões referentes ao patrimônio cultural brasileiro. Entender o patrimônio a partir de diferentes nuances e categorias, é compreendê-lo como um conceito que foi sendo “bordado” através das sociedades, e ao transitarmos por estas categorias nos concede uma dimensão, mesmo que pequena, de que o patrimônio corresponde muito mais a imaterialidade e ao imaginário, do que a materialidade e a concretude. A noção patrimonial deve ser problematizada em conjunto com uma discussão em como ele emergiu na história da modernidade e os diversos significados que acabou manifestando (Gonçalves, 2015). Como afirma Poulot (1997, p. 36) “a história do patrimônio é a história da construção do sentido de identidade e mais particularmente, dos imaginários de autenticidade que

inspiram as políticas patrimoniais” e um produto europeu que se reproduziu por todo o mundo.

Pelegrini (2009, p. 19) afirma que o conceito de patrimônio que possuímos na atualidade resulta de concepções gradualmente “engendradas” acerca da cultura no mundo ocidental. E constatar isso, mesmo que brevemente, nos concede uma dimensão de como muitos aspectos culturais, políticos ou sociais cunhados por certas nações, acabaram por impactar a maneira como foi traçado e tido o patrimônio no Brasil.

Desde a Antiguidade Clássica, muitos objetos e monumentos foram preservados por movimentos de cunho político, cultural ou religioso. A etimologia da palavra patrimônio advém do latim *patrimonium*, que remetia aos romanos a tudo aquilo que pertencia ao pai ou pai de família (*pater* ou *pater familias*) (Funari e Pelegrini, 2006). A sociedade romana carregava diferentes características das que possuímos atualmente, principalmente com a questão sobre a *familia* que correspondia a tudo aquilo que estava sob guarda do senhor, incluindo mulheres, filhos e escravos, bens móveis e imóveis, e os animais. Isto tudo simbolizava o *patrimonium*, tudo que podia ser testificado por um testamento, incluindo pessoas (Funari e Pelegrini, 2006). Portanto, o conceito de patrimônio surgiu diante de um cenário privado e do direito de propriedade, ligando-se diretamente aos interesses da aristocracia (Patrícios), onde a maior parte da população romana não possuía propriedades, portanto, não possuíam *patrimonium*. Dessa forma, o conceito de patrimônio nasce diante de uma conjuntura social e econômica que correspondia diretamente aos interesses de uma elite patriarcal.

Com a difusão do Cristianismo e o alargamento do poder da Igreja a partir do início da Idade Média (VI-XV), o patrimônio é incorporado a uma nova categoria - o religioso. E por mais que o caráter aristocrático tenha se estendido a este novo mundo, a religiosidade adentra sobre as questões patrimoniais e a espiritualidade inicia um novo formato de tê-los. O culto aos santos e a valorização das relíquias (Funari e Pelegrini, 2006) permitiram que os cidadãos comuns das cidades “provassem” de um sentido de patrimônio até antes não presenciado pelos “plebeus”, e que de certa maneira ainda perdura nos dias atuais - a “valorização tanto dos lugares e objetos como dos rituais coletivos” (Funari e Pelegrini, 2006, p. 12).

E por mais que a elite neste momento de certa forma não desejava que os cidadãos comuns tivessem a oportunidade de terem contato e de formarem concepções sobre os patrimônios, a elite iniciou um movimento que transformava as igrejas e catedrais em grandes monumentos para uma dominação tanto física, quanto espiritual, onde no “topo de uma elevação, passava a erguer-se a sede da cátedra do bispo, autoridade máxima: a catedral era um patrimônio coletivo, mas aristocrático” (Funari e Pelegrini, 2006, p. 12).

Com o Renascimento, novos valores foram substituindo os ideais religiosos e o humanismo é incorporado à esfera social. Se antes os cidadãos eram regidos pelo poder da Igreja, agora passam a pensar por eles mesmos, sem a interferência sacra - o homem, portanto, no centro do universo combatendo os ritos religiosos. Para lutar contra o teocentrismo, intelectuais, artistas e filósofos buscaram na cultura greco-romana a retomada de valores político-sociais que permitiram que combatessem o domínio religioso tido na Idade Média. Mas, como possuir um contato com a Antiguidade? Havia duas maneiras, como aponta Funari e Pelegrini (2006), a partir de leituras de obras antigas, pois com o surgimento da imprensa, houve a propagação das obras clássicas, originais e/ou traduzidas e colecionando objetos e relíquias.

Correspondente a isso, os humanistas mantiveram uma certa preocupação com a catalogação e coleta de objetos que pudessem testificar os feitos humanos, tendo como nascimento os Antiquários. Gonçalves (2007) aponta que o colecionismo pode traduzir de certa maneira, o processo de formação dos patrimônios. Qualquer grupo social acaba por produzir algum tipo de colecionismo de objetos materiais com o objetivo de “demarcar um domínio subjetivo em oposição a um determinado outro” (Gonçalves, 2007, p. 109). E por mais que se possa afirmar que diversos grupos realizam isso conscientemente, há também uma certa inconsciência na maneira de acumular objetos. Alguns pesquisadores apontam que o patrimônio moderno resulta desses espaços, pois é continuado até hoje o formato de coleções. Porém, cabe ressaltar que esses espaços, assim como os Gabinetes de Curiosidades eram locais restritos a somente pessoas da alta aristocracia, mantendo seu valor social e político fundamentado em bases aristocráticas e privadas.

A partir do século XVIII, sobretudo após a Revolução Francesa, há um rompimento com as bases aristocráticas com o surgimento dos Estados nacionais. Assim, como

afirma Gonçalves (2007), o ocidente acabou construindo uma narrativa patrimonial moderna, que acabou por estabelecer um “desenho” bastante específico que o patrimônio veio assumir, especialmente na maneira como se preserva e apresenta os bens patrimoniais. Em 1789, como aponta Heinich (2014), após a destruição dos símbolos que representavam o passado monárquico, foi criada uma “Comissão de Monumentos” em 1790, que almejava a proteção dos patrimônios franceses, “julgados referências da história nacional e do interesse público” (Pelegri, 2009, p. 19). O Estado nacional francês teve a sua noção patrimonial fundamentada em dois pilares - o nacionalismo, que trazia a invenção dos cidadãos e os valores econômicos dos objetos protegidos.

O Estado nacional, surgiu, portanto, a partir da invenção de um conjunto de cidadãos que deveriam compartilhar uma língua e uma cultura, uma origem e um território. Para isso, foram necessárias políticas educacionais que difundir, já entre as crianças, a ideia de pertencimento a uma nação (Funari e Pelegri, 2006, p. 12).

No século XIX, várias nações europeias organizaram suas estruturas públicas e privadas voltadas para a salvaguarda, proteção e escolha dos bens patrimoniais nacionais. Contudo, a compreensão que essas entidades possuíam de patrimônios limitava-se às edificações e monumentos, tidos como exemplos legítimos das heranças nacionais. Na França, a partir de 1830 foi instituído a “Inspetoria dos Monumentos Históricos”, originando uma lei que estabelecia a classificação dos monumentos históricos, pertencentes a pessoas públicas ou privadas e cuja preservação pudesse representar um interesse nacional histórico ou artístico (Heinich, 2014). Mais tarde, ela foi substituída pela Lei de 1913, quando foi implementada uma normativa que proibia a destruição dos monumentos nacionais franceses, tendo esta prática adotada por alguns países ocidentais (Pelegri, 2009).

Após dezessete anos desta Lei, muitos pesquisadores de diversas áreas se movimentaram a partir de congressos internacionais, almejando soluções para “os impasses de crescimento urbano, da qualidade de vida nas cidades e inclusive da necessidade da preservação de determinados patrimônios históricos, artísticos e paisagísticos dos Estados nacionais e, quiçá, de toda a humanidade” (Pelegri, 2009, p. 20). Outro elemento importante foi o final da 1ª Guerra Mundial que destruiu importantes monumentos europeus. Essa foi uma das razões para a Carta de Atenas em 1931,

elaborada às vésperas da 2ª Guerra Mundial. Dessa forma, os participantes destes congressos iniciaram um movimento sugerindo recomendações por meio das Cartas Patrimoniais, que direcionaram as noções de patrimônio, ultrapassando o monumento histórico para uma dimensão social, suas diversas expressões em um universo das diversidades culturais (Ferreira, 2006).

Somente após a Segunda Guerra Mundial e a testificação da capacidade bélica que o homem poderia alcançar e que jamais foi vista em algum outro conflito, desencadeou um grande temor diante dos governos para a criação de instituições voltadas para a preservação dos patrimônios históricos. Consequentemente, em 1945, foi fundada a Unesco, com o objetivo de manter a paz entre as nações, a garantir ações voltadas em prol dos direitos humanos, do patrimônio histórico, como também, a elaboração de políticas públicas direcionadas à preservação dos bens culturais em diversos países, inclusive no Brasil.

O fim da guerra foi, portanto, um marco essencial que trouxe novos agentes sociais, com interesses diversos, para o centro da ação social e política. Os povos colonizados intensificaram a luta contra as potências coloniais e obtiveram resultados positivos [...] nos países capitalistas desenvolvidos, o pós-guerra foi caracterizado pelo crescente desenvolvimento de movimentos sociais, em prol dos direitos civis, da emancipação feminina, do reconhecimento da diversidade em vários níveis e aspectos. Esses movimentos demonstraram, a um só tempo, a existência de diversos grupos e interesses sociais e como essa variedade podia gerar conflitos sociais no interior dos países (Pelegri, 2009, p. 22-23).

Com o fim da Segunda Guerra, em 1948 foi promulgada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, na qual as grandes nações iniciaram um movimento para a promoção da diversidade humana como um direito universal a ser empregado. É importante pontuar aqui sobre a questão do reconhecimento da diversidade cultural e o alcance dos direitos humanos a partir de Santos (1997). Santos afirma que as políticas de direitos humanos que surgiram após a II Guerra estiveram em prol dos interesses econômicos e geopolíticos dos Estados capitalistas hegemônicos, e como ele reitera “um discurso generoso e sedutor sobre os direitos humanos permitiu atrocidades indescritíveis” (Santos, 1997, p. 112).

A Declaração Universal é concebida sem a participação da maioria das nações que focaliza na exclusividade dos direitos humanos individuais, ou seja, ela define direitos universais que são superiores a qualquer especificidade cultural. Além do mais, surgem

para atender os interesses da comunidade judaica, que foi fortemente impactada pelo Nazismo. Esse universalismo tende a suprimir os diálogos interculturais entre povos e a identificação que as culturas possuem diferentes tipos de versões sobre os direitos humanos. Gradativamente foram sendo desenvolvidos discursos e costumes contra-hegemônicos dessa universalidade, sendo promovidos princípios não ocidentais de direitos humanos. Contra o universalismo cultural, há o relativismo cultural - uma teoria que compreende que a diversidade cultural é ampla, e é preciso respeitá-la, identificando que todo o sistema cultural possui uma coerência interna própria (Pinezi, 2010).

O embate entre o relativismo cultural, que destaca as particularidades das culturas e seus valores, e os direitos humanos, que universaliza princípios tidos para além dessas particularidades, têm ocorrido entre os dois lados, assim como afirma Pinezi (2010).

O exercício da argumentação entre culturas diferentes mostra-se essencial para uma troca intercultural baseada na ética e no respeito à diferença. Dessa forma, os universais propostos pela Carta dos Direitos Humanos podem ser pensados em relação às práticas particulares culturais. A ética e a abertura para a argumentação podem, então, intermediar a aparente contradição posta entre a universalidade dos direitos humanos e a afirmação do direito à diversidade cultural (Pinezi, 2010, p. 6-7).

Dessa forma, em diversas nações foram surgindo diálogos críticos ao universalismo no debate internacional, estimulando novas leituras sobre direitos humanos e liberdade de grupos sociais. Com isso, patrimônios antes não protegidos ou valorizados, passam a compor a diversidade cultural, e assim, colaborando com a crescente participação da própria comunidade na gestão dos seus bens patrimoniais e culturais.

Através das mudanças sociais, principalmente com a participação da sociedade nas escolhas dos seus patrimônios, alteraram completamente a forma como é tomado os bens culturais. Se antes ele era um conceito privado e aristocrático, na atualidade ele corresponde ao coletivo e social, acompanhando os processos de transformação social e cultural de uma sociedade. Com isso, ao movimentarmos pelas diferentes esferas culturais e nos diferentes séculos, é possível constatar as diferenciações semânticas e ideológicas que o patrimônio possuiu/possui, principalmente se colocado em comparação com as concepções tidas na modernidade com culturas não-modernas, pois a categoria

do patrimônio empregada nos dias atuais, “nem sempre conheceu fronteiras tão bem delimitadas” (Gonçalves, 2007, p. 110).

José Reginaldo Santos Gonçalves (2007) eleva o patrimônio como uma “categoria de pensamento”, que é fundamentalmente importante para a compreensão da vida coletiva e mental das sociedades humanas, e assim, não podendo se restringir a delimitações impostas pelos pensamentos ocidentais. Ou seja, tomar o estudo do patrimônio a partir de uma “categoria de pensamento” é compreendê-lo não como um elemento estático, mas como uma noção que transita entre diferentes espaços-tempo, e na qual sua concepção é tida de acordo com os diversos interesses e vontades. Portanto, o patrimônio ao ser analisado através desta categoria, permite a compreensão sobre as diversas culturas e grupos sociais a partir dos contextos políticos e sociais, pois como as pessoas são efêmeras, pensamentos e vontades também são. Mais do que um semióforo (Pomian, 1984), o patrimônio tomado a partir desta categoria está intimamente ligado às formas de vida e autoconsciência cultural, sendo necessário uma comparação entre os diversos contornos semânticos que ele tem ou poderá ter (Gonçalves, 2007, p. 115).

Françoise Choay (2017, p. 11) em seu livro *Alegoria do Patrimônio* inicia a sua escrita inserindo o conceito patrimonial em uma “categoria de nômade”, pois como ela afirma, este foi requalificado por diferentes adjetivos - ambiental, histórico ou genético, que o transformou nesta categoria. A palavra nômade se manifesta por seu significado como sendo *grupos com locomoção contínua, sem moradia fixa*. Transportando isso para a esfera patrimonial, Choay (2017) quis salientar a transitoriedade que o patrimônio vem vivenciando ao longo dos séculos. A autora ainda ressalta que este estado transitório pode ser percebido e constatado através de “uma instituição e uma mentalidade” (Choay, 2017, p. 11), ou seja, quando analisadas as características fundantes do patrimônio em um determinado país, é visível que este tenha sofrido influências de uma instituição e de uma mentalidade.

Choay (2017) ainda destaca que “em nossa sociedade errante, constantemente transformada pela mobilidade e ubiquidade de seu presente, “patrimônio histórico” tornou-se uma das palavras-chave da tribo midiática” (Choay, 2017, p. 11). De certa maneira, a noção patrimonial acabou se tornando uma representação que sempre esteve de forma corrente nas sociedades, convertendo-se em uma marca social, política e

cultural. E os deslocamentos semânticos que a palavra patrimônio sofreu acaba por revelar as opacidades que carrega, como também as “condutas” a ele associadas, pois como afirma a autora, este conceito se encontra preso em estratos de significados, possuindo oposições que ora se articulam e desarticulam.

A autora ainda nos convida a realizarmos mais do que uma simples aceitação e aprovação do patrimônio, sendo necessário que seja investigado, questionado e compreendido como um elemento revelador de sociedades. Pois, as pessoas envolvidas na proteção e valorização dos bens patrimoniais não estão somente enaltecendo o passado, estes também estão realizando discursos sobre seus desejos e vontades para o presente. E a maneira como estabelecemos ou utilizamos o patrimônio possui efeitos para a sociedade atual.

Laurajane Smith (2023, p. 123), insere o patrimônio como uma “categoria de discurso”, pois ela afirma que é uma prática discursiva e social. De acordo com a autora, o patrimônio é um conceito que é fabricado no imaginário das pessoas, e não tomado ou salvo. Dessa forma, o patrimônio acaba se constituindo mais como uma atividade “performática”, onde possui seu significado feito e refeito. E afirma que não existe patrimônio, mas uma junção de práticas que estão relacionadas às memórias que utilizam o passado para “nos ajudar a dar sentido ao presente” (Smith, 2023, p. 123). Concordo com a autora em afirmar que o patrimônio só se torna patrimônio quando ele é apontado e escolhido para se tornar um bem cultural e por esse sentido, Smith (2023) conclui que não existe patrimônio sem pessoas para o anunciar e o reconhecer.

O patrimônio ao ser definido deve ser levado em consideração a sua carga como “ferramenta cultural” para a memória (Smith, 2023) mas também como uma ferramenta para a ação. E não somente em termos de ação profissional, mas também em termos de como os grupos sociais e os sujeitos ocupam deles para agir. Pois, como salienta Gonçalves (2007, p. 114), os patrimônios não são usados apenas para “simbolizar, representar ou comunicar: ele é bom para agir”. Como ação, o patrimônio, é essencialmente, sobre barganhar o sentido e a mudança social e cultural, como também, interceder divergências sociais e culturais (Smith, 2023). Ele sendo bom para agir, se transforma em um artifício político, onde todos os envolvidos em sua preservação se constituem como parte essencial do debate da noção do passado no presente.

Os sujeitos e grupos sociais acabam por utilizar os patrimônios não somente para se (re)conhecerem, mas também como uma forma de posicionamento político e social. O patrimônio comunica e instrui, bem como permite a ação, onde especialistas, grupos sociais e/ou indivíduos contam suas memórias e fortalecem suas identidades, almejando para eles um local público de “reconhecimento”, na mesma maneira em que acabam por também as transformarem em patrimônio. Converter objetos, monumentos e locais em patrimônios culturais simboliza conceder-lhes o encargo de “representação” que fundamenta a memória e identidade (Gonçalves, 2007). E compreender como as pessoas utilizam os patrimônios e como se apropriam dele é também um dos focos deste trabalho, pois sem elas, os bens patrimoniais não teriam valor algum.

Quando Smith (2023) insere o patrimônio como uma “categoria de discurso”, a autora acaba por se remeter ao Discurso Autorizado do Patrimônio (DAP) e os perigos proeminentes para a prática da gestão patrimonial, pois acaba delineando a prática do gerenciamento do patrimônio. Ela enfatiza que há algumas versões, porém há um Discurso Autorizado Internacional que é constantemente utilizado por instituições e são amplamente difundidos e empregados nos contextos nacionais, tendo como exemplo dado, a Unesco.

O Discurso Autorizado do Patrimônio estabeleceu-se na Europa Ocidental no século XIX e advém principalmente dos profissionais da arqueologia, arquitetura e história que buscavam a proteção da cultura material que julgavam possuir um valor inerente e hereditário (Smith, 2021) na medida em que o nacionalismo se expandia por toda a Europa com a busca da formação das identidades nacionais. O DAP acaba por ressaltar,

Os objetos materiais, sítios, lugares ou paisagens esteticamente agradáveis que as gerações presentes devem cuidar, proteger e reverenciar para que possam ser transmitidos para nebulosas gerações futuras com vistas a “educá-las” e a forjar um sentido de identidade comum baseada no passado (Smith, 2021, p. 4).

O DAP tende a valorizar a materialidade dos objetos, com a concepção de que para se assegurar a hereditariedade dos bens patrimoniais, os sujeitos não poderiam utilizá-los ativamente. Portanto, o patrimônio deve possuir sua preservação sem alteração nenhuma, para que o futuro possa usufruir de forma total, e de modo que nós, no presente, somos distanciados de reformular ativamente o sentido do passado e, como

resultado, também do presente. Smith contrapõe em seus estudos sobre esta materialidade ao dizer que todo o patrimônio é intangível, não deixando de lado a tangibilidade dos objetos, mas trazendo um novo enfoque que retira do centro essa noção que se conserva como uma base do conceito de patrimônio.

A materialidade observada na concepção ocidental insere o campo patrimonial em uma categoria que pode ser mapeada, estudada, gestada, conservada e ou preservada (Alencar, 2013) tendo a sua proteção submetida a legislações e a normativas internacionais. Porém, o patrimônio está subordinado a “uma gestão e preservação/conservação de processos” (Alencar, 2013, p. 125). Esses processos não estão somente associados à preservação e gestão dos lugares ou objetos, mas também se estabelecem como processos culturais, com valores e sentidos, que acabam por representar as discussões contemporâneas.

O Discurso Autorizado também fabrica um ideal de que apenas os especialistas do patrimônio podem ter acesso aos bens, pois acabam por afirmar que é algo frágil e que precisa estar sempre protegido para a posterioridade. Esses profissionais com o DAP acabam alimentando a “estratigrafia do abandono” relatado por Bruno (2005) e possuiriam um lugar privilegiado para se identificarem como transmissores do passado, como também, como comunicadores do valor do patrimônio para a sociedade (Smith, 2021).

Para Smith (2023) o Discurso Autorizado acaba por alimentar as “performances patrimoniais”, e ao afirmar isso, a autora quis salientar que o patrimônio é uma performance “através da qual o significado social, cultural, histórico e contemporâneo é constituído e reconstituído” (Smith, 2023, p. 124). O patrimônio, então, se constitui como uma ação dinâmica e performática, na qual as pessoas criam e recriam sentidos para ele, desenvolvendo para si mesmos e para a coletividade noções do passado para o presente, suas identidades e suas memórias. E o patrimônio sendo considerado como uma performance significa que ele não é produzido de forma sempre igual, pois cada pessoa carrega em si uma conjuntura política e social diferente, na qual, as performances terão ou não interferências planejadas.

E a autora ao relatar sobre essas “fabricações patrimoniais”, está se referindo tanto às práticas profissionais, como a seleção de sítios e locais para listas de patrimônio, a

própria construção das listas, a coleção para instituições museológicas, como também, o desenvolvimento de exposições. O DAP “está incrustado nas políticas e legislações nacionais e internacionais e delega poder aos especialistas” (Smith, 2021, p. 12). Como exemplo de prática performativa, Smith (2023, p. 125) cita sobre a Lista do Patrimônio Mundial da Unesco, onde o Estado-nação acaba por escolher os patrimônios que serão inseridos para demonstrar dois aspectos - formação do patrimônio nacional e desenvolvimento de como esta nação se vê e quer ser vista. E este ato tem sido duramente criticado, pois conduz as leituras patrimoniais para conjecturas eurocêntricas, na qual delimita sobre o que deve ou não ser apontado como patrimônio mundial.

Smith (2021) também relata sobre o Discurso Autorizado no Brasil, mencionando que não conhece sobre as suas particularidades, mas que, ao ser averiguado a lista de patrimônios nacionais reconhecidos, e enumerar as diferentes categorias patrimoniais e a frequência com que aparecem, podemos identificar o que sempre é valorizado e o que aparece com pouca frequência. Rubino (1996) evidencia sobre essa seleção de bens no Brasil na primeira etapa do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) ou como é comumente conhecida como a fase heroica. De acordo com a autora, os bens tombados nesta época desenhavam uma desigualdade nas diversas regiões brasileiras, períodos e nos tipos de bens, instituindo “conjuntos fechados e finitos” (Rubino, 1996, p. 97), tendo os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia com a maior distribuição de conjuntos tombados, sendo eleito o século XVIII como período histórico para a preservação.

Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Sphan, nesta fase procurava a partir do tombamento, eleger monumentos que pudessem revelar o passado brasileiro e que simbolizavam a cultura e a civilização. Dessa forma, os bens tombados eram essencialmente o religioso e a arquitetura urbana, expressando o tom ufanista que Melo carregava. Rubino cita que este discurso do diretor do Sphan revela necessariamente sobre o trabalho do órgão, “em que a criação de símbolos nacionais era descrita como obrigação cívica” (Rubino, 1996, p. 99). Portanto, a lista de bens tombados condizia a uma história ligada a períodos definidos, lugares e personagens (Rubino, 1996).

Este Discurso Autorizado no Brasil atendia necessariamente a ideais de uma instituição que tinha como foco eleger patrimônios que pudessem representar um

passado de um Brasil “com quatro séculos de história, extremamente católico, guardado por canhões, patriarcal, latifundiário, ordenado por intendências e casas de câmara e cadeia, e habitado por personagens ilustres, que caminham entre ponte e chafarizes” (Rubino, 1996, p. 98). Com isso, percebemos quais patrimônios foram validados ou não, e quais são os efeitos disso para a atualidade no quesito da “equidade social” (Smith, 2021).

Essas escolhas patrimoniais alimentavam a uma performance que valorizava o nacional e os especialistas. Porém, as performances patrimoniais podem manifestar-se de outras formas:

À medida que visitamos, individual ou coletivamente, locais de patrimônio e nos envolvemos ou não com as interpretações de tais lugares, fornecidas por curadores e/ou equipe interpretativa [...] as comunidades, por exemplo, podem, formal ou informalmente, identificar e cuidar de seu patrimônio (Smith, 2021, p. 125).

Neste trabalho também foi realizada uma performance patrimonial, na qual os sujeitos envolvidos na pesquisa produziram uma “fabricação patrimonial” a partir do contato com o patrimônio arqueológico regional. Possibilitar que as pessoas performem sobre seus patrimônios, proporcionando que estes viagem pela representação do passado no presente, realizando leituras a partir de suas perspectivas, sem a interferência de um Discurso Autorizado. Os conceitos patrimoniais e suas práticas que confrontam este Discurso Autorizado são estruturados no ideal de que os sujeitos podem e devem reivindicar sobre seus patrimônios, e que, as performances “não dizem respeito apenas a criar significados; elas também dizem respeito especificamente a expressar certas emoções e sentimentos” (Smith, 2021, p. 12).

E esses sentimentos testificam sobre os significados que o passado possui para o presente. Ou seja, quando nos envolvemos em uma performance patrimonial - seja visitando uma reserva técnica visitável ou elaborando uma exposição - a maneira como experienciamos isto e as sensações provocadas também são importantes para a constituição dos patrimônios, pois sentir é reconhecer que, como agentes sociais, estamos inseridos em uma posição de compromisso sobre a interpretação e o valor dos patrimônios. Assim como, a memória também se constitui como um elemento essencial para que os sujeitos fabriquem suas performances patrimoniais.

A memória, sendo definida pelo dicionário, remete à *faculdade de lembrar e conservar ideias, imagens, impressões, conhecimentos e experiências adquiridos no passado e habilidade de acessar essas informações na mente*²⁴. Memorar é definido como trazer à mente, lembrar, mas também, preservar. O conceito de memória também está intimamente relacionado com os processos memorialísticos que contribuem para a construção das identidades individuais ou coletivas, como também, no entendimento do passado. Comumente estamos habituados a interligarmos a noção da memória como sendo algo muito distante de nós ou algo que ficou para trás. Certamente, há memórias que vivemos por tabela e não necessariamente vivenciamos os fatos, mas também há aquelas memórias que vivemos e que fazem parte do nosso presente.

A memória também pode representar o presente pois não conseguimos compreendê-lo, muito menos refletir sobre o futuro sem vislumbrar sobre os atributos da memória, que contribui para refletirmos sobre nós mesmos e sobre as mudanças sociais. O ato de memorar é o fio condutor que interliga os processos de identificação dos sujeitos e os grupos aos lugares e aos patrimônios, assim como, as consequências desses processos a partir dessas identificações. Assim como afirma Le Goff (2003, p. 477), a memória pode ser usada tanto em favor da libertação dos homens quanto para a sua servidão.

Le Goff (2003) define a memória como um campo que se relaciona em um primeiro instante a um conjunto de funções psíquicas com propriedades de conservar informações. Esta perspectiva advém da “psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia e, quanto às perturbações da memória, das quais a amnésia é a principal, a psiquiatria” (Le Goff, 2003, p. 423). No campo da História, a memória “é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (Le Goff, 2003, p. 476).

Assim, a memória possui uma forma de reminiscência capaz de orientar os sujeitos em suas escolhas pessoais ou coletivas, iluminando suas mentes dos fatos ou histórias que se quer recordar ou omitir. Michael Pollak (1992) em seu trabalho intitulado de

²⁴ Definição retirada do Dicionário Michaelis, <<https://michaelis.uol.com.br/busca?id=3wQeZ>>.

Memória e identidade social afirma que a memória é um fenômeno construído e há uma ligação estreita entre ela e o sentimento de identidade. A memória, portanto, é um recurso que compõe a identidade, tanto individual como coletiva, da mesma maneira em que ela também se torna um elemento constituinte do sentimento de coerência dos sujeitos ou de grupos sociais em sua reconstrução de si (Pollak, 1992).

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações (Nora, 1993, p. 9).

Pierre Nora (1993) relata sobre a perda da memória-história com o fim das sociedades-memória, ou seja, sociedades ditas primitivas ou arcaicas, que tinham como foco central a memória como uma ferramenta de lembrança de seus costumes, valores e tradições. Na Grécia Antiga, a *mnemósine* era cultuada como uma deusa que auxiliava os poetas em suas retóricas. Com o aparecimento da escrita e a aceleração das transformações sociais, a memória acabou se distanciando de sua flexão humana, “e a história que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado, porque levadas pela mudança” (Nora, 1993, p. 8). Pelo não mais exercício da *mnemósine*, a atualidade de acordo com Nora procurou se ocupar de “lugares de memórias”, sendo que, não teríamos a exigência de consagrar esses locais se ainda a exercitássemos.

Os lugares de memória são patrimônios que nos fazem recordar daquilo que esquecemos. Podem ser festas, comemorações, arquivos, acervos, museus ou reservas técnicas - são “restos” (Nora, 1993, p. 12), fragmentos da história e do passado que se mantiveram no tempo e espaço, e que são utilizados como locais de rituais memorialísticos, isso, se a imaginação o alimentar com uma “aura simbólica” (Nora, 1993, p. 21).

Chagas (2002, p. 61) ressalta que esses “lugares de memória” são regularmente atribuídos à “função de casas de guarda do tesouro”, onde habitualmente são encontrados os testemunhos materiais das civilizações. De acordo com o autor, há nestes locais dois movimentos, - a “memória do poder” e o “poder da memória”. O primeiro celebra sobre o passado no presente e que ainda perduram em diversos imaginários das

instituições, se formando em espaços pouco democráticos, na qual o importante é memorar sobre a autoridade de um grupo sobre outro grupo, onde “os objetos (seres e coisas), para os que alimentam estes modelos museais, são coágulos de poder e indicadores de prestígio social” (Chagas, 2002, p. 63).

O segundo, a “poder da memória”, tenta voltar ao trabalho para uma transformação dos espaços, ao serviço do desenvolvimento social, assim como no entendimento teórico e na ação prática da apropriação da memória e da sua utilização como “ferramenta de intervenção social” (Chagas, 2003, p. 65). O autor ressalta que, ocupar-se desse movimento acarreta a afirmação desses espaços como instituições aptas para servir e instrumentalizar os sujeitos e grupos. E ainda ressalta que os locais que adotam essa perspectiva não somente desejam um alargamento do acesso aos seus patrimônios culturais, mas, especialmente, democratizar a própria produção cultural e social. Com isso, o comprometimento não é o de salvaguardar ou armazenar tesouros, mas sim, de se compor em um local que haja trocas entre os sujeitos e os bens patrimoniais, e onde há um estímulo para novas criações culturais.

Além do mais, a memória contribui de forma essencial para a compreensão das relações de poder, pois conforme aponta Chagas (2002, p. 44) “reconhecer que existem relações entre o poder e a memória implica em politizar as lembranças e os esquecimentos. A memória - voluntária ou involuntária, individual ou coletiva - é, como se sabe, sempre seletiva”. Assim, como as escolhas patrimoniais, onde há a utilização do poder para selecionar o que se deseja preservar ou valorizar, também ocorre com o fenômeno da memória, onde o poder se materializa através dos discursos do que deve ser lembrado ou esquecido.

“Onde há poder há memória” (Chagas, 2002, p. 66).

Façamos das palavras de Chagas para afirmar que onde há patrimônio, há poder. O patrimônio cultural, assim como a memória, são “terrenos em construções”, advindo de escolhas e de conflitos, resultados de um planejamento de preservação e valorização que surgem pelo exercício do poder, e que em diversos casos acabam por justificar a salvaguarda de algum bem por conta dos riscos de destruição ou pelos discursos institucionais fabricados (Cabral, 2004).

Acreditamos que as ponderações realizadas aqui sobre a questão da memória e os patrimônios culturais surtirão efeitos se alcançarmos o entendimento sobre os discursos sobre as escolhas de memórias e os processos de fabricação patrimonial, e a partir disso, ressignificá-los. Como afirma Cabral (2004), não se trata propriamente de destruir ou abandonar o patrimônio já consagrado, mas sim de haver uma reapropriação deles através dos sujeitos, é “ter uma visão de que o espaço da cidadania trabalha com a significação coletiva, expressando as experiências sociais” (Cabral, 2004, p. 39).

A exemplo dessa ressignificação dos patrimônios culturais, em dezembro de 2024, o Museu Imperial localizado no Rio de Janeiro em postagem feita em seu perfil do Instagram comunicou o seguinte feito:

O Museu Imperial tomou a decisão de “manter coberta” a escultura Mima como parte de uma ação para promover reflexões sobre a melhor forma de apresentar esse controverso objeto em sua exposição. A obra, que integra o circuito da exposição permanente e está localizada na sala dos Diplomatas, foi criada por Arthur de Gobineau, intelectual francês conhecido como o “Pai das Teorias Racistas” devido às ideias pseudocientíficas expressas em seu Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas (1853-1855). A cobertura da peça aconteceu durante o último encontro da Oficina de Letramento Racial, reforçando o compromisso do Museu em criar espaços de diálogo e aprendizado sobre questões históricas e sociais. Sensível à necessidade de um diálogo mais inclusivo e crítico, alinhado às abordagens decoloniais, o Museu Imperial convida ao público a participar deste importante exercício de reflexão sobre a história e a memória, em respeito às demandas impostas pela sociedade contemporânea (Instagram Museu Imperial, 2024).

O Museu Imperial através desta ação quis disponibilizar para a sociedade novas leituras acerca do patrimônio cultural, e mesmo havendo diversos comentários na postagem hostilizando a atitude da instituição, em estar “escondendo” a obra, leva-nos a crer que a partir deste movimento houve o alcance que o espaço desejava, pois por mais que nem todos concordassem com o ato, a discussão foi gerada. Isto é o “poder da memória” (Chagas, 2003), que estimulou a transformação do espaço e trouxe a pauta para o diálogo social. O campo patrimonial é isso - ele precisa ser revirado, conturbado e desconfortável.

Aleida Assmann (2013) menciona sobre a questão da memória com esses espaços que suscitam no presente traumas e lembranças, na qual lidar com este tipo de passado é um processo extenso que requer a participação de toda a sociedade, pois as “lembranças negativas de traumas históricos podem estimular sempre novos conflitos ou

se deitarem como uma sombra paralisante sobre o presente e tirar a força vital e a perseverança das pessoas” (Assmann, 2013, p. 6). Recordar e refletir sobre o passado requer no presente uma transposição de discussões sobre o lembrar e o esquecer para o social, onde as pessoas possam compreender que deixar fatos históricos emergidos no esquecimento traz mais malefícios do que benefícios à sociedade, pois somos definidos a partir do que lembramos e do que esquecemos juntos (Assmann, 2013).

O processamento de um passado de violência exige tempo, e no decorrer deste processo podem surgir novos olhares e análises sobre uma determinada política de lembrança. Com isso, as mídias públicas são um espaço fundamental para a sociedade, pois são por meio das mídias de massa que esta temática atinge as pessoas, desenvolvendo nestes uma mudança de pensamento e um envolvimento da sociedade. Sem o auxílio dessas mídias, a memória cultural²⁵ não poderia transportar-se pelas gerações e épocas, pois a memória está viva e precisa estar suportada em mídias que a protege, como museus, reservas técnicas e a Internet. E isto significa que a formação da memória se transforma com o estado flutuante da evolução dessas mídias.

Onde há poder há escolhas.

As memórias são escolhas do que lembrar e do que esquecer. Para Assmann escolher também se forma como um codinome para o esquecimento, onde a maior parte das coisas são esquecidas e lembrar torna-se uma regalia. Quando um sujeito nasce ele já está disposto em uma sociedade que pré-determina a sua cultura, não dizendo que as pessoas não podem modificar este status. Contudo, somente a partir de uma mudança política há a possibilidade de redefinir essa predisposição, porém, as pessoas acabam habituando-se com o que já está dito e acabam não questionando. É preciso, portanto, de questionamentos.

²⁵ Assmann define como memória cultural, uma memória que pode superar sociedades e épocas e é normalmente guardada em artifícios externos - como por exemplo textos normativos, livros, vídeos, Internet. Assim, como fala a autora, “A memória cultural é um tipo de memória que sobrevive ao tempo, que transcende o tempo de vida do indivíduo. Existiu antes de mim e existirá depois de mim. Participo dessa memória cultural enquanto estiver vivo. Como essa memória existe por um longo tempo, os mortos podem se comunicar com os vivos e os vivos podem se comunicar com as próximas gerações. Se não tivéssemos esse conceito, cada um só teria à disposição sua própria memória e não haveria essa memória cultural” (Assman, 2013, p. 7).

Onde há poder há memórias, escolhas, questionamentos e patrimônios.

Voltamos à pergunta inicial que dá início a este capítulo: podemos definir de fato, o que é o Patrimônio Cultural? Com uma carga valorativa tão extensa e expressiva, o conceito patrimonial não deve ser tomado como algo hermeticamente fechado, definido, consolidado... O patrimônio, em suas variáveis, deve corresponder às memórias e vivências das pessoas, suas lutas, culturas, escolhas... Com isso, neste trabalho, podemos defender a tese de que os patrimônios, principalmente aqueles que compõem coleções, são patrimônios vivos, entendidos como locais de confluência de memórias, constituindo-se assim, como uma das mais potentes alegorias dos confrontos que vivenciamos nos dias atuais, perante os impasses e demandas de idear o nosso futuro.

3.2 Os caminhos do patrimônio cultural no Brasil

Atualmente, pela Constituição de 1988, o patrimônio brasileiro é definido como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, 1998, Art. 216). Contudo, esse sentido nem sempre teve essa conotação, tendo somente a partir dos anos de 1980, a temática sendo integrada na agenda dos movimentos sociais, pois os debates patrimoniais limitavam-se ao Estado e aos especialistas que geriam as instituições de preservação histórica. A partir de então, a temática foi difundida na sociedade civil, “sendo reinterpretado e utilizado por grupos e associações civis como um instrumento de luta política” (Gonçalves, 2015, p. 3).

E, ao analisarmos sobre os caminhos do patrimônio cultural no Brasil a partir da perspectiva de Choay (2017, p. 11), “uma instituição e uma mentalidade”, é possível verificar uma idealização de cunho elitista nas políticas culturais de preservação ao longo das décadas. Considerando algumas particularidades do processo de estabelecimento do conceito patrimonial no Brasil, é possível explicar a composição que o patrimônio cultural obteve, carregando em seu conteúdo o enaltecimento a certas “performances patrimoniais” que ainda são fabricadas e estão presentes nas políticas preservacionistas

atuais. Assim como Rubino (1996) salienta, as políticas culturais inaugurais foram desenvolvidas em enaltecimento a fatos históricos e memoráveis, ou seja, nesse processo de seleção patrimonial, o órgão do Sphan como veremos mais adiante construiu,

Um “mesmo” em oposição a um “outro” [...] O Sphan elegeu um Brasil antepassado que exclui alguns atores contemporâneos ao delimitar claramente de quem “descendemos”. Não é um discurso da superioridade branca, lusitana e cristão conferido pela detração do outro e sim pela sua exclusão, por meio da construção de um elo de ligação com o passado que remete a bisavós, antepassados e ancestrais dignificados (Rubino, 1996, p. 103).

Como apontam Medeiros e Surya (2009), foi somente a partir da década de 1910 que o sentimento de preservação do patrimônio histórico-arquitetônico aflorou no Brasil, em especial com a Semana da Arte Moderna em 1922, “em meio a esse movimento, nosso patrimônio passa a ser carregado de simbolismo, materializando elementos da memória nacional” (Medeiros e Surya, 2009, p. 3), demonstrando assim, que nos primeiros trinta anos, o conceito patrimonial tinha como base um ideal estético advindo do movimento modernista. Durante este momento, a mentalidade brasileira foi se modificando e a busca de um ideal de modernidade foi sendo almejado, criando uma esfera que aproximava a modernidade e a nacionalidade (Chuva, 2012).

Márcia Chuva (2012) ressalta que o período da Primeira República foi marcado por um desenho de um país civilizado que estava interligado ao gosto europeu, assim como o ideal de uma superação do atraso cultural popular demarcado pelo rústico dos costumes e cidades. Esses costumes deveriam desaparecer, da mesma maneira que os vestígios do período colonial também deveriam ser ocultados através de reformas urbanas. Contudo, é a partir de 1930 que a idealização de uma modernidade adentra a nação brasileira, confrontando-se diretamente com a cultura europeia. Portanto, ser moderno era apropriar-se diretamente da imagem do próprio Brasil com suas próprias características e regionalidades, abandonando os padrões estrangeiros.

Se ser moderno virou moda e a palavra se tornou corriqueira na linguagem cotidiana, em propagandas, revistas, jornais, não bastava mais ser moderno, era preciso ser brasileiro. Ser moderno passou a significar assumir a feição do Brasil e dispensar os padrões estéticos estrangeiros ainda predominantes (Chuva, 2012, p. 70).

Dessa forma, uma série de movimentos surgiram contra a valorização europeia, buscando assim uma nova identidade brasileira. Com isso, há um debate entre os neocolonialistas que concordavam sobre a tradicionalidade da cultura brasileira, sobretudo do popular, em especial do período colonial. E do outro lado, os arquitetos modernistas que defendiam que a arquitetura deveria ser a mesma, mas as construções deveriam se expressar a partir dos materiais e tecnologias do seu próprio tempo. Os modernistas triunfaram neste embate e assumiram os trabalhos patrimoniais, sob a liderança do arquiteto Lucio Costa juntamente com o ministro Gustavo Capanema.

Foi pelo cenário político construído a partir da década de 1930, principalmente durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, que tanto as políticas de Estado voltadas para a formação de uma identidade nacional brasileira quanto a institucionalização da preservação cultural (Chuva, 2012) foram desenvolvidas. Em 1934 foi promulgada uma nova Constituição brasileira, sendo estabelecida pela primeira vez a limitação ao direito de propriedade privada (Brasil, 1934), a partir do momento em que o local passasse a ter uma função social para o coletivo (Artigo 113, inciso 17). A partir desse momento foi possível o desenvolvimento de uma agência pública direcionada para a salvaguarda dos bens arquitetônicos por meio do tombamento²⁶, que foi ratificado pela Constituição de 1937 (Brasil, 1937), tornando-se assim decisivo para as questões protecionistas ao patrimônio brasileiro e posteriormente sendo viabilizado pelo Decreto-Lei nº 25/1937. Como afirma Pelegrini (2007), este Decreto-lei é o principal instrumento jurídico utilizado pelo Sphan criado em 1936, com o comando de Rodrigo Melo Franco de Andrade, com o objetivo de organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional através da ferramenta do tombamento.

A partir de então as disputas estéticas foram incorporadas às malhas do Estado, marcado por forte nacionalismo. Foram então implantadas instituições e normas de controle social sob a ideologia do Estado tutor e protetor, e, com a criação do Sphan, institucionalizaram-se das ações de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (Chuva, 2012, p. 71).

²⁶ De acordo com Chuva (2012, p. 71) a partir dos tombamentos que se “impõe limitações ao direito de propriedade ao proibir a destruição do imóvel, bem como a realização de formas sem autorização do poder público institucionalizado”.

O estabelecimento do Sphan contou com diversos profissionais de diferentes áreas, movidos por variados pontos de vista políticos e teóricos. Pelegrini (2007, p. 11) ressalta que Mário de Andrade²⁷ tem sido considerado pelos profissionais como o “pai fundador das políticas de preservação no Brasil”, pois elaborou o anteprojeto que permitiu a criação do Sphan. A partir deste órgão, o Estado brasileiro se encarregou de proteger o patrimônio histórico e artístico nacional, instaurando diversas normativas e dispositivos para identificar, selecionar, preservar e restaurar bens patrimoniais materiais, principalmente de áreas urbanas imóveis rurais e construções, principalmente religiosas, assim como imaginárias ou integradas à arquitetura (Chuva, 2012; Rubino, 1996).

Pelegrini (2007) ressalta que, por mais que o desenvolvimento de políticas voltadas para a preservação dos monumentos históricos fossem importantes, não pode ser deixar de lado o fato de que a normativa inicial desenvolvida fundamentou-se na função social da propriedade privada ocasionando em uma conservação de bens móveis e imóveis tidos como memoráveis para a história da nação, e “abandonando” outros bens culturais. Dessa maneira, as práticas voltadas para a preservação iniciadas “foram orientadas por critérios seletivos pautados na característica estética e estilística das obras, sua autenticidade e excepcionalidades” (Pelegrini, 2007, p. 11). Dessa forma, os modernistas buscavam o estabelecimento de uma identidade brasileira para a nação, empreendendo-se de manifestações culturais “verdadeiramente” brasileiras através da ação do tombamento.

A gestão do patrimônio tombado nesse primeiro período foi, portanto, eminentemente federal e centralizada, realizada sem participação social mais ampla, além de precária em termos de instrumentos de proteção e gestão – uma realidade que não mudou, substancialmente, até o final dos anos de 1960 (Sant’Anna, 2015, p. 19).

As políticas direcionadas ao campo cultural no Brasil, em especial as de proteção do patrimônio cultural, tiveram variações de diferentes concepções de identidade nos

²⁷ Rubim (2007, p. 3) ressalta cinco contribuições e inovações de Mário de Andrade a esta época: “1. estabelece uma intervenção estatal sistemática abrangendo diferentes áreas da cultura; 2. pensar a cultura como algo “tão vital como o pão”; 3. propor uma definição ampla de cultura que extrapola as belas artes, sem desconsiderá-las, e que abarca, dentre outras, as culturas populares; 4. assumir o patrimônio não só como material, tangível e possuído pelas elites, mas também como algo imaterial, intangível e pertinente aos diferentes estratos da sociedade; 5. patrocinar duas missões etnográficas às regiões amazônica e nordestina para pesquisar suas populações, deslocadas do eixo dinâmico do país e da sua jurisdição administrativa, mas possuidoras de significativos acervos culturais”.

seguintes governos. A partir da Constituição de 1946 foi ratificado o que havia sido estabelecido na Constituição de 1937, sobre a responsabilidade do Estado com os bens culturais brasileiro (Brasil, 1946). Na década de 1950, o então presidente Juscelino Kubitschek se limitou a organizar campanhas voltadas para o patrimônio em prol do folclore brasileiro (Pelegrini, 2007). Com a Constituição de 1967 foram desenvolvidas novas categorias de bens culturais a serem salvaguardados como jazidas e sítios arqueológicos considerados anteriormente como locais de valor histórico (Brasil, 1967).

É importante ressaltar que o Sphan neste momento teve como foco central a pesquisa e o levantamento da arquitetura e obras de arte brasileiras marcadas pelo seu valor estético (Pelegrini, 2007), voltando-se para a restauração do patrimônio destruído e “devolvendo” a ele a sua originalidade. Contudo, em 1968 com o Ato Institucional n. 5 ou mais conhecido como AI-5, modificou o relacionamento entre o Estado e os produtores culturais (Pelegrini, 2007), pois diversas obras passaram por interferências, como também, interdições por meio da censura pelo governo. Rodrigo de Melo Franco de Andrade, até então diretor do Sphan, é desligado da direção e entra o arquiteto Renato Soeiro que reestrutura administrativamente o órgão, transformando-o num instituto ligado ao Poder Executivo, que teoricamente lhe concedia “maior autonomia administrativa, financeira e técnica” (Pelegrini, 2007, p. 13). Sant’Anna (2015) ressaltava que este período inicial da preservação do patrimônio no Brasil foi encerrado com dois acontecimentos importantes,

A vinda de Michel Parent, Inspetor Principal dos Monumentos Franceses, como consultor da Unesco, para elaborar, a pedido do IPHAN, um diagnóstico sobre a situação da preservação do patrimônio no Brasil, e a aposentadoria de Rodrigo M. F. Andrade da diretoria da instituição logo após esse diagnóstico (Sant’Anna, 2015, p. 19).

O especialista francês em seu relatório indicou que fossem realizados uma junção entre a preservação dos bens tombados ao planejamento urbano e ao turismo, e, o desenvolvimento de órgãos em esfera estadual e local para a gestão dos patrimônios salvaguardados, como um complemento às atividades do Iphan (Sant’Anna, 2015). Essas recomendações foram instituídas a partir de Encontros de Governadores, que determinaram o comprometimento dos estados com a incumbência da preservação patrimonial, estimulando a primeira política integrada de preservação - o Programa de Cidades Históricas. Sant’Anna (2015) descreve ainda que este momento de instalação

de políticas voltadas para a preservação do patrimônio brasileiro, havia uma falta de relevância dos aparatos de identificação dos bens patrimoniais, pois estes se apoiavam exclusivamente no conhecimento e na soberania dos intelectuais que integravam ou contribuíam com o Iphan. Como a autora salienta, a divulgação do patrimônio no Brasil acabou se limitando à Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional até 1978, onde diversos funcionários como Lucio Costa e Mário de Andrade, como também intelectuais como Gilberto Freyre acabaram publicando.

Entre as décadas de 1960 a 1970, mudanças políticas e econômicas marcaram as práticas de preservação no Brasil. Em especial, o Golpe de 64; o milagre econômico²⁸; uma crise econômica; e uma crise dentro do Iphan, que impulsionaram o órgão a buscar um apoio internacional, como também a incentivar a criação de órgãos estaduais de preservação e a preservação patrimonial por meio do turismo (Sant'Anna, 2015). Durante este período, recomendações como as Normas de Quito²⁹, em 1967, iriam refletir a necessidade de incentivar o desenvolvimento econômico dos países por meio do aproveitamento dos recursos monumentais pelo turismo, bem como, da autonomia das administrações regionais na gestão dos patrimônios, particularmente os latino-americanos.

A partir da década de 1970 que os municípios iniciam suas práticas de preservação, despontadas pelo grande julgamento ao tombamento como ferramenta de salvaguarda de setores urbanos. O dispositivo do tombamento marca os feitos do Iphan, mas também revela uma “inércia” do ideal de preservação, que desde o Decreto-lei nº 25/37 não constituiu outro aparato legal (Sant'Anna, 2015) ou não promoveu um alicerçamento deste voltados para o gerenciamento dos bens tombados - satisfazem-se apenas com a ação de tomba.

Embora ainda essencialmente vinculada a uma noção de patrimônio arquitetônico e urbano como obras unitárias e homogêneas, a prática de

²⁸ O milagre econômico foi um período ocorrido durante o governo de Emílio Garrastazu Médici (1968 - 1973) na conjuntura da ditadura militar, onde houve um vasto desenvolvimento econômico.

²⁹ As Normas de Quito, da Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, desenvolvida pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Como ressalta Sant'Anna (2015) esta normativa define o patrimônio arquitetônico e urbano como sendo essenciais para a elaboração de políticas voltadas para o turismo na América Latina, sendo vista como uma atividade mais oportuna para disponibilizar o uso dessas infraestruturas e promover as suas preservações.

conservação se tornou mais pragmática a partir dos anos 1970, como resultado da adaptação de imóveis e setores urbanos aos usos e dinâmicas ligados ao seu aproveitamento turístico. Os instrumentos de gestão aumentaram em número, mas não em prestígio e eficiência, uma vez que os planos diretores falharam como forma de controle da dinâmica de transformação dos setores tombados e de incentivo à produção de legislações municipais mais amigáveis com relação ao patrimônio, exceto em casos isolados (Sant'Anna, 2015, p. 23).

Dessa forma, os estados e municípios apareceram como novos protagonistas da preservação dos patrimônios, contudo ocupando postos de principiantes, chegando não haver necessariamente uma genuína descentralização da preservação patrimonial. Como aponta Teixeira (2008, p. 5), o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural foi o primeiro órgão estadual direcionado a proteção dos patrimônios de esfera estadual brasileiro, após ser formado o Estado da Guanabara, sendo chamado de Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio de Janeiro (DPHAERJ)³⁰.

O DPHAERJ passa a valorizar as diversas edificações ecléticas na cidade do Rio de Janeiro. Teixeira afirma que o modelo federal não administrava o que havia no município e quando o órgão da DPHAERJ inicia os tombamentos de locais e construções ecléticas, dá-se o entendimento de que a cidade do Rio de Janeiro desejava ter a sua própria identidade, não alicerçada no nacional, “demarcando que esta não se confundia com o resto da nação nem tão pouco com a ideia de Estado” (Teixeira, 2008, p. 6). Em 1975, o DPHAERJ torna-se o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), assumindo que os princípios para a definição dos patrimônios a serem tombados estavam relacionados a referências diferentes do Iphan (Teixeira, 2008), tendo a partir de 1977 uma reestruturação e atuando nos demais municípios do estado do Rio de Janeiro.

A partir dos anos 1980, com a crise financeira e a retração dos investimentos do governo federal, culminou com o fim do desenvolvimento tido na década de 1970, com o golpe militar e com o Programa de Cidades Históricas (Sant'Anna, 2015). Há também em 1988 um alargamento da noção patrimonial consolidado com uma nova promulgação constitucional - a Constituição Federal. A partir dela há a inserção de novos conceitos ligados às noções de “bem cultural e referência cultural” (Sant'Anna, 2015, p. 24) que foram apresentadas pela antiga Fundação Nacional Pró-Memória, criada em 1979 a partir

³⁰ A partir do Decreto nº 346 de 31 de dezembro de 1964.

da Lei nº 6.757/79, atuando juntamente com o Iphan, e tendo como diretor dos dois órgãos Aloísio Sérgio Barbosa de Magalhães. Com Magalhães há uma mudança tanto ideológica quanto institucional da política de Estado voltada para o patrimônio cultural, sendo utilizado a noção de cultura brasileira e ressaltando a diversidade cultural. Para ele, os objetos culturais não são tidos como materiais inertes ou sem vida, mas como partes importantes para o desenvolvimento dos bens culturais³¹.

A partir do artigo 216 há uma ampliação da noção patrimonial estabelecida pelo Decreto-lei nº 27/37, sendo empregado o conceito de “Patrimônio Cultural Brasileiro” (Brasil, 1988) em substituição ao termo “Patrimônio Histórico e Artístico”. Essa nova noção restabeleceu um conceito cultural não mais como uma produção de um desenvolvimento superior dos sujeitos, mas como um produto do “fazer, do viver e do estar no mundo da humanidade” (Sant’Anna, 2015, p. 24). Dessa maneira, a sociedade, os grupos sociais e os sujeitos ocuparam um lugar até então antes não atingido, sendo reconhecidos como produtores e possuidores de bens culturais e não mais como meros telespectadores de um estabelecimento dos patrimônios realizados com base em conflitos e agendas governamentais ou de ditames de especialistas.

As noções de “bem cultural” e “referência cultural” salientadas por Sant’Anna (2015) provocaram no reconhecimento dos sujeitos e grupos sociais como atores essenciais na formação dos patrimônios, tanto em sua forma material como imaterial, estabelecendo a preservação e valorização patrimonial como um direito constitucional ao qual todos os cidadãos devem possuir acesso. A partir do artigo 216 há uma colaboração da comunidade com o Poder Público para a promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro, “por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (Brasil, 1988). Como também no artigo 216-A há a instituição do processo de gestão e promoção de políticas públicas de cultura juntamente entre os entes da Federação e a sociedade, com o foco no desenvolvimento humano, social e econômico no exercício dos direitos culturais (Brasil, 1988).

³¹ Para ver mais, acesse: MAGALHÃES, Aloísio. E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Roberto Marinho, 1997.

No artigo 215 o Estado garantirá a todos o acesso às fontes da cultura nacional, incentivando e apoiando a valorização e difusão das manifestações culturais (Brasil, 1988). O patrimônio cultural brasileiro dessa forma expande sua conceitualização, tendo como enfoque não mais os patrimônios procedentes de acontecimentos históricos, mas “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, 1988, cap. III, art. 216), sendo eleitos agora a partir de suas representações sociais. Além disso, a Constituição de 1988 traz elementos que não foram abordados em outras constituições, resgatando o ideal de Mário de Andrade na valorização também dos patrimônios imateriais. Assim, a partir do artigo 216 se constituem como patrimônio cultural brasileiro:

- I - As formas de expressão;
- II - Os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil. 1988).

Dessa maneira, reconhecer a diversidade cultural brasileira e incorporar a sociedade como um integrante participativo na proteção e valorização dos patrimônios culturais foi e continua a ser um fator decisivo para as escolhas patrimoniais, pois como salienta Sant’Anna (2015, p. 26), “além de sujeitos ativos da preservação, os grupos sociais passaram também a ser definidos, no período, não mais como o outro lado do balcão da repartição, ou como antagonistas da preservação, mas como os principais guardiões do patrimônio protegido”. Pois, certamente a voz da sociedade seja o melhor instrumento social para a proteção e valorização dos patrimônios culturais.

Utilizando-se da sentença desenvolvida por Choay (2017), na qual o patrimônio representa uma instituição e uma mentalidade, é possível compreender que os caminhos tomados pelo patrimônio cultural brasileiro foram fundamentados nesta expressão, atravessando diversas alterações ao longo das décadas até a sua ampliação social. Desde os anos 1970, como afirma Chuva (2012), a esfera do patrimônio cultural obteve contornos mais amplos, formando novas fronteiras daquelas desenvolvidas pela esfera da nação, submergindo em um mundo das identidades locais e individuais que

conversam com o nacional ao mesmo tempo em que estavam submersas na concepção da nação. Desde a sua origem, o patrimônio cultural brasileiro acabou por responder aos anseios do Estado-nação, e conseqüentemente, nos dias atuais, esta temática se estabelece a partir do sistema internacional que produz padrões preservacionistas internacionais.

É importante ressaltar que, em cada nação, a instalação de políticas culturais voltadas para a preservação patrimonial estava relacionada com a formação dos Estados nacionais durante o século XIX. Essas nações recém-formadas dispunham de um conceito de identidade a ser fabricado com a ajuda dos intelectuais para escreverem sobre suas histórias nacionais (Chuva, 2012). Diante disso, os monumentos consagrados como patrimônio nacional, deram a entender de que havia a possibilidade do desenvolvimento de provas concretas para testemunhar sobre a origem da nação. O nacional acabou moldando o patrimônio para as nações (Chuva, 2012) e no caso do Brasil, o patrimônio foi inaugurado a partir de uma estética “moderna e universalista” (Chuva, 2012, p. 72), no instante em que as práticas preservacionistas estavam sendo formadas, fundamentando-se assim em uma política cultural de preservação baseada nos bens de pedra e cal.

Nas últimas décadas, o conceito do patrimônio cultural brasileiro passou por diversas mudanças: desde disputas político-sociais para definir o que deveria ser valorizado ou não; a um golpe militar; crises econômicas que acabaram impactando o repasse de verbas; e a inserção da sociedade em sua proteção. O patrimônio é um campo de disputas, sempre carregando um viés de contestação, pois se forma em um instrumento revelador das sociedades.

3.3 A sociedade frente aos patrimônios culturais: é necessário conhecer para preservar, preservar para conhecer

Como vimos, a Constituição Federal de 1988 alargou o conceito patrimonial estabelecido pelo Decreto-lei nº 25/37, definindo uma cooperação entre o poder público e a sociedade civil para a proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro (Iphan, 2024). Nesta perspectiva, o patrimônio arqueológico é reconhecido como elemento

integrante do patrimônio cultural, se encarregando dos estudos sobre os vestígios e locais de atividade humana através da cultura material (Iphan, 2024). Portanto, a arqueologia se encarrega de estudar os elementos desta materialidade em suas dimensões, tanto espaciais quanto temporais.

Os artefatos que compõem a cultura material são tidos como referência do que o ser humano produziu ou de seus significados. Quando esses artefatos expressam essa relação com seus produtores, possibilitam serem considerados como fonte de conhecimento dos modos de viver de grupos sociais que os fabricaram e manusearam e como afirmam Beaudry, Cook e Mrozowski (2007), esses objetos refletem, conscientemente ou inconscientemente, as convicções dos sujeitos que os produziram, barganharam ou usufruíram. E “aprender a refletir a partir da “cultura material” em sua dimensão de experiência socialmente engendrada” (Ramos, 2004) é aprender a praticar a ação de ler os objetos, de refletir sobre nós mesmos, assim como, nosso passado e presente.

Como descrita na Carta de Lausanne (Icomos, 1990), a proteção do patrimônio arqueológico deve ser alicerçada em uma parceria mútua entre os especialistas de diferentes áreas, entre os órgãos públicos, as empresas privadas e a sociedade civil, onde deve haver uma apresentação ao público sobre o patrimônio arqueológico. Assim como, as políticas voltadas para a proteção do patrimônio arqueológico devem ser elaboradas “pelos planejadores à escala nacional, regional e local” (Icomos, 1990). E continua a ressaltar sobre a participação ativa da sociedade civil nas políticas de conservação do patrimônio arqueológico, salientando que esta contribuição deve ser baseada no acesso aos conhecimentos e pesquisas, pois a informação da sociedade é uma base essencial da chamada “conservação integrada” (Icomos, 1990).

A “conservação integrada” delimitada pela Carta de Lausanne elucida que as políticas de proteção patrimonial arqueológica devem ser incluídas a outras políticas como, agrícola, cultural, ambiental e educacional, e que a proteção deve ser interligada a outras áreas para que seja fortalecida as práticas preservacionistas. Contudo, entendemos também por “conservação integrada” a participação democrática e plena da sociedade civil sobre as questões frente ao patrimônio arqueológico. A sua sobrevivência

só poderá ser garantida e mantida se os sujeitos entenderem o real valor que os bens arqueológicos possuem e a importância que carregam para nossas histórias e memórias.

Miranda (2009) ressalta que nos últimos anos, em especial após a Constituição de 88, a sociedade e o Poder Público finalmente estão dispostos de uma atenção para o patrimônio cultural brasileiro, bem como estão se conscientizando da responsabilidade de difundir para as sociedades futuras. Miranda ainda salienta que é recompensador viver esta mudança; contudo, frisa a necessidade de todos os atores comprometidos com a proteção patrimonial estejam dispostos para confrontar os diversos obstáculos que poderão ser criados, sendo necessário que todos compreendam como operar com habilidade as ferramentas patrimoniais. Essas ferramentas, para o autor, seriam os princípios básicos (normativas e fundamentos) que tanto o Poder Público quanto a sociedade civil deveriam possuir.

Discordamos de Miranda ao dizer que a população deve possuir um primeiro contato com as legislações e fundamentos do patrimônio. Certamente, essa etapa se faz necessária para o endossamento da compreensão patrimonial, mas não deve ser levada como um princípio norteador das práticas patrimoniais. O princípio básico deve estar ancorado no contato dos sujeitos com os patrimônios, e aqui evidenciado o patrimônio arqueológico, para após serem aprofundadas as questões sobre normativas e outros conhecimentos sobre os bens patrimoniais. Se os sujeitos não possuem um contato primeiramente com os artefatos, como irão contribuir com a efetivação do patrimônio arqueológico e, conseqüentemente, do patrimônio cultural? É preciso um entendimento solidificado para que sejam ampliadas as perspectivas patrimoniais.

Com isso, é necessário apresentar a sociedade e permitir que tenham condições favoráveis para acessar seus patrimônios. Percebemos isso através de uma análise detalhada do setor cultural pelo Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC) 2011-2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³². O quantitativo demonstra que apenas 29,6% dos municípios possuem algum museu, evidenciando assim uma alta desigualdade cultural, resultando em uma carência no acesso patrimonial. Conforme aponta o projeto, 31,4% da população residia em

³² Para ler mais, acesse: <<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/estudo-do-ibge-sobre-setor-cultural-pode-orientar-politicas-do-minc>>

municípios sem ao menos um museu em 2021. Se levarmos em consideração que a população atual brasileira corresponde a 213,3 milhões de pessoas, de acordo com o IBGE (2024) mais da metade da população brasileira nunca teve contato com museus, e possivelmente, sem contato com nenhum tipo de patrimônio cultural.

Zanirato (2007) afirma que a participação social sobre as decisões relacionadas às políticas patrimoniais na esfera brasileira é relativamente pequena e que mesmo diante do aumento da população envolvida na proteção dos patrimônios. O Estado brasileiro é fundado a partir de um discurso de modernidade, em que os símbolos e bens configurados como patrimônios nacionais correspondem a esse mesmo entendimento. Ou seja, a estrutura burocrática não se atualizou com a mesma agilidade que os debates acadêmicos e as demandas sociais.

As consequências das “performances patrimoniais” (Smith, 2021) e da política cultural de preservação baseada nos bens de pedra e cal advindas da década de 1930, em especial com o desenvolvimento da política patrimonial, acabou por demarcar um patrimônio que era selecionado de acordo com o valor social que carregava. Essas escolhas eram realizadas principalmente pelo poder estatal e pelo órgão do Sphan, que acabavam ditando o que deveria ser preservado ou não. Dessa forma, foram provocados por essas escolhas uma não identificação da sociedade nessas seleções, o que colaborou para uma consolidação na forma de idealizar os patrimônios como uma prática social na qual não participavam. A política patrimonial é enxergada como uma política de especialistas (Zanirato, 2007) que tinha como encargo a responsabilidade de determinar sobre os significados do que deveria ser preservado, como também na compreensão de que os patrimônios selecionados eram aqueles que representavam a história do Brasil, a exemplo do que Heinich (2014) descreve para o caso francês.

Devemos concordar que os primeiros atos tidos pelo Sphan a partir da década de 1930, significaram um benefício importante para o patrimônio cultural brasileiro; contudo, não podemos deixar de refletir que as preferências realizadas desconsideravam as chances de outros patrimônios tido como “arcaicos” pudessem ser elencados como bens que expressassem a cultura e a identidade da nação brasileira. E isto, querendo ou não, acabou refletindo na nossa atualidade e no acesso das pessoas aos bens culturais. Zanirato (2007, p. 139) enfatiza sobre os “usos sociais do patrimônio” e salienta que,

dentro da sociedade, deve haver uma movimentação para que se compreendam sobre estes aspectos. De acordo com a autora, esses usos sociais,

Correspondem aos modos socialmente construídos para a participação da sociedade em geral na identificação, conservação, estudo e difusão dos bens que configuram a sua identidade. Isso implica que a população se sinta identificada com os elementos a serem conservados, que se reconheça neles, para que eles se tornem, de fato, representativos dela e para ela. O reconhecimento do pertencimento coletivo dos bens acarreta esforços comuns para sua conservação (Zanirato, 2007, p. 139).

A sociedade deve possuir uma participação plena para identificar, conservar, estudar e difundir os patrimônios (Zanirato, 2007); porém, é necessário que antes de tudo possuam uma aproximação com os bens culturais. A Constituição de 88 recebeu as exigências dos movimentos sociais das décadas de 70 e 80 que desejavam a redemocratização através de uma participação social mais ampla nas decisões políticas (Gohn, 2000). Essas necessidades foram consideradas pela Constituição, que estabeleceu os conselhos voltados para as escolhas sociais como prática democrática. Gohn (2000) ressalta que estes órgãos foram desenvolvidos para serem a ferramenta de participação popular mais ativa, executando atividades significativas na definição das políticas públicas, especialmente no contexto municipal.

Nos anos 90, a grande novidade foram os conselhos gestores, de caráter interinstitucional. Eles têm o papel de serem instrumentos mediadores na relação sociedade/Estado e estão inscritos na Constituição de 1988 e em outras leis de país. Sabemos que essa Constituição adotou como princípio geral a cidadania e previu instrumentos concretos para seu exercício, via a democracia participativa. Leis orgânicas específicas passaram a regulamentar o direito constitucional à participação por meio de conselhos deliberativos, de composição paritária entre representantes do poder executivo e de instituições da sociedade civil (Gohn, 2000, p. 117).

Os conselhos são um instrumento da gestão pública e social, auxiliando na relação entre o Estado e a sociedade. Dessa maneira, estes foram inseridos na Constituição de 88 para serem ferramentas de representação e participação social, porém o seu desenvolvimento não é suficiente para que as políticas patrimoniais sejam consolidadas como uma política pública. E isto é considerado porque em um primeiro plano não “contam com a presença majoritária da representação governamental, outros são meramente consultivos, sem poder de decisão ou deliberação” (Zanirato, 2007, p. 145).

Em um segundo plano, muitas pessoas nunca tiveram contato com espaços culturais, como museus ou reservas técnicas visitáveis, ou nem sabe da existência desses locais em seus municípios. Portanto, como requerer que a sociedade civil participe ativamente de uma gestão social dos bens culturais se as próprias localidades não incentivam através de programas ou projetos municipais a valorização e a proteção patrimonial?

Ao permitir que a sociedade civil acesse seus bens patrimoniais, contribui na consolidação da gestão social, como também nas políticas sociais. Botrel *et al* (2012) afirmam que na contemporaneidade, cada vez mais se tem falado sobre a gestão social, referindo-se a gestão das necessidades da sociedade e que sempre é relacionado este termo com a ideia de política social. Usufruir da gestão social demonstra um investimento em procedimentos com uma ampla participação da sociedade e dos diversos níveis governamentais, assim como das organizações em geral, debatendo e executando o “controle social das políticas públicas” (Botrel *et al*, 2012, p. 45), empregando os inúmeros espaços institucionais e “de instrumentos e metodologias participativas de formação, planejamento, supervisão e avaliação” (Botrel *et al*, 2012, p. 45).

Contudo, para que a sociedade participe ativamente e contribua para uma gestão social dos bens culturais, é necessário que antes conheçam e acessem os “lugares de memória” (Nora, 1993) para que a sua participação seja efetivada na gestão pública. Por isso, é necessário que sejam desenvolvidas ações que invistam na Educação Patrimonial para que os sujeitos sejam estimulados com conhecimentos e capacidades para debater sobre as temáticas patrimoniais com especialistas e representantes do poder executivo.

Os sujeitos necessitam de espaços culturais que consigam desenvolver suas memórias e identidades e a partir disso, compreender a importância da proteção dos patrimônios culturais. É necessário um estímulo à sensibilização frente aos patrimônios e do valor de salvaguardar essas heranças, bem como conservá-los e divulgá-los para o presente e futuras gerações.

A apresentação do patrimônio arqueológico ao grande público é um meio essencial para promover o acesso ao conhecimento das origens e do desenvolvimento das sociedades modernas. Simultaneamente, é o meio mais importante para a consciencialização da necessidade de proteção desse patrimônio (Icomos, 1990).

Não há como ofertar uma ferramenta democrática sem conceder antes uma esfera para que os sujeitos possam acessar e interagir com seus patrimônios. Pois, afinal, como defender algo que nunca conhecemos ou acessamos? Não existe patrimônio sem pessoas para o anunciar e o reconhecer (Smith, 2023). Por isso, é necessário ainda mais a consolidação e transformação de espaços que exerçam a promoção, a extroversão e a difusão dos patrimônios culturais, que sejam acessíveis e que contribuam com o “poder da memória” (Chagas, 2003) e as “performances patrimoniais” (Smith, 2021).

Capítulo IV

Caminhos metodológicos para a extroversão da reserva técnica visitável Gabinete de Arqueologia

Cabe à arqueologia a responsabilidade histórica de trazer à luz aquilo que no passado se pretendeu enterrar e esconder, apresentar suas evidências às sociedades atuais para que elas possam reviver esse passado e encontrar novas formas de lidar com ele
(Lima, 2013, p. 181).

4.1 Escolhas metodológicas

No primeiro capítulo foi realizada uma revisão bibliográfica que trouxesse um robustecimento teórico-conceitual sobre a importância e contribuições que as reservas técnicas ofertam para a divulgação e extroversão do patrimônio cultural na contemporaneidade, ressaltando sobre as diversas possibilidades que oferecem para o público visitante, como também algumas características do espaço do Gabinete de Arqueologia.

No segundo capítulo foi detalhado sobre a implementação do espaço do Gabinete de Arqueologia, com a sua curadoria do acervo com foco em uma Conservação Preventiva, assim como, na construção e nos elementos que compuseram a exposição e as diversas ferramentas (visitas mediadas, oficinas e visitas guiadas) que o espaço oferece através da sua extroversão.

No terceiro capítulo, foi procurado realizar um apontamento menos engessado sobre os aspectos do patrimônio histórico-cultural, apresentando-o a partir de novas perspectivas daquelas apresentadas usualmente sobre os estudos do patrimônio cultural. Com isso, a partir de três categorias, “pensamento” (Gonçalves, 2007), “nômade” (Choay, 2017) e “discurso” (2023) foi possível compreender as diversas leituras sociais que o patrimônio pode assumir. Por se constituir como uma categoria de pensamento, entende-se patrimônio como um bem que se move com diferentes cargas simbólicas em diferentes contextos culturais e sociais. Quando remetido a uma categoria de nômade, o patrimônio se torna uma palavra com valor itinerante, que transita por diferentes adjetivos. E, quando submetido a categoria de discurso, o patrimônio representa uma prática performática,

onde os sujeitos utilizam-se do patrimônio para lembrar-se do passado e realizar suas escolhas no presente. Portanto, as performances patrimoniais qualificam os sujeitos em produtores culturais.

Além disso, foi apresentado um outro elemento que está atrelado aos estudos patrimoniais - a memória. Autores como Le Goff (2003), Pollak (1992), Nora (1993), Chagas (2002) e Assmann (2013) foram utilizados para explicitar, que tanto o patrimônio, quanto a memória, são locais de disputas e poder, pois onde há patrimônio, há memória e poder. E, a partir de uma expressão redigida por Choay (2017, p. 11) “uma instituição e uma mentalidade” foi possível compreender que esta citação se insere na abordagem sobre os caminhos tidos pelo patrimônio cultural no Brasil, pois “na medida em que se tornou uma instituição planetária, ele termina por fazer todos os países se defrontarem com as mesmas interrogações e urgências” (Choay, 2017, p. 29).

Com isso, foi possível verificar uma idealização elitista nas políticas culturais de preservação patrimonial no Brasil que ainda se conservam em nossas “performances patrimoniais” (Smith, 2023) atuais. Assim, foi ressaltado o período da década de 1920 até a década de 1980, desde a inauguração do sentimento de proteger o patrimônio cultural brasileiro até o seu alargamento social com a inserção da sociedade nas atribuições sobre a preservação e valorização patrimonial. Mesmo que sejam identificados avanços ao longo do tempo, no que diz respeito à difusão do patrimônio cultural, é considerável ressaltar novamente que estes bens patrimoniais ainda estão “invisibilizados” para uma grande quantidade da sociedade brasileira.

Desse modo, o trabalho realizado de gestão e curadoria do Gabinete de Arqueologia representa um pontapé inicial deste espaço em relação a pesquisas e visitas. Como afirma Pereira (2015, p. 93), uma reserva técnica visitável oferece uma “diferenciação da concepção de patrimônio cultural e de suas funções”, e é nisto que este projeto tem se agarrado, em se constituir como um local profícuo para os debates patrimoniais.

Pois, uma reserva técnica visitável não pode ser definida somente pela sua acessibilidade ao público, mas sim pelo conjunto de propriedades que a formam como um local que permita tornar o patrimônio protegido suscetível à construção de conhecimentos pela sociedade (Pereira, 2015). É o acesso das pessoas a esses espaços

que vai estabelecer o aprofundamento e o entendimento da gestão de preservação patrimonial, sobretudo, em estimular essa questão com os sujeitos. A transformação social relativa ao acesso ao patrimônio arqueológico carrega uma mobilidade que cada vez mais evolui, passando de um bem intocável para um bem penetrável, não se restringindo somente aos arqueólogos, mas também aos não-arqueólogos - ou seja, a sociedade civil.

Com isso, a partir das discussões efetuadas ao longo dos três primeiros capítulos, busco aplicar tais reflexões ao meu Estudo de Caso, a reserva técnica visitável Gabinete de Arqueologia. Também é importante ressaltar aqui algumas características do contexto do município de Campos dos Goytacazes/RJ e a sua relação entre o patrimônio local e a sociedade campista.

I) O município apresenta 31 sítios arqueológicos³³;

II) A Lei Orgânica assim como o Plano Diretor (Lei Complementar n. 015/20) do município cita diversas vezes a valorização e preservação do patrimônio arqueológico - Plano Diretor (Art. 36; 38; 100; 101; 155; 157; 247; 33; 350; 351; 352) - Lei Orgânica (Art 5; 264; 265; 268) demonstrando um interesse sobre as questões relacionadas ao patrimônio cultural, os sítios arqueológicos e os artefatos;

III) O município de Campos possui uma população de 483.540 segundo o Censo do IBGE do ano de 2022;

IV) Em Campos se encontra o Museu Histórico localizado na praça central da cidade, abrigando objetos e mobiliários de diferentes datas históricas.

Essas características foram apresentadas para compreendermos a discussão que foi realizada nesta dissertação, como também, a forma como foi investigada e as questões que foram elencadas para os participantes desta pesquisa.

4.2 Quem são os visitantes?

Não é apenas a visão de reserva técnica que tem se modificado; há também uma expansão das concepções sobre o patrimônio e da percepção do público visitante interessado pelas coleções arqueológicas (Pereira, 2015, p. 99).

³³ Registrados no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico Brasileiro (SGPA) via Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do Iphan.

A inauguração do espaço foi realizada no dia 15 de agosto de 2024, sendo que esta abertura não supõe que o Gabinete de Arqueologia esteja plenamente concluído dentro das propostas que estão sendo elaboradas. Entende-se que neste momento foi possível começar a desenvolver as atividades e obter um retorno dos visitantes, sendo verificado se o espaço comportava as pessoas, se a exposição era clara e informativa, se os painéis atendiam aos objetivos do espaço. Durante esse primeiro momento experimental foram aplicados formulários (fechados e semiabertos) aos visitantes para investigar sobre a compreensão e entendimento do patrimônio cultural e arqueológico, a verificação do nível de aceitação das pessoas ao espaço e os possíveis subsídios que a reserva técnica visitável poderia oferecer aos visitantes. Esta etapa foi essencial para verificar se o projeto teve boa receptividade entre o público e o que poderia ser modificado ao ser apresentado algum aspecto negativo.

Dessa maneira, os participantes desta pesquisa foram selecionados a partir de uma amostragem não-probabilística por conveniência, ou seja, os sujeitos que participaram não foram escolhidos por mim, mas sim pela própria procura deles, por meio do preenchimento de um formulário desenvolvido na plataforma do *Google Forms*³⁴ e disponibilizado no *Instagram* oficial (@gabinetedearqueologia) do espaço. Através desta plataforma são realizadas postagens e as reservas para as visitas. Ao todo foram preenchidos 23 formulários com (Tabela 05) marcação de visitas guiadas (individuais, em grupos ou escolas) somando o quantitativo de 314 pessoas. Contudo, somente 9 visitas ao longo desses três meses foram concretizadas, contabilizando 52 pessoas que efetivamente participaram desta pesquisa.

É importante ressaltar que a abertura do espaço se deu ao final do 2º semestre de 2024, quando as escolas estavam em final de ano com atividades focadas em provas e no ENEM³⁵, caracterizando assim, que não estava no planejamento anual das escolas as visitas ao Gabinete de Arqueologia. Com isso, foram observados alguns impedimentos (principalmente relatados pelos sujeitos como locomoção e problemas pessoais) que não permitiram com que as pessoas acessassem a reserva técnica visitável.

³⁴ Vide em apêndices

³⁵ A partir de março de 2025 o Gabinete de Arqueologia estará aberto permitindo com que o espaço esteja no planejamento das escolas. A reserva técnica visitável também será integrada ao Espaço da Ciências da UENF, fazendo parte de um circuito na universidade.

Agosto		
Quantidade	Compareceu?	Motivo dado ao não comparecimento
Grupo com 3 pessoas	Não	Problemas pessoais
1 pessoa	Não	Problemas pessoais
1 pessoa	Sim	-
1 pessoa	Sim	-
1 pessoa	Sim	-
2 pessoa	Sim	-
1 pessoa	Sim	-
Setembro		
Grupo com 15 alunos	Não	Não conseguiram transporte
Grupo com 60 alunos	Não	Não conseguiram transporte
Grupo com 45 alunos	Não	Não conseguiram transporte
Grupo com 14 (Graduação)	Sim	-
Grupo com 15 alunos	Sim	-
Grupo com 15 alunos	Sim	-
Visita individual	Não	Problemas pessoais
Outubro		
Grupo com 20 alunos (Pré)	Não	Não conseguiram transporte
Grupo com 45 alunos	Não	Não conseguiram transporte
Grupo com 3 pessoas	Não	Problemas pessoais
Grupo com 3 pessoas	Não	Problemas pessoais
Grupo com 42 alunos	Não	Não conseguiram transporte
Visita individual	Não	Não retornou ao nosso
Visita individual	Sim	
Novembro		
Grupo com 12 alunos	Não	Não conseguiram transporte
Grupo com 12 alunos	Não	Não conseguiram transporte

Tabela 05 - Marcação das visitas à reserva técnica visitável Gabinete de Arqueologia

Fonte: Desenvolvido pela autora

Para traçar as informações dos visitantes do Gabinete de Arqueologia como faixa etária, escolaridade, raça e investigar sobre os conhecimentos que eles possuem a respeito do patrimônio arqueológico e suas temáticas, foi aplicado de forma individual a cada sujeito um formulário fechado desenvolvido no *Forms*, sendo disponibilizado por meio de Qr-code³⁶ antes da entrada deles ao espaço. A escolha deste antes do acesso das pessoas ao local, partiu da motivação de conhecer sobre as proximidades e

³⁶ Ambos os questionários (fechado e semiaberto) foram preenchidos pelos próprios visitantes por meio de *smartphones* próprios ou quando o visitante não tinha acesso à Internet ou telefone móvel, foi disponibilizado um aparelho de *smartphone*.

distanciamentos em relação ao patrimônio arqueológico, sem haver um tipo de certa “contaminação” se fossem aplicados após a visita.

Dessa forma, a partir do gráfico abaixo (Figura 10) é possível observar uma predominância de faixa etária referente a adolescentes e jovens adultos entre o público visitante, revelando que a procura pelo acervo da reserva técnica visitável do Gabinete advém de estudantes e universitários, contendo 52,7% de participantes do gênero feminino e 42,3% do gênero masculino.

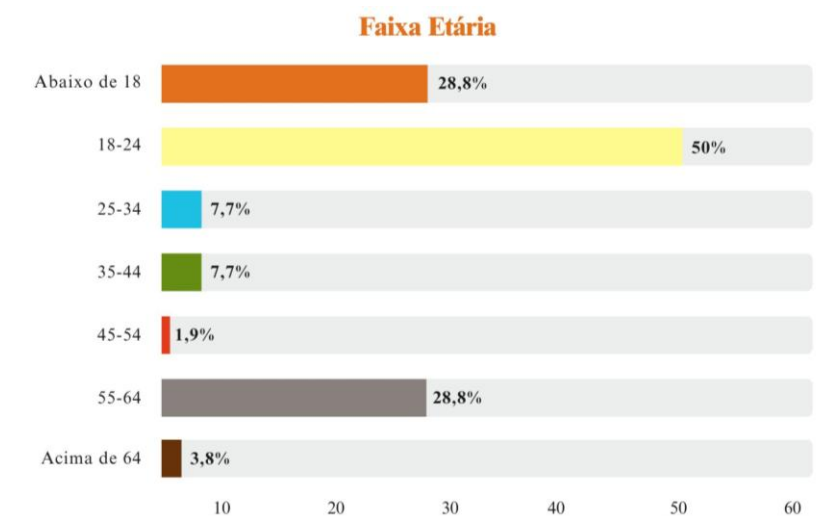


Figura 10: Gráfico referente à faixa etária dos visitantes

Fonte: Desenvolvido pela autora

Outra questão levantada foi a identificação dos participantes, que entre os 52 visitantes da reserva técnica Gabinete de Arqueologia, 50% se declararam brancos, 28,8% se declararam pretos, 19,2% pardos e 1,9% não quis declarar. Relacionando com o predomínio numérico dos visitantes jovens, está o grau de escolaridade deles (Figura 11). Grande parte do apontamento da escolaridade advém do Ensino Médio incompleto e Ensino Superior incompleto, ligando-se à educação formal, como os alunos e universitários, que se somando as duas opções têm-se 77% do total dos visitantes, dado que comprova a referência da faixa etária do público visitante.

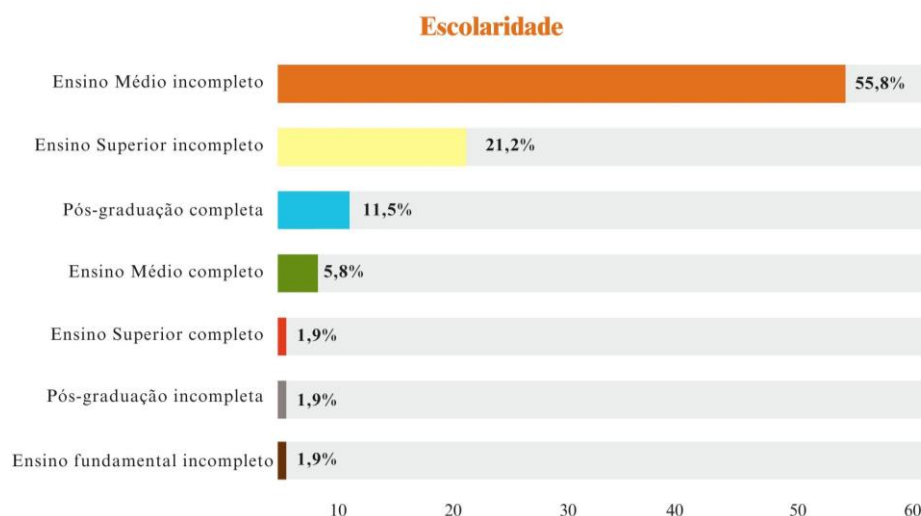


Figura 11 - Gráfico referente à escolaridade dos visitantes

Fonte: Desenvolvido pela autora

Outro questionamento levantado para mapearmos sobre o contato do público visitante com acervos arqueológicos demonstrou que 76,9% nunca tiveram contato, enquanto somente 23,1% afirmaram que já tiveram. Isso demonstra o que foi discutido ao longo dos três primeiros capítulos, principalmente sobre o distanciamento que a sociedade possui referente aos seus patrimônios culturais, sobretudo com os bens arqueológicos que estão salvaguardados em espaços que acabam “escondendo” os bens patrimoniais, em vez de externar para os sujeitos, tornando-os intocáveis. Assim como Pereira (2019) têm ressaltado sobre as restrições do acesso aos espaços culturais, principalmente dos acervos arqueológicos que estão mais interligados aos controles sociais do que propriamente uma preocupação com a conservação dos artefatos.

Como Cândido (2017) destacou, as reservas técnicas possuem o poder de trazer uma “consciencialização” dos sujeitos através da materialidade dos objetos, provocando nos visitantes um reconhecimento e identificação através dos artefatos, como também, no auxílio da sua identidade e fortalecimento social. Bem como, o patrimônio arqueológico oferece às pessoas uma relação e entendimento sobre outras questões como a preservação e valorização patrimonial, onde as coleções arqueológicas podem evitar o “esfacelamento identitário” (Lima, 2007), ou seja, o esfrelamento das identidades, seguido das memórias, e resultando em amnésias.

Quando perguntado sobre como os sujeitos participantes desta pesquisa poderiam classificar o nível de conhecimento sobre o patrimônio arqueológico (Figura 12), assim como da prática arqueológica, têm-se o quantitativo a seguir:



Figura 12 - Gráfico referente do conhecimento sobre o patrimônio arqueológico

Fonte: Desenvolvido pela autora

Isso decorre principalmente do distanciamento já comentado que as pesquisas arqueológicas acabam afastando a sociedade civil do acesso aos artefatos. Os bens arqueológicos não devem ser tidos como uma prerrogativa dos arqueólogos, ou seja, dos especialistas. Essa “estratigrafia do abandono” (Bruno, 2005) não deve ser mais alimentada e subordinada a uma política de especialistas, que acabam distanciando as comunidades das pesquisas e das instituições que detém acervos.

Na tentativa de investigar e traçar através de quais “ferramentas” (Figura 13) os sujeitos adquiriram o conhecimento, mesmo que pouco sobre o patrimônio arqueológico, foram disponibilizadas sete opções, podendo ser demarcada somente uma.

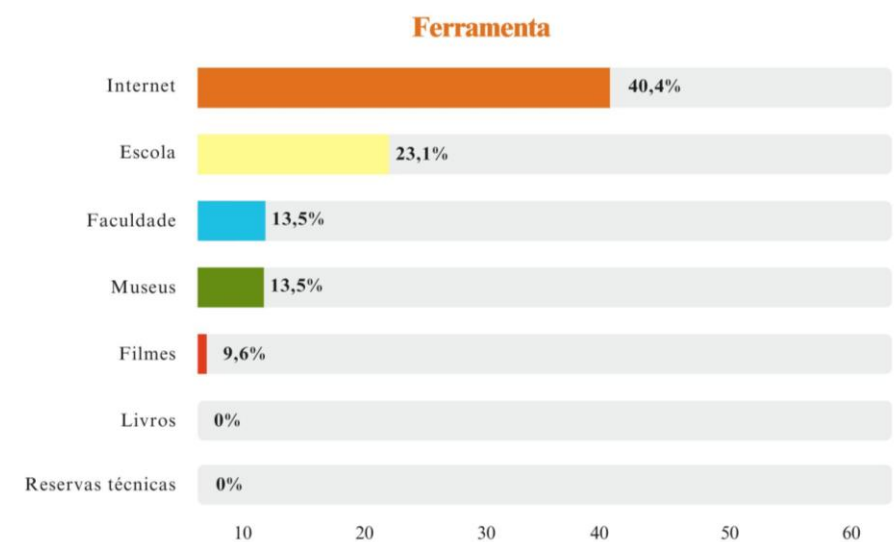


Figura 13 - Gráfico referente à qual “ferramenta” os sujeitos obtêm conhecimento sobre a arqueologia e patrimônio arqueológico

Fonte: Desenvolvido pela autora

A maior parte respondeu que é por meio da Internet (40,4%) que obtém conhecimento sobre a arqueologia e o patrimônio arqueológico. No entanto, as opções de livros e reservas técnicas não foram selecionadas por nenhum participante, confirmando o que Pereira (2015) ressalta sobre os dilemas que os espaços das reservas técnicas e seus acervos acabam sofrendo no território brasileiro, sobretudo sobre o seu funcionamento e desenvolvimento, e que somente terão sua concretude realizada se forem assumidos os desafios impostos pela prática e pesquisa arqueológica.

Também é importante ressaltar que o município de Campos dispõe de um espaço museológico - O Museu Histórico de Campos dos Goytacazes/MHCG, onde, nas suas diversas salas se expõe de modo pouco organizado um acervo diverso (Aguiar, 2022). O MHCG se apresenta com forte ênfase no modo de vida da elite local, que no século XIX, teve grande relevância econômica com o *boom* da produção agroaçucareira. Apenas duas salas estão dedicadas aos demais grupos sociais: uma voltada para a cultura indígena e outra para a cultura afro, em que se apresentam os artefatos pré-coloniais e coloniais.

No museu não há um espaço especialmente dedicado aos povos originários e/ou à arqueologia. Os artefatos estão expostos sem critério. Na vitrine vemos fragmentos de ossada sem identificação, material malacológico e lítico sem uma descrição eficiente e clara do que são aqueles objetos. Há também uma urna funerária Una, proveniente do Sítio do Caju com uma breve descrição, sem relacionar ao sítio que se encontra em área urbana, sem o aprofundamento da sua utilização e manejo para os povos originários, ocorrendo o mesmo na sala referente à cultura afro com tapeçarias e objetos sem contextualização.

Essa forma de expor é nada mais que uma sala de exibição de peças aleatórias, do que propriamente uma sala para que as pessoas também explorem seus ideais e conflitos, ou seja, um espaço que como propõe Bal (1998) permita que os sujeitos através das exposições também realizem uma exposição deles mesmos. Por isso, uma exposição deve ultrapassar o ideal de apenas acomodar os objetos em vitrines ou

disponibilizar longos textos. Ao expor em um espaço seja ele um museu ou reserva técnica, sempre queremos comunicar algo no presente sobre o passado, e isto deve ser realizado com a compreensão de que as exposições assim como os patrimônios e memórias não são um campo neutro, e, por isso, deve haver um cuidado de como ofertar as informações para os visitantes.

Em consequência desse espaço deficitário no município, mais da metade dos visitantes, 53,8% responderam que não possuem nenhum conhecimento sobre os bens arqueológicos do Norte/Noroeste Fluminense, enquanto 42,3% responderam que possuem pouco e 3,8% afirmaram possuir uma compreensão moderada. Não basta somente disponibilizar exposições, é necessário que seja realizado um trabalho com os artefatos materiais, que consigam ofertar aos sujeitos a compreensão dos usos da cultura material nos dias atuais, a preservação e valorização dos patrimônios culturais.

Alterar a posição que os visitantes ocupam em uma exposição, passando de passivos a sujeitos ativos na aproximação com o patrimônio cultural, concede a eles a oportunidade de (re)inventar discursos e entendimentos sobre os bens patrimoniais. E se a visão dos sujeitos sobre o patrimônio arqueológico está mudando, os espaços que abrigam estes bens também precisam ser modificados (Pereira, 2015). Dessa forma, o Gabinete de Arqueologia tem procurado ofertar aos visitantes a percepção da importância da proteção e valorização dos patrimônios culturais e do patrimônio arqueológico. Além disso, foi pensado um ambiente para que as pessoas pudessem explorar as coleções da reserva técnica de forma livre e sem interferência de discursos patrimoniais, permitindo com que cada sujeito realizasse sua performance patrimonial.

A inexistência de decisões nítidas sobre a formação ou abertura de reservas técnicas visitáveis têm acentuado o processo patrimonial arqueológico e sua extroversão (Pereira, 2017). O Gabinete de Arqueologia é uma resposta a essas lacunas existentes no município de Campos dos Goytacazes e a sua relação com o patrimônio arqueológico e os cidadãos campistas, como também, no alargamento do quantitativo de espaços expositivos, principalmente para atender as aspirações da comunidade em relação ao patrimônio protegido.

É curioso destacar que, o município de Campos dos Goytacazes, como relatado anteriormente, possui 31 sítios arqueológicos cadastrados, porém não há nenhuma

atividade voltada para a gestão ou preservação desses locais. E, isto pode representar muito mais do que imaginamos, pois a gestão pública municipal aparenta estar ausente na prática, mas normativas há um pleno esforço de proteger e salvaguardar o patrimônio arqueológico regional. Contudo, não basta ficar no papel, o patrimônio arqueológico necessita de ações urgentes que assegurem sua proteção e difusão.

Como exemplo dado, no Plano Diretor de Campos dos Goytacazes, podem ser encontrados artigos direcionados especificamente para o patrimônio arqueológico e sua gestão:

Art. 155 As Áreas de Preservação Natural e Cultural compreendem áreas que merecem ter preservados, conservados ou recuperados os recursos naturais assim como os bens de valor histórico, salvaguardando seus valores culturais e paisagísticos para as gerações presentes e futuras, abrangendo: Os sítios ou conjuntos históricos e arqueológicos existentes, marcos da ocupação e do desenvolvimento da região, representado pelos estabelecimentos religiosos dos Jesuítas e dos Beneditinos, pela arquitetura civil exemplificada nos remanescentes de antigas usinas e em conjuntos urbanos e pelos sítios arqueológicos.

Art. 338. São instrumentos básicos para implementação da política de proteção do patrimônio cultural:
Criação de Sítios Culturais e Arqueológicos.

Art. 351. Entende-se por Reserva Arqueológica a área de domínio público composta por um ou mais Sítios Arqueológicos, para os quais serão estabelecidos mecanismos de preservação, conservação e valorização.
Parágrafo único. A Reserva Arqueológica será objeto de proteção permanente, podendo ser destinada à realização de estudos, pesquisas e visitação pública, estando a licença para tais atividades condicionadas ao disposto na lei federal vigente.

Por esses motivos, mais da metade dos participantes desta pesquisa responderam que não detêm nenhum tipo de entendimento sobre o patrimônio arqueológico regional, pois o município apesar dos instrumentos definidos no Plano Diretor, não possui políticas culturais de preservação eficientes, sobrando aos bens arqueológicos somente o “esquecimento”. Durante algumas visitas ao Gabinete de Arqueologia, diversos visitantes mostraram-se surpresos em saber que em Campos dos Goytacazes existem sítios arqueológicos e que a maioria dos artefatos são provenientes da localidade. Dessa maneira, o Gabinete de Arqueologia possui a potencialidade de se compor em um espaço que venha a influenciar as agendas públicas no campo do patrimônio cultural e no despertar das pessoas para um maior engajamento social sobre as ações municipais e

estaduais relacionados aos patrimônios, pois como salienta Silva (2007), a sociedade civil deve reivindicar sobre os seus patrimônios, acionando o poder estatal.

É importante ressaltar que ao longo de três meses cerca de mais de 300 pessoas procuraram o espaço para serem realizadas visitas, demonstrando assim um interesse da comunidade em uma aproximação com o patrimônio arqueológico do Norte/Noroeste Fluminense para além de locais “comuns” como os museus. Essa demonstração de interesse advém principalmente em relacionar-se com um local que não somente expõe, mas também realiza a pesquisa arqueológica e sua salvaguarda.

Nesse contexto, foi investigado se os participantes consideravam que em Campos dos Goytacazes existia algum local direcionado para a guarda patrimonial arqueológica. Na Figura 14 podemos identificar que mais da metade não consideravam que no município havia algum espaço, mesmo havendo o MHCG e a sua reserva técnica destinados à salvaguarda arqueológica. Aqueles que responderam que sim, foram direcionados a uma nova questão aberta para especificarem esses locais - de oito pessoas que responderam apenas duas identificaram o Museu como sendo um espaço de salvaguarda do patrimônio arqueológico, surgindo também nomes como o Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho/APCG, a Casa de Cultura Villa Maria/CCVM e a própria Uenf. A Villa Maria não abriga nenhum artefato arqueológico, expressando uma certa “confusão” pois também é um espaço expositivo.



Figura 14 - Gráfico referente aos locais de guarda
Fonte: Desenvolvido pela autora

Quando perguntados sobre se a sociedade civil valoriza o patrimônio arqueológico (Figura 15), cerca de mais da metade (82,7%) dos participantes afirmaram que não há valorização patrimonial pelos sujeitos.



Figura 15 - Gráfico referente a valorização do patrimônio arqueológico
Fonte: Desenvolvido pela autora

De acordo com os indicadores de desenvolvimento cultural do município de Campos dos Goytacazes obtidos por Teixeira (2014) a partir de uma investigação sobre o consumo cultural dos cidadãos no município revelam que 83% já tinham ouvido falar sobre a temática do patrimônio cultural e 17% não. Porém, quando questionados se conheciam algum patrimônio na cidade, 76% responderam que sim, enquanto 24% não. A autora salienta que há um diferencial no reconhecimento da existência do patrimônio na cidade de Campos, demonstrando para ela que esses percentuais validam um certo desconhecimento acerca dos equipamentos culturais por parte dos cidadãos campistas. Teixeira (2014) também elenca outra questão primordial - a frequência das pessoas em visitarem museus. Cerca de 68% disseram que frequentam museus fora da cidade, enquanto 32% frequentam o MHCG. Portanto, a partir dos dados obtidos por Teixeira, é possível constatar que a população campista demonstra possuir um desconhecimento sobre os patrimônios culturais no município, tendo uma baixa aderência na frequência aos equipamentos culturais.

Como reação disso, na última pergunta realizada a respeito se os visitantes consideravam possuir conhecimento sobre preservação do patrimônio arqueológico - 50% responderam que não possuem, enquanto 36,5% talvez e 13,5% sim. Por mais que esses percentuais não seja um indicativo total da realidade do município, necessitando assim de um maior aprofundamento na coleta dos dados e com a participação de mais sujeitos envolvidos, é possível reconhecer um vasto distanciamento dos sujeitos com seus patrimônios culturais, sobretudo com os bens arqueológicos, alimentando assim um

afastamento proposital como um “modelo ideológico construído com a soma de processos históricos” (Pereira, 2015, p. 107).

4.3 A reserva técnica visitável Gabinete de Arqueologia e a difusão do patrimônio arqueológico regional

Com a entrada do público ao Gabinete de Arqueologia, era iniciada a visita ao espaço, tendo inicialmente uma explanação do que são os espaços das reservas técnicas e sua importância para as pesquisas, principalmente as arqueológicas. Ao final das visitas foram novamente aplicados questionários semiabertos disponibilizados por Qr-Code para averiguar as possíveis contribuições que a reserva técnica visitável pode ofertar aos visitantes, destacando tanto aspectos positivos quanto negativos da extroversão patrimonial.

Antes da entrada dos visitantes ao espaço, foram preenchidos 52 questionários fechados. Um novo formulário semiaberto foi disponibilizado após a saída do público do Gabinete de Arqueologia, possuindo o quantitativo de 31 questionários preenchidos. Ao total, foram aplicados 83 questionários (52 fechados e 31 semiabertos) aos sujeitos participantes desta pesquisa.

Identificar neste primeiro momento sobre como o Gabinete de Arqueologia pode servir para a difusão do patrimônio cultural e arqueológico é fundamental para compreendermos sobre as potencialidades deste espaço para o município de Campos e adjacências. Assim como, em aperfeiçoar como a temática patrimonial deve ser abordada para os visitantes, tendo assim um *feedback* destes através deste levantamento.

Com isso, após a visita, quando perguntado sobre a importância da arqueologia para a região, 71% afirmaram que é muito importante, enquanto 29% disseram que é importante. Ao serem questionados se saberiam auxiliar na preservação patrimonial (Figura 16), mais da metade (51,6%) responderam que saberiam ajudar na preservação patrimonial após a visita. Durante as visitas também foram trabalhados aspectos importantes de como a sociedade poderia auxiliar na preservação do patrimônio arqueológico, sobretudo quais órgãos procurarem para notificar sobre a existência de

algum sítio arqueológico ou artefato. Alguns participantes acabaram por relatar que achavam que seria só “desenterrar” e entregar na prefeitura da cidade.



Figura 16 - Gráfico referente ao auxílio na preservação.

Fonte: Desenvolvido pela autora

Quando questionados como poderiam auxiliar na preservação patrimonial (Figura 17) após a visita, cerca de 35,5% das pessoas responderam que poderiam ajudar divulgando a temática por meios digitais, 22,6% participando de atividades ou cursos, 19,4% entre amigos, 16,1% em sala de aula, 3,2% denunciando atividades ilegais e 3,2% (que corresponde a uma pessoa) demarcou a opção que auxiliaria juntamente com o município. Isso confirma que, mesmo havendo a ferramenta pública dos conselhos, a população não reconhece que através deles há também uma contribuição direta de sua participação social nas escolhas patrimoniais. Há também o fato de que muitos desconhecem sobre o Conselho Municipal de Cultura em Campos dos Goytacazes - o ComCuntural (Lei Municipal nº 8.697 de 16/03/2016). Por isso, é de grande necessidade que os sujeitos se aproximem dos bens patrimoniais primeiro, pois é a partir dessa interação que as pessoas entram em contato com seus patrimônios, permitindo que tenham o “direito de uma opção consciente entre o que realmente tem a perder e a ganhar” (Silva, 2007).



Figura 17 - Gráfico referente como poderiam auxiliar na preservação.

Fonte: Desenvolvido pela autora

Quando indagado sobre se a região de Campos dos Goytacazes auxiliava na preservação cultural, 61,3% afirmaram que não, enquanto 19,4% que sim e 19,4% que talvez. Para aqueles que afirmaram, foi realizada uma nova pergunta investigando como contribui, tendo respostas como:

<i>Institutos como a Uenf (Visitante 1)</i>
<i>Levando os alunos da rede pública para conhecer os patrimônios (Visitante 2)</i>
<i>Através das universidades tem esse caráter. Campos sempre teve seu museu preservado, estudos geográficos, tem pessoas de níveis historiador, arqueológico e as pessoas estão atentas em manter o patrimônio da cidade (Visitante 3)</i>
<i>Por exemplo levando os alunos para palestras (Visitante 4)</i>
<i>A Uenf por exemplo e os professores que incentiva (Visitante 6)</i>

Tabela 06 - Como o município contribui com a preservação cultural de acordo com os visitantes.

Fonte: Desenvolvido pela autora

Em nenhuma das respostas acima (Tabela 06) foi citado sobre os conselhos municipais, contudo, a Uenf foi citada duas vezes, demonstrando talvez e apenas porque eles estavam na Uenf. Passando para as perguntas abertas, foram disponibilizadas

quatro questões para os visitantes responderem de forma livre. Dessa maneira, quando questionados como foram a experiência deles durante a visita, tendo diferentes respostas que podem identificar quais os elementos mais eficazes para a divulgação do acervo e uma mobilização da comunidade campista acerca do patrimônio cultural. Dessa forma, foram destacadas as respostas mais completas além daquelas respondidas como por exemplo, “*Foi bem legal*”, “*Ótima*”, “*Interessante*”, “*Boa*”. Não que essas respostas também não sejam benéficas, mas procuramos trazer conclusões que pudessem fundamentar este estudo. Entendemos também que algumas respostas mais curtas advêm do público mais jovem, que ainda não está familiarizado com a coleta de dados.

Em quatro respostas, tivemos:

<p><i>Durante a visita ao gabinete, o contato com o patrimônio local foi incentivador, porque interagir com artefatos antigos permite uma conexão direta com as tradições e a vida cotidiana das comunidades passadas</i> (Visitante 4).</p>
<p><i>Foi muito boa, tive a oportunidade de compreender um pouco mais da história de Campos e de cidades vizinhas. Desmistifiquei alguns estigmas existentes, e compreendi a importância de salvaguardar os patrimônios</i> (Visitante 30).</p>
<p><i>Observar os patrimônios que faziam parte do modo de vida dos povos originários é uma experiência enriquecedora, que reforça a necessidade de preservar a cultura tão rica desses povos, que muitos deles já não existem mais</i> (Visitante 11).</p>
<p><i>Muito bom, ao ter esse contato com o patrimônio consegui compreender um pouco mais da história de Campos e os habitantes que já passaram por aqui, com suas histórias e culturas. Afinal, é de muita importância compreender a história dos seus antepassados para compreender melhor o presente</i> (Visitante 24).</p>

Tabela 07 - A experiência dos visitantes no Gabinete I.

Fonte: Desenvolvido pela autora

Como comentado pelo visitante 4, a visita ao Gabinete de Arqueologia permitiu com que ele interagisse diretamente com os objetos expostos, conseguindo refletir sobre o passado no presente. Conhecer o passado com uma análise crítica denota olhar para trás não com olhos estigmatizantes, mas conseguir compreender de que nossos antepassados viviam e tinham costumes e culturas diferentes do que possuímos

atualmente. Para que os sujeitos possam atingir esta reflexão é necessário conceder uma atmosfera favorável para que realizem suas ponderações, pois não é possível respeitar aquilo que foi tido de forma adulterada (Souza, Wittmann, 2016). Assim como, na fala do visitante 30, também é possível perceber uma quebra de estigmas e um maior entendimento sobre a importância da proteção patrimonial.

A interação com os patrimônios arqueológicos, sobretudo aqueles provenientes dos povos originários para os visitantes 11 e 24, trouxe uma experiência que impulsionou os sujeitos para a reflexão da necessidade da preservação patrimonial. Como Lopes (2004) ressalta, se aprendemos a ler as palavras, também é preciso praticar a ação de ler os objetos e de refletir sobre a história que eles carregam. É preciso que aprendamos, mas também que seja concedido o acesso para que possamos aprender a refletir a partir dos patrimônios. É a partir da materialidade que a “natureza física dos objetos materiais trazem marcas específicas à memória” (Meneses, 1998, p. 90) ou seja, a durabilidade dos artefatos excede a existência daqueles que o produziram, o capacitando para manifestar o passado profundamente, mesmo havendo no presente a sua representação refeita, pois é a partir das demandas do presente que são produzidas e reproduzidas as significações dos objetos (Meneses, 1998).

<i>Interessante e de grande importância para a sociedade (Visitante 7)</i>
<i>Gostei bastante, achei bem importante e descobri coisas que nem sabia (Visitante 8)</i>
<i>Muito significativa, pois não tinha conhecimento sobre a importância da preservação do patrimônio cultural (Visitante 13)</i>
<i>Muito legal, descobri coisas que não tinha ideia, de formato, origem, a função (Visitante 14)</i>
<i>Tive uma experiência profundamente intrigante (Visitante 29)</i>

Tabela 08 - A experiência dos visitantes no Gabinete II.

Fonte: Desenvolvido pela autora

Outros visitantes (7, 8, 13, 14 e 29) acabaram por relatar de forma mais sucinta sua experiência na reserva técnica visitável (Tabela 08), contudo sendo relevante para demonstrar que as visitas puderam de alguma forma aproximar o público com as questões sobre a preservação e a valorização do patrimônio cultural, sobretudo sobre os conhecimentos produzidos pela arqueologia e a prática arqueológica. Este é o cerne central da extroversão - tornar os bens patrimoniais plausíveis de contato e interação social, transformando a relação da sociedade no contato com o patrimônio. O patrimônio arqueológico, dessa forma, deve ocupar o seu lugar perante a sociedade civil (Pereira, 2015) na qual os sujeitos consigam realizar suas performances patrimoniais e solidificarem um contato mais estreito com os artefatos e o patrimônio cultural.

Quando questionado se a visita ao espaço da reserva técnica visitável trouxe algum benefício profissional ou pessoal para os visitantes (Tabelas 09 e 10), todas as respostas foram de cunho positivo, confirmando assim que por meio da extroversão, o Gabinete de Arqueologia pode apresentar benefícios tanto para as pessoas quanto para a difusão do patrimônio arqueológico regional. Dessa forma, separamos as respostas por temáticas e agrupadas para melhor compreensão. Na Tabela 09, temos os visitantes 3, 8 e 17 relatando que a visita ao espaço da reserva técnica visitável trouxe ganhos acadêmicos, principalmente na área de formação de Licenciaturas, como é o caso dos visitantes 3 e 17. Ambos declararam que a visita ofertou no auxílio em suas respectivas áreas, onde a visitante 3 como professora de História, observou a possibilidade de também estar realizando uma visita com seus alunos. Já a visitante 17 declara que a visita a conduziu para uma nova área de conhecimento dentro de sua graduação em Ciências Sociais.

<i>Trouxe. Sou prof. de história, me auxiliou com argumentos e uma possível visita pedagógica</i> (Visitante 3)
<i>Sim, pois tenho muita vontade de cursar arqueologia</i> (Visitante 8)
<i>Sim, trouxe mais uma área de atuação para o meu curso (ciências sociais)</i> (Visitante 17)

Tabela 09 - Benefícios acadêmicos.

Fonte: Desenvolvido pela autora

No que diz respeito à área voltada para pesquisas, o visitante 8 expressou a vontade de cursar a graduação em Arqueologia. Outros visitantes ao longo das visitas também se interessaram bastante sobre esta graduação, indagando se no município de Campos dos Goytacazes teria alguma universidade voltada para esta formação. Foi discorrido que a localidade não ofertava e o mais próximo seria no Rio de Janeiro, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O Museu Nacional (UFRJ) também disponibiliza ao longo do ano cursos on-line voltados para discentes dos anos finais do Ensino Fundamental e Médio.

Já os visitantes da Tabela 10 mencionaram sobre os conhecimentos que adquiriram na visita ao Gabinete de Arqueologia, sobretudo no fortalecimento sobre o patrimônio cultural e arqueológico. O visitante 4 relata que auxiliou a ele a reforçar sobre o valor da preservação e do estudo arqueológico para o entendimento da sua identidade cultural, demonstrando assim que o espaço da reserva técnica visitável o auxiliou no (re)conhecimento de sua identidade e o colocando como o protagonista na exposição. É essencial que o público conheça e reconheça nas visitas e vendo através das coleções e artefatos uma forma de aprender, mas também de se inspirarem. Pois, como salienta Gonçalves (2007), o patrimônio é uma representação dos sujeitos que acaba por fundamentar suas memórias e identidades, e, como uma forma de posicionamento político e social. Elencar patrimônios seriam como se posicionar perante a sociedade e manifestar - “Olha, estou aqui! Este patrimônio me representa!”.

<i>Sim, pois absorvi mais conhecimentos que não tinha ideia</i> (Visitante 2)
<i>No geral, o contato com a cultura material local durante a visita ampliou meu conhecimento sobre o passado e também reforçou o valor da preservação e do estudo arqueológico para a compreensão da nossa própria identidade cultural</i> (Visitante 4)
<i>Trouxe sim, podemos estudar sobre o nosso passado</i> (Visitante 6)
<i>Compreendi a importância do projeto para valorizar a pesquisa em todos os níveis de conhecimento</i> (Visitante 7)
<i>Sim, ela ampliou a minha visão em relação a como o patrimônio arqueológico é importante, sendo um meio de revelar as origens da sociedade</i> (Visitante 11)
<i>Conhecimento e abrir mais a visão</i> (Visitante 14)
<i>Sim, me trouxe conhecimento sobre patrimônio cultural</i> (Visitante 18)
<i>Sim. Pessoal. Adquiri conhecimento da história do município, pois não sabia a fundo muitas questões que foram desenvolvidos na visita, como o uso da cerâmica pelos povos goytacazes</i> (Visitante 23)
<i>Me fez dar mais importância a cultura</i> (Visitante 28)
<i>Trouxe sim, reeducou o meu olhar para essa temática e me incentivou a ser mais atenta para os vestígios de história que temos ao nosso redor</i> (Visitante 30)

Tabela 10 - Benefícios intelectuais.

Fonte: Desenvolvido pela autora

O visitante 7 relata que entendeu a importância do projeto do Gabinete de Arqueologia para a valorização da pesquisa em todos os níveis de conhecimento. Ou seja, ele pode identificar que o espaço da reserva técnica consegue atender todos os níveis de compreensão, desde o Ensino Fundamental e Médio, utilizando uma linguagem mais acessível e aguçando o interesse pelo patrimônio arqueológico até o Ensino Superior, utilizando-se de termos mais técnicos e aprofundados, voltados para uma possível pesquisa científica.

O visitante 11 expõe que a partir da visita ao espaço alargou a sua visão em relação ao patrimônio arqueológico e descrevendo que a partir deste é um elemento revelador de sociedades. Choay (2017) apresenta este ideal quando se remete ao patrimônio, ao dizer que estes precisam ser examinados e questionados, pois se constituem como um recurso anunciador. Bruno (2020) relata exatamente sobre isso, que as coleções arqueológicas “aportam e potencializam” as ferramentas para investigação das sociedades, que podem ampliar ou até mesmo questionar as categorias de pensamento, de representação e de percepção naturalizadas nas ciências sociais e humanas. Contudo, essas percepções podem também conflitar com uma “autoridade científica” presente na própria forma de consolidação e de manutenção das coleções.

O visitante 18 opinou que a visita trouxe um conhecimento sobre o patrimônio cultural, indicando que o espaço contribuiu para dar maior visibilidade às questões da importância dos bens culturais para a sociedade civil, em todos os níveis de interesse. Identificar que a reserva técnica contribuiu para um aprendizado sobre os patrimônios culturais é o qualificar como um espaço onde os sujeitos podem realizar suas construções patrimoniais.

Segundo o visitante 23 a exposição dos objetos arqueológicos no Gabinete de Arqueologia possibilitou a ele obter importantes informações sobre a origem dos povos originários do município de Campos dos Goytacazes, reforçando e valorizando ainda mais a atuação do indígena Goytacá na ocupação territorial e cultural no processo histórico de formação do município. Portanto, é importante destacar o quanto é fundamental entender o passado para melhor compreender o presente. Desse modo, faz-se necessário estimular a construção de espaços culturais que fortaleçam a história dos municípios e, sobretudo, que contribuam para que os sujeitos conheçam seus patrimônios e participem ativamente no desenvolvimento de uma gestão social.

O visitante 30 fala sobre a visita ao Gabinete de Arqueologia, que fez crescer o seu olhar sob uma nova ótica tão necessária para melhor compreender sobre as questões da arqueologia e patrimônio arqueológico. Assim como relata o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) a apresentação dos bens arqueológicos ao público é o caminho principal, o fio condutor, para a promoção de acesso ao conhecimento das origens e desenvolvimento das sociedades.

Quando perguntado aos visitantes o que mais tinha chamado a atenção durante a visita, foram apontados vários elementos que auxiliam na divulgação do acervo. Na Tabela 11 podemos encontrar 21 participantes expondo que os objetos arqueológicos, como a Urna funerária, os materiais pré-coloniais, o fragmento de sambaqui e as cerâmicas indígenas foram os que mais se destacaram para eles durante a visita. O visitante 4 relatou que a partir de um ambiente organizado, o possibilitou analisar os objetos arqueológicos e a partir das visitas guiadas foi essencial para compreender o contexto histórico dos achados arqueológicos que acabaram por acrescentar em sua experiência novos contornos e sentidos.

<p><i>Os objetos arqueológicos</i> (Visitantes 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 14, 15, 16, 17, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30)</p>
<p><i>O ambiente do gabinete, organizado, permitiu uma apreciação dos materiais, destacando sua importância histórica e cultural. Além disso, a orientação da responsável presente foi fundamental para interpretar os contextos em que os objetos foram encontrados, adicionando camadas de significado à experiência.</i> (Visitante 4)</p>
<p><i>O número de sítios arqueológicos em Campos.</i> (Visitante 10)</p>
<p><i>O modo dinâmico e pedagógico sobre o patrimônio arqueológico.</i> (Visitante 11)</p>
<p><i>A tigela que compõe a estrutura funerária, que é da minha terra.</i> (Visitante 12)</p>
<p><i>O espaço e a quantidade de peças arqueológicas que estão catalogadas.</i> (Visitante 13)</p>
<p><i>O fato de que Campos é uma cidade repleta de histórias.</i> (Visitante 18)</p>
<p><i>A quantidade de sítios arqueológicos presente em Campos.</i> (Visitante 21)</p>

Tabela 11 - Elementos que chamaram a atenção dos visitantes.

Fonte: Desenvolvido pela autora

Os visitantes 10, 18 e 21 mencionaram sobre a quantidade de sítios arqueológicos presentes no município, que era de desconhecimento de vários visitantes e a “surpresa” que Campos dos Goytacazes é uma cidade cheia de histórias que precisam ser reveladas para as pessoas. Já o visitante 11 explana sobre a forma como foi conduzida a visita e como o patrimônio arqueológico, como também a ciência da arqueologia é apresentada para o público. Por isso, tivemos um cuidado especial na montagem da exposição, escolhendo a metodologia da Interpretação do Patrimônio para que os visitantes pudessem interagir diretamente com os artefatos arqueológicos, pois “expor é sobretudo, propor” (Ibram, 2017). Propor narrativas e oferecer elementos para que os visitantes possam produzir e fortalecer seus conhecimentos é um dos valores da reserva técnica visitável.

O visitante 12 cita sobre a tigela que compõe um conjunto funerário Tupi proveniente do sítio arqueológico do Cutuba pertencente à localidade dela, Itaperuna/RJ. Como citado no capítulo 2, propriamente no 2.1, os sujeitos utilizam-se do ato de memorar para realizar conexões dos patrimônios culturais ao seu cotidiano, como é o caso desta visitante. Ela acabou se identificando no artefato por meio do município em que reside, entrelaçando dessa maneira o objeto ao sujeito e a sua história. Seria como um sentimento de orgulho em poder identificar que o local onde nasceu guardam histórias que são desconhecidas. Miller (2002) expõe que é a partir desta interação entre o sujeito e o objeto que o conceito de cultura é fabricado, pois o sujeito acaba se vendo no objeto, suas raízes e o artefato acaba refletindo no sujeito o entendimento do passado no presente, refletindo um ao outro. Assim como, como relatado pelo visitante 13, o espaço e a numerosa quantidade de artefatos arqueológicos catalogados chamaram a sua atenção.

Na última questão foi pedido para que os visitantes deixassem sugestões para o espaço da reserva técnica visitável, suas possíveis dúvidas, assim como suas contribuições (Tabela 12). Em algumas respostas muitos acabaram dizendo que não possuíam nenhuma dúvida ou sugestão. Outros elogiaram o local dizendo que estava “tudo perfeito” e também perguntando quando o projeto abriria vagas para o recebimento de pesquisadores. Na Tabela 12 podemos encontrar diversas sugestões como ter mais peças em exposição, ampliar o ambiente do Gabinete, visitar as escolas apresentando o

projeto como também a importância da arqueologia para a valorização e preservação patrimonial e confecção de vídeos e animações que pudessem complementar a visita.

<i>Ter mais peças expostas.</i> (Visitante 5)
<i>Ampliação do ambiente e da exposição.</i> (Visitante 8, 9)
<i>Visitar os colégios apresentando a importância da arqueologia para a preservação da cultura.</i> (Visitante 10)
<i>Estão no caminho certo e eu vi que o Instagram está em fase inicial e esse espaço é muito bacana e a gente tá aí para contribuir.</i> (Visitante 11)
<i>Nenhuma, mas muito edificante para valorização do nosso próprio conhecimento.</i> (Visitante 16)
<i>Fazer um vídeo de introdução da história dos povos originários dos indígenas Goytacazes, fazer um vídeo curto explicando sobre isso. Ter uma apresentação com animações.</i> (Visitante 17)
<i>Acho que poderiam ter mais vídeos com fotos de como os objetos eram utilizados para que as crianças ou nós mesmo adultos, que não temos proximidade com o objeto, entendessemos a importância e serventia.</i> (Visitante 30)
<i>Fazer isso mais vezes</i> (Visitante 31)

Tabela 12 - Dúvidas e sugestões dos visitantes.

Fonte: Desenvolvido pela autora

Diante do exposto, a implementação do Gabinete de Arqueologia através da extroversão do patrimônio arqueológico do Norte/Noroeste Fluminense converteu-se em um elemento basilar que gerará uma aproximação dos sujeitos com seus patrimônios e as políticas culturais de preservação. É inconclusivo afirmarmos que este local já atingiu seu ápice, pois ainda só iniciamos a caminhada. Contudo, através deste estudo foi possível constatar que o Gabinete de Arqueologia possui uma potencialidade desmedida, que somente através de mais visitas, mais trabalhos, mais pesquisas poderão ser afirmadas, assim como desejo, em um local que fortaleça as políticas preservacionistas

e que reforce a importância do patrimônio cultural e da prática arqueológica na nossa região.

Considerações Finais

A presente pesquisa ao se propor identificar como o Gabinete de Arqueologia através de sua extroversão pode auxiliar na difusão do patrimônio arqueológico e regional, constatou que o espaço, mediante ao desenvolvimento contínuo deste projeto, apresentou-se como um caminho profícuo à aproximação das coleções arqueológicas com os visitantes. Assim como, no fortalecimento das políticas de valorização e preservação patrimonial e no engajamento social frente ao patrimônio cultural.

Por meio dos questionários fechados aplicados antes da entrada dos visitantes ao espaço do Gabinete de Arqueologia foi possível constatar um distanciamento que estes possuem acerca do patrimônio cultural e arqueológico regional, indicando lacunas existentes nas políticas culturais de preservação do município de Campos dos Goytacazes/RJ. Foi possível ainda, por meio de questionários semiestruturados aplicados após as visitas, identificar como o Gabinete de Arqueologia através da extroversão de seu acervo, contribui para a difusão do patrimônio cultural e arqueológico, bem como se constitui como um local que aproxima as pessoas dos bens culturais e das questões políticas. Através das falas dos sujeitos que participaram desta pesquisa, é possível constatar que o Gabinete de Arqueologia possui as potencialidades de:

- I) Aproximar os visitantes do patrimônio cultural;
- II) Expandir o acesso ao patrimônio arqueológico regional;
- III) Reforçar o valor da preservação e valorização patrimonial;
- IV) Reconhecer o papel social dos patrimônios culturais;

V) Identificar a importância do Gabinete de Arqueologia em todos os níveis de conhecimento;

VI) Ampliar os conhecimentos sobre a história do município de Campos dos Goytacazes e adjacências;

É importante destacar que esta pesquisa é o início de um processo que ainda se encontra em andamento. Dessa forma, investigar sobre as primeiras ações de Educação Patrimonial tidas dentro desse espaço e entender como se deu a implementação e a consolidação do Gabinete é necessário para compreendermos sobre as capacidades do espaço na contribuição de futuras pesquisas no âmbito do PPGPS, da Uenf e dos demais municípios e universidades vizinhas. Com isso, este trabalho se compõe como uma peça-chave essencial para compreendermos sobre as escolhas patrimoniais que foram realizadas para a curadoria e montagem do acervo do Gabinete de Arqueologia, pois também foi realizado um tipo de performance patrimonial ao serem escolhidas determinadas metodologias para compor e estruturar o espaço.

Com isso, tentamos nos distanciar das escolhas patrimoniais que pudessem abarcar o DAP e buscamos metodologias que buscassem instigar os visitantes a construir uma consciencialização frente aos patrimônios culturais. Ao serem expostas as peças no espaço, procuramos oportunizar aos sujeitos que estes mesmos criassem suas próprias narrativas através dos objetos e realizassem suas performances patrimoniais sem interferências de um Discurso Autorizado.

Dessa forma, consideramos que com o progresso deste projeto seja estimulado a formação de um espaço institucional (embora não governamental) de organização social que possa influenciar agendas públicas (municipal e estadual) no campo do patrimônio arqueológico. Pois, através das falas proferidas pelos visitantes, é possível notar que a reserva técnica visitável é um local que contribui para a construção social e democrática, tornando-se a materialização da democracia do conceito patrimonial adotado nesta dissertação.

Dessa forma, é aspirado que através do Gabinete de Arqueologia os próximos visitantes consigam tecer uma aproximação e ressignificação dos seus patrimônios, bem como em se manter-se como um espaço que apresente caminhos para um debate sobre as políticas públicas, comunicando sobre o papel das entidades locais na participação

pública dos patrimônios culturais e das articulações da sociedade civil para incidir na gestão pública patrimonial.

Consideramos que os espaços das reservas técnicas podem sim contribuir para a propagação e democratização da participação da sociedade civil nas temáticas sobre o patrimônio cultural. Como também, pode desenvolver novas formas de contato dos visitantes com os acervos arqueológicos, contribuindo para que o patrimônio arqueológico seja palpável pelas pessoas.

Em suma, o acesso ao patrimônio arqueológico regional por meio do Gabinete de Arqueologia permite uma reflexão de que esses locais são necessários nos dias atuais, por oferecer diversas possibilidades e entendimentos sobre os bens patrimoniais, principalmente no suporte para que a sociedade possa acessar os patrimônios e construir uma gestão partilhada entre todos, os arqueólogos e não-arqueólogos. As pessoas precisam estar conscientes do que podem ganhar ou perder ao preservar seus patrimônios, e por isso o engajamento através das reservas técnicas visitáveis se faz necessário.

Referências

AGUIAR, Bárbara Cruz. A Exposição de Longa Duração do Museu Histórico de Campos dos Goytacazes (MHCG): uma análise sobre sua narrativa expográfica. 132p. **Dissertação de Mestrado**. (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, Campos dos Goytacazes, RJ, 2022.

ALENCAR, Alexandra. Patrimônio: para além da materialidade constituída. **Cadernos NAUI**, v. 2, n. 2, p. 124-128, 2013.

ASSMANN, Aleida. Entrevista “Lembrar para não repetir”. **Jornal da Unicamp**, Campinas, ano 2013, p. 6-7, 10 jun. 2013. Disponível em: https://unicamp.br/unicamp/sites/default/files/jornal/paginas/ju_564_pagina_06e07web.pdf Acesso em: 22 jan. 2025.

BAL, Mieke. **Double Exposures The Subject Of Cultural**. London: Routledge, 1996.

BANDEIRA, Arkley Marques. A política institucional da Universidade Federal do Maranhão para o gerenciamento e a salvaguarda dos acervos arqueológicos: uma história em três atos. **Revista de Arqueologia**, v. 33, n. 3, p. 146-170, 2020.

BASTOS, Rossano Lopes. Arqueologia Pública e Gestão do Patrimônio Cultural Arqueológico Brasileiro. **Arkeos: perspectivas em diálogo**, n. 16, p. 111-126, 2006.

BEAUDRY, Mary C.; COOK, Lauren J.; MROZOWSKI, Stephen A. Artefatos e vozes ativas: cultura material como discurso social. **Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 1, n. 2, p. 72-114, 2007.

BOTREL, Manuela de Oliveira; SANTOS, Iara de Cássia Silva; ARAÚJO, Priscila Gomes; PEREIRA, José Roberto. Entre a Gestão Pública e a Gestão Social de Bens Culturais no Brasil. **Anais Brasileiros de Estudos Turísticos**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 41–54, 2012. Disponível em: [\[https://periodicos.ufjf.br/index.php/abet/article/view/2985\]](https://periodicos.ufjf.br/index.php/abet/article/view/2985) Acesso em: 11 dez 2024.

BRASIL, Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. **Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências**. 2000.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 11.904, de 14 de jan. de 2009. Brasília: Diário Oficial da União, 15 jan. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm Acesso em: 12 març. 2025.

BRASIL. Constituição (1934). Lex: Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 08 mar. 2025.

BRASIL. Constituição (1937). Lex: Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em 08 mar. 2025.

BRASIL. Constituição (1946). Lex: Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 08 mar. 2025.

BRASIL. Constituição (1967). Lex: Constituição da República Federativa do Brasil, de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67EMC69.htm. Acesso em: 08 mar. 2025.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Os primórdios do museu: da elaboração conceitual à instituição pública. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 17, 1998.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. A perspectiva museológica e a articulação entre informação, memória e patrimônio. **Informação, patrimônio e memória: diálogos interdisciplinares**, p. 11-23, 2015.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Acervos arqueológicos: relevâncias, problemas e desafios desde sempre e para sempre. **Revista de Arqueologia**, v. 33, n. 3, p. 08-18, 2020.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Arqueologia e antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 31, p. 235-247, 2005.

BUCAILLE R.; PESEZ J-M. "Cultura Material". Em Enciclopédia Einaudi (16) Homo-domesticação | Cultura Material. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989. Depósito Legal 14 793/87.

BUENO, Wilson da Costa. A divulgação da Produção Científica no Brasil: A Visibilidade da Pesquisa nos Portais das Universidades Brasileiras. **Ação Midiática–Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura.**, 2014.

CABRAL, Magaly. Memória, patrimônio e educação. Resgate: **revista interdisciplinar de cultura**, v. 12, n. 1, p. 35-42, 2004.

CALI. Plácido. Políticas Municipais de Gestão do Patrimônio Arqueológico. **Tese**. Universidade de São Paulo. 2005.

CAMPOS DOS GOYTACAZES, **Lei complementar nº 015, de 07 de janeiro de 2020**. Plano Diretor de Campos dos Goytacazes. Disponível em <<http://leismunicipa.is/bixwa>> Acesso em: 16 set. 2024.

CAMPOS DOS GOYTACAZES, **Lei ordinária nº 8.697 de 16 de março de 2016**. Reestrutura o Conselho Municipal de Cultura - Concultura. Disponível em <<http://leismunicipa.is/tkolu>> Acesso em 07 jan. 2025.

CAMPOS, Ana Carolina. Visitas mediadas no Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães-MAMAM. 2014. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Pernambuco.

CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação museológica. **Caderno de diretrizes museológicas**, v. 1, n. 2, p. 31-90, 2006.

CÂNDIDO, Maria João. O Lugar das comunidades na preservação do património arqueológico. Um projeto de investigação. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 54, n. 10, 2017.

CHAGAS, Mário. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de sociomuseologia**, v. 19, n. 19, 2002.

CHIOVATTO, M.; AIDAR, G. **Como avaliar o sensível?** A experiência da Pinacoteca do Estado de São Paulo em avaliação para ações de inclusão sociocultural. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo: Museu Para Todos, [s/d]. Disponível em: <https://museu.pinacoteca.org.br/wp-content/uploads/sites/2/2017/01/MILA_CHIOVATTO_GABRIELA_AIDAR_como_avaliar_o_sensivel.pdf> Acesso em: 20 set. 2024.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Unesp, 2017.

CHUVA, Márcia. Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: Uma perspectiva histórica, ética e política In: CHUVA, Márcia. NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (Org.). **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X/Faperj, 2012.

COSTA, Carlos Alberto Santos. Por políticas para a gestão e musealização do patrimônio arqueológico: uma escala de sentidos. **Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 17, n. 1, p. 101-124, 2019.

DA SILVA, Regina Coeli Pinheiro. Compatibilizando os instrumentos legais de preservação arqueológica no Brasil: o Decreto-Lei Nº 25/37 e a Lei nº 3.924/61. **Revista de Arqueologia**, v. 9, n. 1, p. 9-23, 1996.

DE MORAES WICHES, Camila Azevedo; RIBEIRO, Diego Lemos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da Arqueologia: percursos trilhados, dilemas do presente e rotas para o futuro. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 12, n. 24, p. 15-31, 2023.

DE VASCONCELOS, Mara Lúcia Carrett; ALCÂNTARA, Tainã Moura. Com quantas caixas se faz uma reserva técnica? Um relato de experiência sobre a gestão dos acervos arqueológicos no MAE/UFBA. **Revista Arqueologia Pública**, v. 11, n. 2 [19], p. 153-165, 2017.

DELGADO, Andrés Burgos; PAZOS, Araceli Serantes. Interpretação do patrimônio, turismo e gestão de áreas protegidas: algumas aproximações. **Turismo e Sociedade**, v. 6, n. 2, p. 300-323, 2013.

DOS REIS, José Alberione. Lidando com as coisas quebradas da história. **Revista Arqueologia Pública**, v. 2, n. 1 [2], p. 33-44, 2007.

FELIX, Glenda Maria Bastos. **O acervo da reserva técnica arqueológica da unir: o uso das imagens para o ensino de História**. XIV Encontro estadual de história da ANPUH-PE.: História: fome, direitos humanos e democracia. 2022.

FERNANDES, Maria Luiza Pacheco. Museologia. Planejamento de Exposições/ Museums and Galleries Commission; São Paulo: **Editora da Universidade de São Paulo**; Vitae, 2001. – (Série Museologia, 2)

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. Diálogos-**Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 10, n. 3, p. 79-88, 2006.

FLEURY, Sonia. Políticas sociais. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Cancelli; VIEIRA, Livia Fraga. **Dicionário de verbetes**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/politicas-sociais/>.

FRANCO, Maria Ignez Mantovani. **Planejamento e realização de exposições**. Brasília, DF: IBRAM, 2018.

FRONER, Yacy-Ara. **Tópicos em conservação preventiva-8**: Reserva Técnica. Belo Horizonte (Minas Gerais/Brasil): LACICOR-EBA-UFMG, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo A Arqueologia Brasileira: visão geral e reavaliação. **Revista de História da Arte e da Cultura**, n. 1, p. 23-41, 1994.

FUNARI, Pedro Paulo A. Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências. **Ciência e cultura**, v. 65, n. 2, p. 23-25, 2013.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: J. 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas SA, 2002.

GLORIA, Pedro da; NEVES, Walter Alves; HUBBE, Mark. História das pesquisas bioarqueológicas em Lagoa Santa, Minas Gerais, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 12, p. 919-936, 2017.

GOHN, Maria da Glória. O papel dos conselhos gestores na gestão urbana. In: Ribeiro, A. C. T. (Org.). Repensando la experiencia urbana de América Latina: cuestiones, conceptos y valores. **CLACSO**, 2000. Disponível em: [\[http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/urbano/gohn.pdf\]](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/urbano/gohn.pdf). Acesso em: 14 dez 2024.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O espírito e a matéria: o patrimônio enquanto categoria de pensamento. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio**. Rio de Janeiro, p. 107-116, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 28, p. 211-228, 2015.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes antropológicos**, v. 11, p. 15-36, 2005.

HEINICH, Nathalie; RUIZ, Diana Carolina; GÓMEZ, Andrés Ávila. La fábrica del patrimonio. Apertura y extensión del corpus patrimonial: del gran monumento al objeto cotidiano. **Apuntes**, Bogotá, v. 27, n. 2, p. 8-25, 2014.

HILBERT, Klaus. Qual o compromisso social do arqueólogo brasileiro? **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 89–101, 2006. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/216>. Acesso em: 11 jul. 2024.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Projeções da população. Revisão 2024. Brasília, DF: IBGE, 2024. Disponível em: [\[https://www.ibge.gov.br/\]](https://www.ibge.gov.br/)

IBRAM. **Caminhos da memória**: para fazer uma exposição/pesquisa e elaboração do texto Katia Bordinhão, Lúcia Valente e Maristela dos Santos Simão – Brasília, DF: IBRAM, 2017.

ICOMOS, 1990I. (1). CARTA DE LAUSANNE, CARTA PARA A PROTECÇÃO E GESTÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO, 1990. **Cadernos De Sociomuseologia**, 15(15). Obtido de <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/344> Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

IPHAN, **Patrimônio Arqueológico**. Portal Iphan, 2024, Disponível em: [\[http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/315\]](http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/315)

IPHAN. **Portaria Nº 196 de maio de 2016**. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_Iphan_196_de_18_de_maio_2016.pdf>

LAIA, Paulo Otávio. Percursos e Fronteiras: os labirintos entre a proteção legal e a salvaguarda institucional das coleções arqueológicas no Brasil. **Revista Arqueologia Pública**, v. 11, n. 2 [19], p. 166-185, 2017.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. Unesp, 2000.

LE GOFF, Jacques et al. **História e memória**. 2003.

LIMA, Tania Andrade. A arqueologia na construção da identidade nacional: uma disciplina no fio da navalha. Canindé, **Xingó**, v. 10, p. 11-26, 2007.

LIMA, Tania Andrade. Arqueologia como ação sociopolítica: o caso do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. **Vestígios-Revista Latino-americana de arqueologia histórica**, v. 7, n. 1, p. 179-207, 2013.

LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, p. 11-23, 2011.

LIMA, Tania Andrade. Patrimônio arqueológico, ideologia e poder. **Revista de Arqueologia**, v. 5, n. 1, p. 19-27, 1988.

LIMA, Tania Andrade. Um passado para o presente: preservação arqueológica em questão. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 33, p. 5-21, 2007.

LOPES, Régis. A danação do objeto: o museu no ensino de história. **Argos**, 2004.

LOUREIRO, Maria Lucia NM et al. Preservação in situ X ex situ: reflexões sobre um falso dilema. **Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola**, v. 3, 2012.

MEDEIROS, Mércia Carréra de; SURYA, Leandro. **A importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio**. 2009.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 34, p. 9-23, 1992.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998.

MILLER, Daniel. Artefatos e o significado das coisas. In: **Enciclopédia Companheira de Antropologia**. Routledge, 2002. p. 430-453.

MILLER, Daniel. Artifacts as categories: a study of ceramic variability in Central India. Cambridge: **Cambridge University Press**, 1985.

MIRABILE, Antonio. A reserva técnica também é museu. **Boletim eletrônico da ABRACOR**, n. 1, pág. 4-9, 2010.

MIRANDA, Jorge Morales. **Ideas para la Formación “Esencial” en Interpretación**. 2008.

MIRANDA, Jorge Morales. **La interpretación del patrimonio natural y cultural**: todo un camino por recorrer. PH. Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, v. 6, p. 150-157, 1998.

MIRANDA, Jorge Morales. **La interpretación del patrimonio tiene que ver con significados**. 2008.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Princípios básicos da proteção ao patrimônio cultural. Mestres e Conselheiros**: manual de atuação dos agentes do patrimônio cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

PAVIANI, Neires Maria Soldatelli. Oficinas pedagógicas: relato de uma experiência. **Conjectura: filosofia e educação**, v. 14, n. 2, 2009.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. **Patrimônio e Memória**, v. 2, n. 2, p. 54-77, 2007.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. Patrimônio cultural: consciência e preservação. **Brasiliense**, 2009.

PEREIRA, Daiane. Extroversão do patrimônio arqueológico salvaguardado: reserva técnica do laboratório de arqueologia Peter Hilbert. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 11, n. 2[19], p. 66–82, 2017. DOI: 10.20396/rap.v11i2.8650061. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8650061>. Acesso em: 14 ago. 2024.

PEREIRA, Daiane. O “roubo das urnas”: a relação do patrimônio arqueológico salvaguardado e os coletivos humanos. **Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 17, n. 1, p. 39-52, 2019.

PEREIRA, Daiane. Reserva Técnica Viva: Extroversão do Patrimônio Arqueológico no Laboratório de Arqueologia Peter Hilbert. 160p. Tese de Mestrado. **Dissertação (Mestrado)** Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, Brasil. 2015

PEREIRA, Júnia Sales. A danação do objeto: o museu no ensino de história. **Educação em Revista**, n. 47, p. 299-303, 2008.

PINEZI, Ana Keila Mosca. Infanticídio indígena, relativismo cultural e direitos humanos: elementos para reflexão. **Aurora.**, n. 8, p. 33-33, 2010.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. **Enciclopédia Einaudi**, v. 1, p. 51-86, 1984.

POULOT, Dominique. **Musée, nation, patrimoine**, 1789-1815. Paris: Gallimard, 1997.

PYBURN, Anne. Uma Questão Nada Simples. IPHAN, **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** 33:25-35, 2007.

RAFFAINI, Patrícia Tavares. Museu contemporâneo e os gabinetes de curiosidades. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v. 3, p. 159-164, 1993.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. A danação do objeto: O museu no Ensino de História. Chapecó. **Argos**, 2004.

ROMÃO, Ana. A reserva visitável do Laboratorio Chimico (MCUL): Uma realidade em evolução. Asensio, Semedo, Souza, Asenjo & Castro (Eds.) **Series Iberoamericanas de Museologia**, v. 5, p. 93-101, 2012.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. **Galáxia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica**, n. 13, p. 101-113, 2007.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 24, p. 97-105, 1996.

SALADINO, Alejandra; COSTA, Carlos Alberto Santos; CASTRO, Elizabete Mendonça de. A César o que é de César: o patrimônio arqueológico nas organizações formais do Brasil. **Revista Arqueologia Pública**, v. 7, n. 2 [8], p. 106-118, 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de direitos humanos. **Revista Lua Nova**, v. 39, 1997.

SANTOS, Solange Maria dos. O desempenho das universidades brasileiras nos rankings internacionais: áreas de destaque da produção científica brasileira. 2015. **Tese de Doutorado**. Universidade de São Paulo.

SAYÃO, Luis Fernando. **Digitalização de acervos culturais**: reuso, curadoria e preservação. Informação digital e suas diversas abordagens pela ótica de um cientista da informação, p. 269, 2016.

SEMEDO, Alice. Representações e identidade em exposições de museus. **Clío. History and History Teaching**, v. 41, p. 1-26, 2015.

SIIC, Sistema de Informações e Indicadores Culturais. 2011-2022. **Estudos e pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica** n. 52. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcglclefindmkaj/https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102053_informativo.pdf] Acesso em: 10 dez. 2024.

SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. Os desafios da proteção legal: uma arqueologia da Lei nº 3.924/61". **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**, n. 33, p. 59-74, 2007.

SMITH, Laurajane et al. O discurso autorizado do patrimônio e a fabricação do Patrimônio Cultural em contextos contemporâneos. **Revista Confluências Culturais**, v. 12, n. 2, p. 122-135, 2023.

SMITH, Laurajane. Desafiando o discurso autorizado de patrimônio. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 21, n. 2, 2021.

SOARES, André Luis R.; OOSTERBEEK, Luiz Miguel. **Educação patrimonial: um exemplo de teoria e prática na gestão do patrimônio cultural brasileiro**. 2018.

SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA – SAB. **Estatuto Social da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Aracaju, 2024. Disponível em: <https://www.sabnet.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=621>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SOUZA, Fábio Feltrin de. WITTMANN, Luisa Tombini (Organizadores). **Protagonismo indígena na história**. Tubarão, SC: Copiart; [Erechim, RS]: UFFS. (Educação para as relações étnico- raciais; v. 4), 2016.

SOUZA, Karina Gonçalves de Almeida. A interpretação ambiental na conservação do patrimônio cultural: o caso do arqueosítio musealizado da (Real) Fábrica de Neve de Montejunto, Portugal. **Revista CPC**, n. 10, p. 89-115, 2010.

SOUZA, Paula Oliveira de; TEIXEIRA, Simonne; RISCADO, Júlia Ermínia. O uso da técnica do acordelado indígena em processos de aprendizagem sensível: A experiência do Gabinete de Arqueologia/UENF. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 49, n. 2, p. 1413–1428, 2024. DOI: 10.5216/ia.v49i2.79432. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/79432>. Acesso em: 12 dez. 2024.

TEGA, Glória; CALIPPO, Flávio; BEZERRA, Marcia. **Comunicando a arqueologia: discutindo o papel da sociedade de arqueologia brasileira**. 2017.

TEIXEIRA, Simone. Um olhar sobre o papel do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural/INEPAC na construção da identidade do Rio de Janeiro. In: IV **Simpósio Nacional de História Cultural** - Sensibilidades e Sociabilidades, 2008, Goiania. Simpósio Nacional de História Cultural: Sensibilidades e Sociabilidades [recurso eletrônico]. Goiânia: Ed. da UCG, 2008. v. 1. p. 1-10.

TEIXEIRA, Simonne. Reflexiones entorno al proyecto “Patrimônio Cultural e Políticas de Cultura: propostas de ação em Educação Patrimonial. Apreciação sobre a apropriação e uso dos equipamentos culturais em Campos dos Goytacazes” In: FONTAL MERILLAS, Olaia *et al.* **Congreso Internacional de Educación Patrimonial: Reflexionar desde las experiencias. Una visión complementaria entre España, Francia y Brasil** (2º. 2014. Madrid). 2014.

TILDEN, Freeman. **Interpreting our heritage**. ReadHowYouWant. com, 1957.

UNESCO. **Declaração Universal Sobre A Diversidade Cultural**. Londres: UNESCO, 2002.

WANG, Qi; LEI, Yanhui. **Minds on for the wise: rethinking the contemporary interactive exhibition**. **Museum Management and Curatorship**, v. 31, n. 4, p. 331-348, 2016.

ZANIRATO, Silvia Helena. **Usos sociais do patrimônio cultural e natural. Patrimônio e Memória**, v. 5, n. 1, p. 137-152, 2007.

APÊNDICES


<p>AGENDE SUA VISITA!</p> <p>Conheça o acervo arqueológico da região Norte e Noroeste Fluminense disponíveis na reserva técnica do Gabinete de Arqueologia da UENF.</p> <p>Ressaltamos que o espaço está destinado a receber 15 pessoas por vez.</p>	
E-mail:	
Qual é a forma da visitação à Reserva Técnica? <input type="checkbox"/> Escolas de Ensino Básico <input type="checkbox"/> Individual <input type="checkbox"/> Grupo <input type="checkbox"/> Instituições de Ensino Superior	
Identidade individual, do grupo ou da instituição de ensino e o nome do professor(a) responsável:	
Qual bairro ou município você ou sua escola está localizada?	
Perfil da comunidade <input type="checkbox"/> Turmas do Fundamental I <input type="checkbox"/> Turmas do Fundamental II <input type="checkbox"/> Turmas do Ensino Médio <input type="checkbox"/> Turmas de Graduação <input type="checkbox"/> Estudante <input type="checkbox"/> Professor(a) Outro:	
Quantidade de pessoas?	
As visitas ocorrem somente às (terças-feiras) (quartas-feiras) e (quintas-feiras). Por favor descreva a melhor data com o dia e o mês desejado para a visita:	
Horários disponíveis para visitas de escolas e outras instituições de ensino. <input type="checkbox"/> Manhã - 9h a 12h <input type="checkbox"/> Tarde - 14h a 17h <input type="checkbox"/> Não me encaixo nessa categoria de visita	
Horários disponíveis para visitas individuais ou em grupo: <input type="checkbox"/> Manhã - 9h a 10h <input type="checkbox"/> Manhã - 10h a 11h <input type="checkbox"/> Manhã - 11h a 12h <input type="checkbox"/> Tarde - 14h a 15h <input type="checkbox"/> Tarde - 15h a 16h <input type="checkbox"/> Tarde - 16h a 17h <input type="checkbox"/> Não me encaixo nessa categoria de visita	
Deixe seu contato de Whatsapp:	

Tabela 13 - Formulário para marcação de visitas ao Gabinete de Arqueologia

Fonte: Desenvolvido pela autora

Formulário fechado (Aplicado antes da entrada dos visitantes ao espaço)
<p>1. Qual sua faixa etária?</p> <p>() Abaixo de 18 () 18-24 () 25-34 () 35-44 () 45-54 () 55-64 () Acima de 64</p>
<p>2. Qual seu gênero?</p> <p>() Feminino () Masculino () Não definido</p>
<p>3. Como você se identifica:</p> <p>() Branco () Preto () Pardo () Amarelo () Indígena () Não desejo declarar</p>
<p>4. Grau de escolaridade:</p> <p>() Ensino Fundamental incompleto</p> <p>() Ensino Fundamental completo</p> <p>() Ensino Médio incompleto</p> <p>() Ensino Médio completo</p> <p>() Ensino Superior incompleto</p> <p>() Ensino Superior completo</p> <p>() Pós-graduação incompleta</p> <p>() Pós-graduação completa</p>
<p>5. Você já teve algum contato com acervos arqueológicos?</p> <p>() Sim () Não</p>
<p>6. Como classificaria seu nível de conhecimento sobre patrimônio arqueológico e arqueologia:</p> <p>() Pouco () Moderado () Avançado</p>
<p>7. Onde adquiriu este conhecimento?</p> <p>() Pela internet</p> <p>() Na faculdade</p> <p>() Na escola</p> <p>() Em filmes</p> <p>() Em livros</p> <p>() Reservas técnicas</p>
<p>8. Qual seu grau de conhecimento sobre o patrimônio arqueológico do Norte/Noroeste Fluminense?</p> <p>() Nenhum () Pouco () Moderado () Avançado</p>
<p>9. Você considerava que em Campos há algum local para guarda do patrimônio arqueológico?</p> <p>() Sim () Não Se sim, qual? _____</p>
<p>10. Você acha que a sociedade valoriza o patrimônio arqueológico?</p> <p>() Sim () Não () Talvez () Não sei dizer</p>
<p>11. Você acredita ter conhecimento sobre a preservação arqueológica?</p> <p>() Sim () Não () Talvez</p>

Tabela 14 - Formulário do questionário fechado aplicado com os participantes antes da entrada no Gabinete de Arqueologia
Fonte: Desenvolvido pela autora

Formulário semiaberto (Aplicado depois da entrada dos visitantes ao espaço)
1. Como você avalia a importância da arqueologia para a região? () Muito importante () Pouco importante () Nada importante
2. Após a visita, você saberia como auxiliar na preservação patrimonial? () Sim, agora eu sei ajudar () Tenho uma ideia () Ainda não tenho certeza () Não
3. Se sim para a anterior, como você acha que poderia auxiliar ? () Divulgando entre amigos e familiares () Adotando a temática em sala de aula () Divulgando por meios digitais () Participando de atividades como cursos e/ou capacitações () Denunciando atividades ilegais () Participando juntamente com o município nas questões sobre a gestão do patrimônio
4. Na sua visão, você acha que a região auxilia na preservação do patrimônio cultural? () Sim () Não () Talvez
5. Se sim para a pergunta anterior, como contribui?
6. Durante a visita, como foi a sua experiência ?
7. A visita trouxe algum tipo de benefício profissional ou pessoal para você? Justifique.
8. Durante a visita, o que mais te chamou a atenção?
9. Sugestões, dúvidas e/ou contribuições:

Tabela 15 - Formulário do questionário semiaberto aplicado com os participantes depois da entrada no Gabinete de Arqueologia

Fonte: Desenvolvido pela autora